FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.059 DOMINGO, 3 DE JULHO DE 2022 R$ 7,00

Ricardo Stuckert/Divulgação

Arisson Marinho/AFP

PRESIDENCIÁVEIS FAZEM CAMPANHA NAS RUAS DE SALVADOR NO 2 DE JULHO

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) em atos de celebração da Independência da Bahia; Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) se encontraram em caminhada Política A8

Exército admite falhas em rastreio de armas no país

Dados de arsenal em mãos de grupo beneficiado por Bolsonaro são imprecisos

O Exército admitiu ser incapaz de produzir dados detalhados sobre armas nas mãos dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), grupo beneficiado por normas editadas por Jair Bolsonaro (PL) que facilitam o armamento da população.

O apagão decorre da falta de padronização do Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), responsável pelo cadastro dos CACs. Estes respondem por mais da metade das armas registradas no Sigma —884 mil em cerca de 1,5 milhão.

Em resposta a pedido do Instituto Sou da Paz via Lei de Acesso à Informação, o Exército reconhece falhas, como a catalogação de morteiros e canhões, proibidos para CACs. Questionada pela **Folha**, a Força disse que só se manifestaria por LAI.

Em 2017, o TCU ordenou a modernização desse banco de dados. Para especialistas, há clara resistência em melhorar o rastreio de armas.

Um plano de integrar o Sigma a um sistema acessado pelas polícias tampouco avançou. Cotidiano B1

Pacote eleitoral pode amenizar desaceleração no 2º semestre

A proposta do governo para segurar a inflação e a queda na renda até as eleições pode amenizar a intensidade do freio na economia mundial previsto para os próximos meses.

A expectativa é que o país entre em um período de forte desaceleração da atividade, com trimestres marcados por estabilidade ou contração. Mercado A17

Ilustração de Samuel Assis, aluno do Ateliescola Acaia, em SP Reprodução/Instituto Acaia

Eduardo Anizelli/Folhapress

NEGROS SÃO A MAIORIA DAS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS NO BRASIL

Fabiana Teófilo e Luziane Teófilo, irmã e viúva de Durval Teófilo, morto a tiros por um vizinho, em São Gonçalo (RJ), que o teria confundido com um assaltante; 56% da população do país, pretos e pardos somam 78% das mortes intencionais Cotidiano B2

PAINEL S.A.

Chefe da Via projeta vendas aquecidas no quarto trimestre

ENTREVISTAS COM O EMPRESARIADO

Para Roberto Fulcherberguer, presidente da companhia dona das Casas Bahia, encontro de Natal, Black Friday e Copa do Mundo na mesma temporada faz “ora chorar, ora comemorar”. Mercado A18

novoemfolha
2º treinamento para jornalistas negros

Liberal na educação

Mesmo diante de onda conservadora, o brasileiro tem opiniões liberais quando o assunto é educação, aponta Datafolha. A política divide opiniões: 56% acham que docentes não devem falar no tema. pág.1

Ana Paula Vescovi

Gestão técnica de estatais também tem impacto social

Mercado A24

ilustrada ilustríssima

Desigualdade é barreira da educação no Brasil desde a Independência C4

EDITORIAIS A2

Vale-tudo

Sobre elevação irresponsável de gastos públicos e benefícios tributários para enfrentamento da crise e por dividendos eleitorais.

MÔNICA BERGAMO

Ronaldo Fenômeno se firma como empresário 20 anos depois do penta C2

ATMOSFERA

São Paulo hoje

28° 14°

0h 6h 12h 18h 24h

Esporte B7

Na final do Mundial de surfe, Filipe Toledo vive melhor fase após depressão

Para especialistas, reviravolta na eleição presidencial é improvável

Política A4

Em baixa, Biden vê crescer risco de perder maioria no Congresso

Com aprovação em 38%, a menor do mandato, o presidente dos EUA tem pouco a mostrar em 18 meses no cargo e pode perder maioria no Congresso em novembro. Mundo A14

Covid longa atinge até bebês, mostra pesquisa

Pacientes de 0 a 14 anos tiveram sintomas dois meses ou mais após Covid em estudo com 44 mil crianças na Dinamarca. Saúde B5

ISSN 1414-5723

9 771414 572018 34059

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)* e Everton Fonseca *(tecnologia)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Vale-tudo

PEC que cria estado de emergência é lance mais desvairado da gastança contra a crise e pela eleição

O aumento excepcional e inesperado da arrecadação do governo provocou em Brasília uma enganosa sensação de tranquilidade. O Ministério da Economia dissemina a ideia de que é possível "devolver recursos à sociedade" por meio de gasto e renúncia de impostos.

A propaganda desse equívoco foi recebida com satisfação pelo sistema político. Desde fins do ano passado, explora-se esse ilusório excesso de caixa. O desempenho sofrível de Jair Bolsonaro (PL) nas pesquisas, a revolta com os preços dos combustíveis e a inflação alta são estímulos adicionais à investida sobre as contas públicas.

É real a necessidade de enfrentar os impactos sociais dramáticos da pandemia e da guerra na Ucrânia. Mas medidas justificáveis, como a ampliação do amparo aos mais pobres, misturam-se a subsídios indiscriminados e perdulários, sem preocupação que não seja um impacto imediato nas intenções de voto.

Na quinta-feira (30) deu-se o lance mais desvairado dessa escalada, com a aprovação pelo Senado de proposta de emenda constitucional que inventa um estado de emergência e permite nova rodada de despesas, estimadas em mais de R$ 40 bilhões neste ano.

O texto contou com o apoio oportunista de todas as forças da Casa, contra o voto solitário de José Serra (PSDB-SP), e o mesmo deve se dar na Câmara dos Deputados, onde a conta pode se tornar maior.

As consequências serão funestas. A medida, além de exigir do próximo governo um esforço maior de contenção da dívida pública, desmoraliza normas legais de controle das contas do Tesouro. Tal descrédito encarece o financiamento do governo e eleva as taxas de juros para o conjunto da economia, que assim crescerá menos.

A arrecadação de fato aumenta muito desde 2021. Em especial, tal crescimento se deveu à alta de preços de commodities (alimentos, petróleo, minérios) e do bom desempenho das empresas ligadas a tais setores. A inflação, pois, está na base do fenômeno.

Entretanto não se espera que o IPCA continue a galopar ou que as cotações de commodities subam ainda mais, até porque a economia mundial deve desacelerar. A bonança tende a ser passageira.

Em relação a 2019, último ano de relativa normalidade, a receita da União teve expansão real de 17%. Dado que a economia cresceu muito menos, a carga tributária federal elevou-se para 23,2% do Produto Interno Bruto, patamar só comparável aos de fins do governo Luiz Inácio Lula da Silva e início de mandato de Dilma Rousseff (PT).

Observe-se, porém, que na transição de 2010 para 2011 o governo federal obtinha superávit primário (receitas acima das despesas, excluídos encargos com juros) equivalente a 2% do PIB. Hoje não há superávit, e a redução de impostos e o aumento de gastos ameaçam provocar novo déficit primário.

Não há, pois, sobra de recursos a devolver à sociedade. O governo federal terá de se endividar mais a fim de cumprir seus compromissos cotidianos. O setor público como um todo (União, estados, municípios e estatais) deve ter déficit também, pois o Congresso reduziu alíquotas do ICMS.

O superávit primário do setor público no ano passado foi de 0,75% do PIB. Neste ano, depois das medidas de emergência eleitoreira, prevê-se déficit que pode ir a 0,5%.

Isso, repita-se, sem contar os encargos da dívida pública. As taxas de juros devem permanecer altas até boa parte de 2023. O descrédito das contas públicas vai adiar o recuo da Selic. A despesa financeira crescerá, mas não apenas.

Há gastos represados, como algum reajuste dos salários dos servidores. O aumento da despesa com o Auxílio Brasil será politicamente muito difícil de reverter. Outros compromissos obrigatórios avançam de modo vegetativo.

O Congresso, animado pela demagogia eleitoreira e com a colaboração de oposicionistas da esquerda à direita, contribui desde fins do ano passado para a farra.

Primeiro, fragilizou o teto de gastos. Agora mostrou que, numa penada, pode invalidar todas as normas de controle de gastos e de endividamento: as leis eleitoral, de responsabilidade fiscal, de diretrizes orçamentárias, o teto de gastos e a regra de ouro, que proíbe o aumento de dívida com o fim de pagar despesas correntes.

Dados o histórico fiscal do país e a dimensão extraordinária da dívida pública, será difícil restaurar a crença na possibilidade de um ajuste orçamentário gradual —isto é, menos danoso para o crescimento econômico e para a despesa social e de investimento.

Eleva-se o risco de descontrole, com endividamento elevado e inflação. O país estará fragilizado em um ambiente global hostil.

Desordem no Orçamento

- Calote parcial no pagamento de precatórios
- Recálculo para cima do teto de gastos
- Criação do Auxílio Brasil sem redução de outras despesas
- Ampliação das emendas parlamentares
- Cortes de IPI e IOF, com custo estimado em R$ 33,6 bilhões em 2023 e R$ 28 bilhões em 2024
- Limite ao ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e comunicações, com perda de ao menos R$ 60 bilhões ao ano
- Avanço da PEC que permite adoção de estado de emergência e despesas acima do teto, com custo estimado de mais de R$ 40 bilhões

Nova religião secular

Hélio Schwartsman

É bom o último livro de John McWhorter. Mas, antes de comentar "Woke Racism", talvez seja bom falar um pouco sobre o autor. McWhorter é um linguista de primeira. Especializado em idiomas crioulos, dá aulas em Columbia. Antes, lecionou em Cornell e na Universidade da Califórnia, Berkeley. É colunista do New York Times. McWhorter pode ser descrito como um homem de esquerda. Sempre apoiou os democratas e defende o direito ao aborto e a legalização das drogas. É ateu. Mais importante, McWhorter é negro e pode ser descrito como um militante contra o racismo.

"Woke Racism" é um livro incômodo porque nele McWhorter bate forte no antirracismo de terceira geração, que vem ganhando espaço na esquerda cultural americana. Para ele, ao contrário do antirracismo de primeira e segunda gerações, que lutou pelos direitos civis e trouxe ganhos para a qualidade de vida dos negros, o de terceira está fazendo mal às comunidades e à própria sociedade americana, que não consegue mais debater certas questões. McWhorter diz que o novo antirracismo se tornou uma religião. Não se trata de figura retórica. Para o autor, o movimento "woke" tem todos os elementos que um antropólogo precisaria para considerá-lo uma religião secular, com dogmas fora do alcance da lógica e sessões de cancelamento de "heréticos" conduzidas com fervor evangélico.

Segundo McWhorter, melhor do que perseguir e cancelar pessoas que ousam discordar da nova ortodoxia antirracista seria buscar medidas concretas que contribuam para reduzir a desigualdade racial. Ele cita especificamente o fim da guerra às drogas e reformas educacionais, notadamente a adoção do método fônico no processo de alfabetização e a valorização do ensino profissionalizante.

Vale a pena ler a obra nem que seja para dela discordar. Afinal, rejeitar uma tese sem nem mesmo analisá-la racionalmente é atitude típica de religiosos, não de intelectuais.

helio@uol.com.br

O gerente da próxima crise

Bruno Boghossian

Quase 20 milhões de famílias irão às urnas em outubro com um valor extra em seus cartões do Auxílio Brasil. Outras tantas terão um vale-gás turbinado, enquanto milhares de caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativo contarão com uma ajuda do governo para encher o tanque. Todos esses eleitores devem votar com mais dinheiro no bolso, mas estarão mais pobres no dia em que o próximo governo tomar posse.

A movimentação do Congresso para abrir os cofres e criar benefícios temporários no período de campanha devolve alguma competitividade a Jair Bolsonaro. Os pagamentos devem contribuir para uma redução transitória da sensação de mal-estar provocada pela inflação, ao menos em segmentos-chave.

A criação do Auxílio Brasil em dezembro não foi suficiente para impulsionar Bolsonaro no eleitorado de baixa renda porque o aumento de preços comeu boa parte do benefício. O reajuste oferecido agora não deve tornar o presidente favorito, mas pode suavizar a desvantagem de 36 pontos que ele tem em relação a Lula nesse grupo —o que seria suficiente para garantir que haverá um segundo turno.

O voto desses eleitores será dado num terreno ilusório. O candidato que eles escolherem não vai administrar o Brasil de outubro, com os amortecedores criados pelo governo, mas um país na pindaíba.

A política de improvisos para tapar buracos da inflação e dar fôlego a Bolsonaro muda um parâmetro relevante da eleição. O futuro presidente já não teria vida fácil a partir de 2023, mas agora também terá que dar respostas aos brasileiros que verão o fim de benefícios, além de pagar a fatura de R$ 41 bilhões deixada por esses programas.

O quadro força um ajuste na decisão que o eleitor vai tomar diante da urna. Em vez de julgar o desempenho de um governo e o alívio criado por medidas temporárias, ele deverá escolher quem vai gerenciar a próxima crise econômica. Bolsonaro já mostrou o que (não) consegue fazer em situações como essa.

E aquela do Oscar Wilde?

Ruy Castro

Todos conhecem esta frase: "Quando os deuses querem nos punir atendem as nossas preces". Dante? Shakespeare? Dostoiévski? Não: Oscar Wilde, em sua peça "Um Marido Ideal". E, um dia, você já quis se livrar de um compromisso chato dizendo: "Olha, não vou poder atender ao seu convite devido a um compromisso posteriormente assumido". Também dele, só que de "O Retrato de Dorian Gray". Oscar Wilde (1854-1900), como se sabe, pagou caro por suas ideias. O mínimo que podemos fazer é conhecê-las. Eis algumas:

"A Humanidade se leva a sério demais. Se o homem das cavernas soubesse rir, a História teria sido diferente." "O mundo é um palco, mas o elenco deixa muito a desejar." "Qualquer um pode fazer história. Mas só um grande homem consegue escrevê-la." "Uma ideia não é necessariamente verdadeira só porque alguém morreu por ela." "Uma verdade deixa de ser verdade quando mais de uma pessoa acredita nela." "É monstruoso como hoje as pessoas dizem pelas nossas costas as piores verdades a nosso respeito."

"A diferença entre o santo e o pecador é que todo santo tem um passado e todo pecador, um futuro." "Meus deveres como cavalheiro não interferem com os meus mais baixos prazeres." "Escolho meus amigos pela aparência, os conhecidos pelo caráter e os inimigos pela inteligência." "Nunca viajo sem meu diário. Sempre se deve levar algo sensacional para ler no trem." "Dê-me o luxo e abrirei mão das primeiras necessidades."

"Gosto dos homens de futuro e das mulheres com passado." "A quantidade de mulheres em Londres que flertam com seus próprios maridos é intolerável. Equivale a lavar a roupa limpa em público." "Há sempre um pouco de ridículo nas emoções das pessoas que deixamos de amar."

"Quem diz a verdade, cedo ou tarde acaba flagrado." "Ninguém é rico o suficiente para comprar o próprio passado." "A tragédia da velhice não está em envelhecer, mas em continuar jovem."

Gil celebra a vida

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Em Salvador, algum tempo depois do golpe de 64, um elefante ainda parecia estar deitado sobre os corpos e as esperanças de toda uma geração de universitários. Raros eram os momentos públicos de distensão pessoal.

Num desses momentos à noite, num bar onde se comia fatia de pizza no balcão, irrompe um migrante e encanta os presentes com boa voz e uma toada sertaneja. Animado, um jovem em elegantes calça e paletó sem gravata tira de um estojo um violão e passa a acompanhar o cantor com uma destreza invulgar. Por instantes, o mundo parecia melhor. Mas súbito aparece um policial militar, que diz ao violonista: "O sereno não é mais permitido!".

O jovem era Gilberto Gil, que se formava na época em administração, mas dele já se sabia em círculos restritos como um virtuoso musical. Eu o conheci ali e, em várias etapas da vida subsequente, pude acompanhar a sua trajetória fulgurante na música, assim como em intervenções felizes na política nacional.

Menor que fosse, entretanto, o episódio do bar me deixou a impressão tenaz de que a obra criadora desse artista era um modo de resposta àquela proibição que violava a essência do estar-junto alegre da gente comum, isto é, o "sereno". Em tudo o que ele fez e faz, existe afirmação da vida, um "é permitido, sim".

Não se trata simplesmente de ir contra as regras, mas de fazer frente às mumificações do poder em todas as latitudes. Múmias costumam ser fantasias de eternização da vida do que já morreu. Celebrar a vida concreta é um modo de driblá-las.

Numa entrevista de décadas atrás, Gil se explicaria: "Eu sou muito celebratório. Por meio da música, celebro a possibilidade do júbilo, do encontro, da egrégora, do grupo, da energia que se põe em movimento aglutinador com relação a todas as cabeças, todas as mentes, todos os corações. Isso é próprio da arte. Eu sou um radical da religiosidade na arte".

Nada disso é mera retórica: nele reside a tônica de que a relação do artista com o povo é a sacralidade. Ao contrário da política, que dessacraliza. No entanto, politicamente Gil se comportou como o criador que ausculta o seu entorno com atenção religiosa.

No Ministério da Cultura, as reuniões de trabalho com assessores e diretores dos órgãos vinculados prescindiam de barreiras hierárquicas, todos tinham voz e escuta. Dali partiram iniciativas seminais, como os pontos de cultura, reformas de museus, seminários e a implantação de bibliotecas municipais.

O samba e a capoeira foram contemplados como patrimônios imateriais. Com Gilberto Gil, o tempo da cultura é Tempo-Rei de transformações.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A crise mundial e a desglobalização

Cresce o temor de um distúrbio financeiro nos EUA

Alexandre Nigri
Economista e administrador de empresas com especialização no mercado imobiliário, é CEO do Grupo Maxinvest e ex-professor do curso de finance & real estate da pós-graduação do Ibmec

A maioria dos analistas de Wall Street tem a percepção de que algo muito errado está prestes a acontecer na economia norte-americana.

Jamie Dimon, CEO do JPMorgan Chase, o maior banco dos Estados Unidos, veio a público há algumas semanas dizer que "um furacão está chegando" naquele mercado. O mítico gestor de "hedge funds" (fundos de investimento de alto risco) e investidor Jeremy Grantham, que previu duas das últimas bolhas, também vem professando um distúrbio financeiro.

Dimon e Grantham, além de outros importantes nomes, como Larry Summers (ex-secretário do Tesouro americano) e o lendário bilionário e investidor Ray Dalio, formam uma corrente uníssona que bate bumbo ao defender o fato de que uma abrupta correção nos preços de ativos, como ações e títulos, pode acontecer a qualquer momento —e inclusive se estender para o mercado imobiliário. Tudo isso em razão de um processo que entendemos como "desglobalização".

Sabemos que a bonança mundial, logo após a revolução chinesa de Mao Tse Tung, entre 1949 e 1976, veio das altas taxas de industrialização dos tigres asiáticos a custo de mão de obra barata e êxodo rural. Algumas décadas mais tarde, entre 2005 e 2016, os salários por hora na indústria da China triplicariam.

A ascensão de classe do trabalhador asiático, combinada à política compulsória de fertilidade chinesa, levou a uma diminuição da oferta de trabalho não especializada. Recentemente, ainda como agravante, tivemos o incremento do custo do frete de mercadorias diante da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Mas tais eventos ainda não resultam por si só no fator desglobalização, que vinha despercebidamente tomando a economia global como um novo paradigma de comércio internacional e que culminou com a pandemia e a guerra na quebra das cadeias de produção, reposicionando assim a nova lógica industrial e do protecionismo.

Nos últimos anos, é fundamental observar o excesso de liquidez pelo expansionismo fiscal dos governos e dos bancos centrais enquanto agentes econômicos, principalmente pelos americanos e europeus, considerando o pandemônio vivido na crise do subprime, em 2008.

Grantham, em entrevistas recentes, tem sido enfático ao dizer que, nos últimos quatro anos, nenhum presidente do Fed (o banco central dos EUA), incluindo o atual, Jerome Powell, foi suficientemente cauteloso em sua política de contenção monetária. O megainvestidor demonstra que, por essa razão, o índice de mercado Russel 2000, que mede as 2.000 maiores empresas americanas, já apresentava queda de 25% do pico de suas cotações em novembro de 2021, o que denota uma defasagem real dos ativos em relação a Standard & Poor's e ao Dow Jones.

Em fevereiro de 2019, em um artigo que escrevi e cujo título era "A iminente crise econômica americana", mencionei sobre esse mesmo expansionismo fiscal, do exagerado corte de impostos no sistema e das barreiras migratórias que trariam escassez e inflação de mão de obra. Já em abril de 2020, no ápice da pandemia que começara em janeiro, o governo americano enviaria em um processo jamais visto de injeção de trilhões de dólares na economia (flexibilização quantitativa) —que até arrefeceu a crise naquele momento, mas que procrastinaria o problema, hoje agravado por incremento de inflação e desvalorização cambial.

Importante dizer que até pouco tempo atrás os juros eram menores que 0,25%, o que produziria um impacto pequeno sobre a dívida do governo norte-americano.

Por último, vale refletir que, enquanto analistas falam de alta esperada da FFR (a selic americana) de até 3%, é importante que nós, brasileiros, sejamos cuidadosos com nossas perspectivas. Há exatos 40 anos, o então presidente do Fed, Paul Volcker, elevou o FFR a 20%. O efeito foi desastroso para países do terceiro mundo e levou Brasil e México, por exemplo, a uma crise econômica e consequente moratória.

Não se espera, desta vez, tal furacão por aqui. Somos hoje uma economia mais forte e mais estruturada do que éramos no passado —mas, definitivamente, são tempos desafiadores.

Fido Nesti

A nova fobia coletiva

Falta um pouco de não saber; sobram certezas

Becky S. Korich
Advogada, dramaturga e cronista do blog www.quarentenando.com

A vida não dá trégua. São tarefas ininterruptas, uma colada na outra, que parecem não caber nas 24 horas do dia. "É muita demanda", "falta tempo". É o que cansamos de dizer. Mentira: o que falta são pausas, silêncios, vazios. O que falta é a falta.

Falta um pouco de "nadas", tempos e espaços não preenchidos. Falta um dia sem wi-fi, sem redes sociais, sem TikTok —falta ouvir o tique-taque dos minutos. Falta saber no que se ligar e quando se desligar. Falta coragem para ficar a sós. É a nova fobia coletiva: medo do silêncio e da solidão.

Faltam a luz apagada e os olhos cerrados. Falta não ter nada na frente. Falta enxergar no escuro, ouvir palavras não ditas. Falta conseguir se calar. Falta a falta de ruídos, para a gente poder se escutar. Falta a falta de imagens, para a gente poder se enxergar.

Falta o ponto e vírgula, o intervalo do jogo, o semáforo vermelho, o domingo nos domingos. Falta não ter todas as respostas. Falta o hiato. Falta saber esperar.

Já não queremos mais textos longos, filmes longos, conversas profundas. Não aguentamos esperar o próximo episódio. Maratonamos nossos dias em busca de desfechos —o que menos importa.

A infância tem pressa, e o querer aprender passa rápido. Falta uma dose de ingenuidade, sobram coerências; falta um pouco de não saber, sobram certezas. Falta a falta de lógica.

Faltam a curiosidade e o apetite. Falta o espaço vazio para se criar. Falta o "menos", para que a vontade apareça. Falta o mistério, para que o desejo aconteça.

Faltam o cochilo sem intenção, a distração, lacunas para surpresas. Falta a cabeça vazia ao se deitar e, imersos em uma mente que nunca descansa, falta conseguir sonhar. Sonhamos menos dormindo, sonhamos menos acordados.

Faltam pausas nessa orquestra desordenada, sem maestro, sem maestria, onde todos os instrumentos são tocados ao mesmo tempo. Falta saber quando silenciar, porque o silêncio é tão importante quanto tocar as notas certas.

Com tantas metas, perde-se o objetivo. Com tantos caminhos, perde-se a direção. Com tantas coisas à mão, perde-se a expectativa. E o tempo fica curto, os caminhos curtos, sem direito a paradas e paisagens para contemplar.

Falta muita coisa porque sobra muita coisa. Sobram filtros, exposições, imagens estáticas, encontros virtuais, emojis, curtidas. Falta curtir a vida —a real.

Sobram dedos para deslizar em telas, faltam dedos para deslizar em corpos, segurar canetas e livros. Faltam papel, pele, cheiro, calor. Falta intimidade.

Sobram informações, tarefas, estímulos, referências. Só que o excesso de informações desinforma; o excesso de tarefas é improdutivo; o excesso de estímulos aliena; o excesso de referências enlouquece.

Não são com excessos que se preenchem vazios. Mais do que isso: alguns espaços existem justamente para não serem preenchidos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Datafolha

Acho difícil ter reviravolta, diante do fato de que não consigo ver nada de bom neste governo. Desemprego, inflação alta, número elevado de pessoas vivendo em situação de rua e de fome, não houve reforma nenhuma, passou todos estes anos de governo no palanque agradando os seguidores ("Pesquisas e ciência política afastam reviravolta na corrida presidencial", Política, 2/7).
José Celso Righi Righi (São Paulo, SP)

*

Não haverá reviravolta. Já estou planejando tudo. Fogos para soltar da minha varanda, champanhe, comidinhas, música de qualidade e muita festa em família. Lula mais uma vez, para o bem do Brasil. A campanha de Lula está muito bem estruturada, bem diferente da de Bolsonaro, um verdadeiro caos.
Ana Maria Marques (São Paulo, SP)

Nelson Piquet

Excelente piloto em sua época, tremendo mala sem alça depois disso. Que todo esse fuzuê seja didático para as pessoas toscas e nefastas que comungam com suas ideias ("Nelson Piquet é denunciado ao Ministério Público por falas racistas sobre Hamilton", Painel. 2/7).
Cid Marocci Gonçalves Silva (Salvador, BA)

Embora errada a atitude de Piquet, a amplificação do caso, com apoio da imprensa, é ainda mais errática. O linchamento também é algo inaceitável, afinal, o autor da polêmica já se desculpou. Caso encerrado. Isto só fortalece mais a extrema-direita, que, graças ao exagero do "politicamente correto", se consolida a cada dia.
Humberto Giovine (Erechim, RS)

Bolsonaro

Total falta de visão geopolítica do Bolsonaro. Portugal está indo economicamente e socialmente bem, é membro da UE e OTAN. Ou seja, muito melhor que o Brasil. Deveríamos ter mais humildade e respeito. ("Bolsonaro se irrita com agenda de presidente de Portugal com Lula e desmarca encontro", Política, 2/7)
Gabriel Saraiva (Curitiba, PR)

*

O presidente português deve dar uma festa pra comemorar que não será obrigado a receber um dos mais obscenos personagens da história recente.
Luciana Saddi Mennucci (São Paulo, SP)

*

Sorte do presidente de Portugal que não vai ter o desprazer da companhia desta criança birrenta.
Rose Souza (São Paulo, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 25.jun a 1º.jul - Total de comentários: 15.980

293	Bolsonaro manda vice-governadora de SC ficar para trás enquanto acena para apoiadores (Política)	26.jun
267	Barroso diz que Brasil tem déficit de civilidade após ser interrompido em palestra em Oxford (Política)	25.jun
255	Se a esquerda voltar, nunca mais deixará o poder no Brasil', diz Bolsonaro a TV dos EUA (Política)	29.jun

Garantir os direitos sexuais e reprodutivos, com educação sexual nas escolas, melhor distribuição e aplicação de métodos contraceptivos, principalmente o DIU, cujo uso ainda é ilegalmente negado por muitos médicos e com ampla garantia ao aborto legal, caso seja essa a escolha da mulher. E legalizar de vez o aborto.
Carolina Lucas Paiva (Porto Alegre, RS)

*

É preciso partir do cerne do problema e criar uma punição do código penal rígida e específica para o criminoso.
Maria Samara de Souza Nascimento (Fortaleza, CE)

*

A sociedade pode corrigir essas injustiças sendo igualitária, ou seja, dando os mesmo direitos de um homem para uma mulher. Mas a gente sabe que isso nunca vai acontecer.
Camilla Yumi Endo (Maringá, PR)

*

A sororidade é uma atitude importante, artistas, políticas e figuras públicas devem assumir a liderança desse debate.
Paulo Henrique Silva Affonso Christo (São Paulo, SP)

*

Violências como essas que temos visto contra mulheres e meninas não acontecem por força da natureza. Acontecem em tribunais, em instituições de Estado, praticadas por servidores públicos que se colocam acima da lei. No caso de Klara, houve quem fornecesse os tão desejados cliques. A sociedade consome a dor das mulheres, triunfa quando sangramos.
Emily Oliveira (Natal, RN)

*

Descriminalizando o aborto e estabelecendo verdadeiramente uma separação entre igreja e estado. E tratar o aborto como questão de saúde pública, nunca como crime.
Maria Vitória Taborda (Rio de Janeiro, RJ)

Dando voz e espaço político, precisamos equalizar a presença feminina no congresso e senado.
Lucas Santos Lima (São Paulo, SP)

*

É preciso deixar de lado o discurso religioso, ter mais empatia, julgar menos.
Aline Massami Nagai (São Paulo, SP)

*

Descriminalizando o aborto e estabelecendo verdadeiramente uma separação entre igreja e estado. E tratar o aborto como questão de saúde pública, nunca como crime.
Maria Vitória Taborda (Rio de Janeiro, RJ)

*

Na hora do voto, escolhendo candidatos com pautas que interessem às mulheres. Não é difícil elegê-los: somos a maioria.
Maria Helena Amaral (São Paulo, SP)

*

Intensificando movimentos de questionamento acerca da ingerência do estado sobre o corpo da mulher e lutando para que os setores religiosos não tenham o direito de pautar o Estado nessas matérias.
Shirlley Padia Lopes (São Paulo, SP)

*

Educação é a chave para tudo! De imediato, porém, precisamos de eficiência no Judiciário, em todas as instâncias. O vazamento de um prontuário de paciente jamais deveria ocorrer, e se ocorrer não pode ficar impune.
Claudia Alvarenga (São Paulo, SP)

*

As instituições públicas, como o Judiciário, as polícias e a rede de atendimento à saúde, precisam ser expurgadas de gente que atua com base em suas crenças pessoais. Aborto após estupro é garantido por lei, sigilo da paciente é garantido por lei.
Acácia Maria Maduro Hagen (Porto Alegre, RS)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Bolinha

O julgamento da fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União) para verificar a política de prevenção e combate ao assédio sexual na Caixa Econômica Federal pode acabar ficando a cargo somente de homens. Isto porque a corte conta apenas com uma mulher, Ana Arraes, que se aposenta no dia 22 de julho. Cabe à Câmara definir a vaga aberta pela ministra, e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tem indicado que pode promover a votação em plenário somente após as eleições.

FAVORITO A fiscalização foi aberta na esteira das acusações de assédio sexual que derrubaram Pedro Guimarães da presidência do banco. O mais cotado para a vaga de Ana Arraes atualmente é o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), candidato que tem o apoio de Lira.

ZEBRA Outros três deputados correm por fora: Hugo Leal (PSD-RJ), Fábio Ramalho (MDB-MG) e Soraya Santos (PL-RJ), a única mulher. Ministros do tribunal têm restrições à Soraya, no entanto, por ela ter sido próxima do ex-deputado Eduardo Cunha quando ele presidia a Câmara.

DEDO... Principal lobby das armas no país, o Movimento Proarmas está incentivando militantes da causa a patrocinarem a ida de pessoas a Brasília para participar de um ato em 9 de julho. O 3º Encontro Nacional pela Liberdade ocorrerá na Esplanada dos Ministérios, e a expectativa é que reúna milhares de defensores das armas, de diversos estados.

...NO GATILHO Por um cadastro online, pessoas sem condições financeiras de se deslocarem a Brasília serão ajudadas por manifestantes que possam oferecer hospedagem, transporte ou qualquer outro tipo de ajuda. A manifestação deve reunir lideranças e parlamentares bolsonaristas. O slogan é: "Não caminhamos por armas, caminhamos por liberdade".

ALHEIO Principal afetado pela emenda constitucional que possibilita a parlamentares assumirem embaixadas sem perder o mandato, o Itamaraty tem se mantido distante da discussão no Congresso. O projeto do senador Davi Alcolumbre (União-AP) vem sendo criticado pela possibilidade de politizar o Ministério das Relações Exteriores.

ALÔ Até agora, o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, teve apenas uma conversa telefônica de menos de dez minutos com a relatora do projeto no Senado, Daniella Ribeiro (PSD-PB), em março. Na ocasião, fez perguntas genéricas sobre o assunto.

FOGO CRUZADO França, segundo o Painel apurou, vive uma saia justa, porque enfrenta de um lado a oposição de diplomatas à emenda e, de outro, a simpatia do presidente Jair Bolsonaro (PL) pela mudança.

COPILOTO O entrosamento de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), gerou um novo termo entre coordenadores da pré-campanha eleitoral: Lulalckmin. O próprio ex-presidente deixou isso claro em jantar com empresários no último domingo (26), ao referir-se ao papel que o ex-tucano terá em seu eventual governo. Disse que não tomará nenhuma decisão importante sem antes consultar Alckmin.

HERDEIRO Felipe D'Avila (Novo) vem investindo em se tornar o destinatário de ao menos uma parte dos votos que eram do ex-juiz Sergio Moro e ficaram órfãos com sua desistência da corrida presidencial. "Moro é um cidadão honrado, que bateu de frente com o sistema e com quem divido a trincheira do combate ao populismo e à corrupção", escreveu em suas redes sociais.

PULSO 1 Embora a emenda que amplia programas sociais tenha sido aprovada facilmente no Senado, a repercussão nas redes foi em sentido contrário. Levantamento na quinta (30) e sexta (1) pela consultoria Arquimedes em 261 mil publicações no Twitter constatou que prevaleceram publicações de perfis que se manifestaram contra a medida (69,8%).

PULSO 2 Para esses perfis, a iniciativa configura o desespero do atual presidente e seu entorno com os resultados das pesquisas eleitorais. Já a base bolsonarista presente no debate digital foi responsável por 30,2% dos perfis sobre o tema. Estas publicações comemoraram o resultado, ressaltando a força do governo.

MEGAFONE 1 Sindicalistas de diversas centrais e categorias estão se organizando para disputar um mandato coletivo na Câmara dos Deputados para representar os trabalhadores. Apesar de não estar regulamentado pela Justiça Eleitoral, o modelo vem se tornando popular nas últimas eleições.

MEGAFONE 2 O candidato oficial será Eduardo Annunciato (Solidariedade), conhecido como "Chicão", do Sindicato dos Eletricitários de SP, ligado à Força Sindical. Haverá também representantes de sindicatos de água e esgoto, saúde, aposentados, químicos, telefônicos e transportes, pertencentes à Força e às centrais UGT e CTB.

com Juliana Braga e Constança Rezende

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.501 exemplares (maio de 2022)

Disputa concentrada hoje entre Lula e Bolsonaro é de difícil mudança até eleição

Segundo especialistas, humor do eleitorado e contexto apontam consolidação de embate, mas surpresas não são desconsideradas

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Ninguém se arrisca a afirmar com plena certeza, mas os números das pesquisas e as interpretações dos movimentos a pouco mais de três meses da eleição afastam, ou ao menos reduzem, a possibilidade de o embate deixar de se concentrar em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

É justamente o tempo a ser percorrido até o pleito que motiva a cautela, porque levantamentos como o realizado pelo Datafolha no fim de junho indicam tendências do momento em que são feitos, mas, como insiste o clichê, não substituem o resultado das urnas.

Outros prazos reforçam o diagnóstico de que é remota a chance de surgirem novos favoritos, assim como lançam dúvidas sobre as condições de recuperação de Bolsonaro e a capacidade de Lula de administrar sua vantagem.

A comparação com corridas presidenciais anteriores torna a disputa deste ano singular sob muitos ângulos, mas reitera a lembrança de um risco constante: a hipótese do inesperado e até mesmo do excepcional — como a facada sofrida por Bolsonaro em 2018.

"Levando em conta apenas os elementos normais de análise de conjuntura, é difícil imaginar alguma mudança no cenário", diz a cientista política Carolina de Paula. "Só se considerarmos eventos externos, como facadas e similares", segue ela, ligada à Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

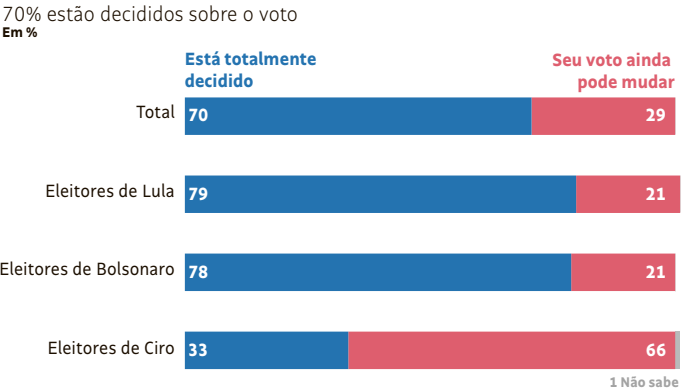
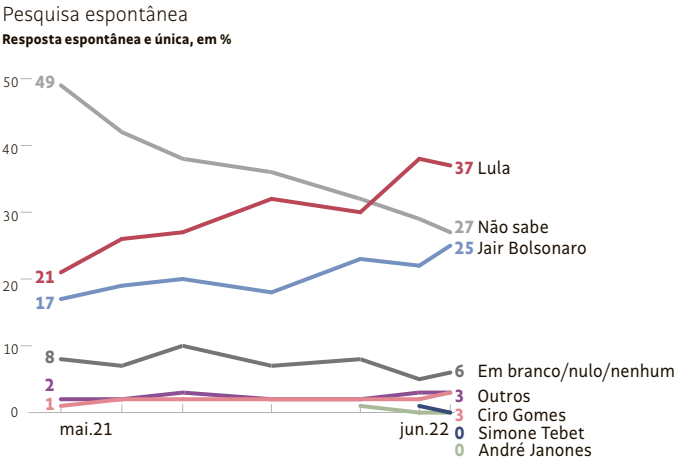
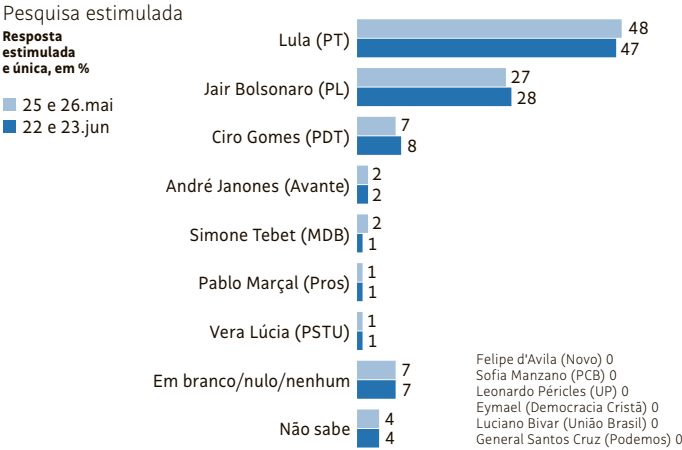
Mesmo com a adversidade imposta pela muralha da soma de 75% de intenções de voto em Lula (47%) e Bolsonaro (28%), presidenciáveis como Ciro Gomes (PDT, 8%), André Janones (Avante, 2%) e Simone Tebet (MDB, 1%) se mantêm esperançosos de que até 2 de outubro há uma longa estrada.

Ciro lança mão da analogia de que os votos que poderão cair em seu colo estão hoje represados entre indecisos e eleitores pouco convictos dos dois líderes. O ex-ministro diz que a população está em um "estado de torpor e medo", mas vai acordar.

Na mesma linha, Janones afirma que o voto será decidido na reta final e que isso provocará uma busca por opções. O deputado federal por Minas Gerais sustenta que as pessoas estão reféns da obrigação de terem que escolher o menos pior, mas isso vai mudar.

Tebet vem tentando se firmar com uma mensagem de esperança e pacificação. Escolhida candidata de consenso da depauperada terceira via, ela é desconhecida por 77% da população. O desafio é subir nas pesquisas e ser vista como alternativa viável.

Estrategistas dessas campanhas recorrem a vários argumentos para embasar a ideia de que nada garante que Lula ou poderá se eleger no primeiro turno ou necessariamente competirá com Bolsonaro no segundo. Isso, é claro, desconsiderando a ameaça de golpe eleitoral pelo atual mandatário.

A propaganda gratuita em rádio e TV (que irá de 26 de agosto a 29 de setembro), a fadiga do eleitorado com a polarização entre Lula e Bolsonaro e um despertar tardio de parte do eleitorado para as eleições e para a existência de opções são citados como possíveis pontos de virada.

Há ainda quem aposte nas rejeições volumosas a Bolsonaro e Lula (hoje de 55% e 35%, respectivamente) como gatilho para uma reviravolta. Todas as suposições são encaradas com ceticismo por especialistas.

"As pesquisas indicam cristalização do sentimento de que a concorrência será entre os dois e que será preciso ficar com um deles", diz Carolina.

Segundo ela, o uso disseminado das redes sociais, turbinado pelo bolsonarismo, promove um clima permanente de campanha, diferentemente do que ocorria no passado. A nova realidade tende a diluir a importância da propaganda obrigatória nos meios tradicionais.

Os prognósticos sobre estabilidade do cenário se baseiam ainda na antecipação do debate eleitoral — a princípio por obra do mandatário, depois pela reabilitação do petista — e no inédito antagonismo entre políticos carismáticos que já ocuparam o cargo e podem ser avaliados empiricamente.

"Algo que não seja o enfrentamento entre Lula e Bolsonaro me parece a cada dia mais improvável", afirma Humberto Dantas, coordenador da pós-graduação em ciência política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. "Com o que se tem hoje, sobra pouco espaço para outro fenômeno."

Para o pesquisador, o quadro nada mais é do que um reflexo da política nacional nos últimos anos, em que a força gravitacional de ambos se impôs. O malogro da centro-direita na tentativa de fabricar uma alternativa sólida tem a ver com isso.

Na corrida de quatro anos atrás, havia ainda um elemento no horizonte capaz de mexer com a situação, a troca de Lula, então preso e impedido de concorrer, por Fernando Haddad na chapa do PT.

A onda dos outsiders e da renovação política, apropriada por Bolsonaro, refluiu desde então, como demonstrou a eleição municipal de 2020, ditada por credenciais como experiência de gestão.

Nesta mesma altura dos pleitos federais de 2018 e 2014, as intenções de voto estavam mais pulverizadas entre os principais candidatos, o que significava perspectiva maior de oscilações, quedas e ultrapassagens.

> "Levando em conta apenas os elementos normais de análise de conjuntura, é difícil imaginar alguma mudança no cenário. Só se considerarmos eventos externos, como facadas e similares"
>
> **Carolina de Paula**
> cientista política e pesquisadora da Uerj

Continua na pág. A6

Lula tem 19 pontos sobre Bolsonaro no 1º turno

70% estão decididos sobre o voto
Em %

	Está totalmente decidido	Seu voto ainda pode mudar
Total	70	29
Eleitores de Lula	79	21
Eleitores de Bolsonaro	78	21
Eleitores de Ciro	33	66

1 Não sabe

Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 2.556 pessoas com 16 anos ou mais em 181 municípios nos dias 22 e 23 de junho. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

APRESENTA

EstúdioFOLHA

Uma nova era de avanços e esperança no tratamento dos cânceres hematológicos

Tumores tidos como intratáveis, agora podem ser curados graças aos avanços da tecnologia e ao cuidado humanizado prestado por equipes multidisciplinares

Maria Clara tinha apenas um ano e meio quando chegou ao Hospital Samaritano, em São Paulo, no final de 2020. Diagnosticada com leucemia linfoide aguda (LLA), vinha com os pais do Rio de Janeiro, onde a família mora. Os médicos de lá já a haviam encaminhado para os cuidados paliativos. Depois de várias sessões de quimioterapia, sem sinal de remissão do câncer, julgavam que não havia mais nada a fazer por ela.

Contrariando, porém, os prognósticos iniciais, ela sobreviveu. Foi submetida a uma técnica inovadora de imunoterapia e passou por um transplante de medula óssea (TMO), doada pelo pai, o engenheiro Fabio Ferrari, de 37 anos. Hoje, aquele bebê de rosto inchado e cabelos ralos, por causa dos quimioterápicos, é uma menina vivaz e alegre, dona de uma cabeleira loira, farta em cachinhos.

"Um ano e meio após o transplante, ela está linda, maravilhosa, sem doença", comemora a médica Adriana Seber, coordenadora do grupo de TMO pediátrico do Samaritano Higienópolis, um dos mais importantes centros do Brasil no diagnóstico e tratamento adulto e infantil dos cânceres hematológicos. "É um prazer indescritível quando a gente consegue curar uma criança, sobretudo uma criança que estava em um estágio avançado da doença."

Tão importante quanto o acesso ao que há de mais moderno na medicina, é o cuidado integral e integrado do paciente oncológico, que proporcione a ele e sua família o bem-estar físico e psicológico, imprescindível para o enfrentamento de uma doença, que, apesar dos progressos científicos, segue estigmatizada, cercada por medos e angústias profundas. O tratamento requer uma equipe multidisciplinar, atenta ao cuidado humanizado.

"A gente imaginava que, quando chegasse a São Paulo, fosse encontrar profissionais mais frios", lembra Fabio. "Mas, desde o primeiro dia, o acolhimento foi marcante. Todos trabalhavam com um sorriso no rosto. Havia amor ali."

Igualmente fundamental foi o modo como ele e Tatiana, também engenheira, de 37 anos, lidaram com a doença da filha. Não foi fácil, mas não se deixaram abater. "A gente tentou ser feliz, apesar do sofrimento dela. Se ficássemos tristes, ela também ficaria", conta o pai. Vídeos mostram os três sempre brincando, cantando e dançando – e uma equipe calorosa, comemorando com a família, cada etapa vencida.

Passados três meses do transplante, a família voltou para casa. No Rio, Maria Clara foi recebida com festa pelos irmãos Lucas, de 8 anos, e Antonio, de 5.

A felicidade dos Ferrari serve de paradigma para a revolução pela qual passa a onco-hematologia. Nos últimos dez anos, os progressos nos conhecimentos sobre os intrincados mecanismos de funcionamento das células de defesa do organismo aceleraram e abriram uma nova (e fascinante) frente para o desenvolvimento de medicamentos mais precisos e efetivos e com menos efeitos colaterais. "Eu já estou nessa estrada há muito tempo e nunca imaginei que pudéssemos chegar aonde chegamos", diz o hematologista Carlos Sergio Chiattone, professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, coordenador da área de onco-hematologia do Samaritano e 48 anos de medicina.

Os tratamentos atuais, em vez de atacar diretamente o tumor, como fazem os remédios convencionais, estimulam o sistema imunológico do paciente a identificar e combater o tumor. Na nova imunoterapia, células de defesa, em especial os linfócitos, do próprio paciente são moldadas em laboratório para funcionar como um míssil teleguiado contra as células cancerosas. "Caminhamos para abandonar as quimioterapias clássicas", explica Guilherme Perini, hematologista da equipe do Samaritano. A cura de tumores mais agressivos chega hoje a 75%. "No mieloma múltiplo, a gente saiu de um aumento de sobrevida do paciente de quatro anos para mais de dez anos", completa Perini. E, importantíssimo, com qualidade de vida.

Arquivo Pessoal

A menina Maria Clara com os pais e os irmãos

TERAPIA COM CÉLULAS CART-T

Uma das abordagens mais avançadas, recém-aprovada no Brasil, é a terapia gênica com células CAR-T. Com essa técnica, os especialistas incluem no DNA do linfócito um gene programado para produzir as proteínas necessárias para que o "exército" de defesa do paciente invista, com força total, contra o inimigo. O tipo de CAR-T varia conforme as características do câncer a ser combatido e segue ativo por ao menos uma década depois da infusão.

Dada a sofisticação do tratamento, para oferecer a terapia CAR-T, o hospital tem de passar por uma acreditação internacional. O Samaritano, que integra a rede Americas, está nesse processo e em breve será uma das poucas instituições brasileiras aptas a trabalhar com os novos fármacos. "Se fosse para começar hoje, já estaríamos preparados", orgulha-se o hematologista Ricardo Chiattone, coordenador de equipe de TMO de adulto da instituição.

Os avanços se estendem às terapias mais tradicionais, como os transplantes. No Samaritano, os resultados dos transplantes se equiparam aos dos melhores centros de excelência do mundo. Nos procedimentos autólogos, com células do próprio paciente, a taxa de sucesso chega a 99%, segundo Ricardo Chiattone. Nos feitos com doadores, a taxa pode chegar a 94%.

Responsável técnico - Dr. Maurício Rodrigues Jordão - CRM 98.881

OS CÂNCERES HEMATOLÓGICOS

Doenças podem acometer tanto a medula óssea quanto o sistema linfático

MEDULA ÓSSEA

Tecido esponjoso encontrado no interior dos ossos, a medula óssea funciona como uma espécie de fábrica para os componentes do sangue:

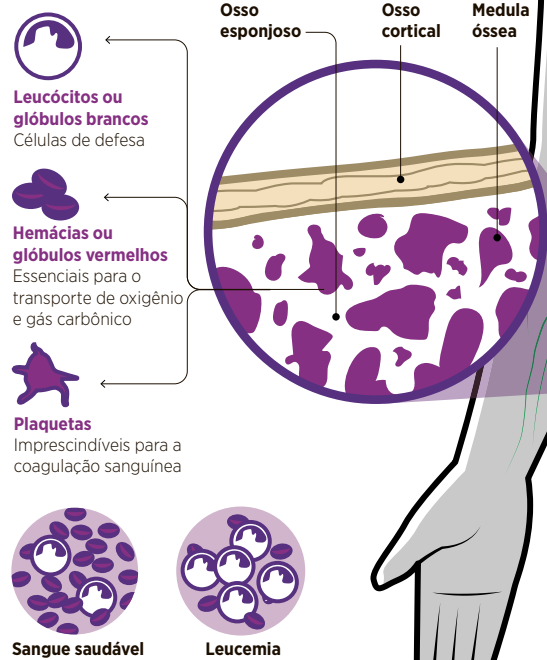
Osso esponjoso
Osso cortical
Medula óssea

Leucócitos ou glóbulos brancos
Células de defesa

Hemácias ou glóbulos vermelhos
Essenciais para o transporte de oxigênio e gás carbônico

Plaquetas
Imprescindíveis para a coagulação sanguínea

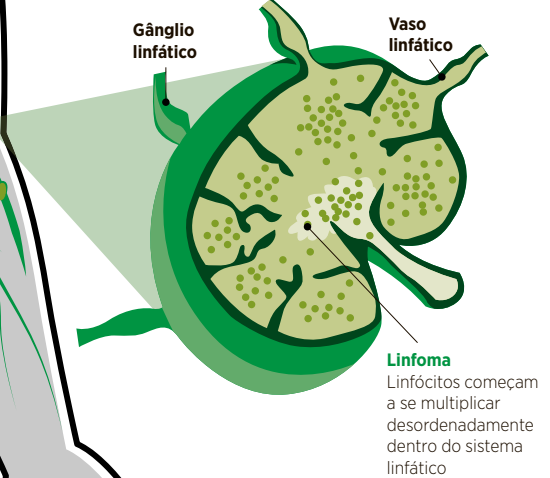
Sangue saudável
Leucemia

Linfonodos cervicais
Baço
Linfonodos inguinais

10.810
novos casos (adultos e crianças) a cada ano do triênio 2020/2022

SISTEMA LINFÁTICO

O sistema linfático é uma rede complexa composta por linfonodos e vasos, responsáveis por manter as células de defesa em circulação, fazendo a vigilância imunológica do organismo

Gânglio linfático
Vaso linfático

Linfoma
Linfócitos começam a se multiplicar desordenadamente dentro do sistema linfático

Número de novos casos para cada ano no triênio 2020/2022

Linfoma de Hodgkin	2.640
Linfoma não Hodgkin (LNH)	12.030
Mieloma múltiplo	7.600

Tipos de leucemia

Leucemia mieloide aguda (LMA)
Tipo mais agressivo de leucemia, compromete a formação e o funcionamento das células saudáveis

Leucemia mieloide crônica (LMC)
De progressão lenta, se caracteriza por um defeito no cromossomo da medula óssea. Não é tão agressiva quanto a LMA

Leucemia linfoide aguda (LLA)
Por algum erro no DNA, os linfócitos não amadurecem. É a leucemia mais comum entre crianças

Leucemia linfoide crônica (LLC)
Desenvolvimento desordenado especialmente dos linfócitos B, responsáveis pela produção de anticorpos. A LLC é considerada crônica porque não impede o desenvolvimento das células saudáveis

Sintomas

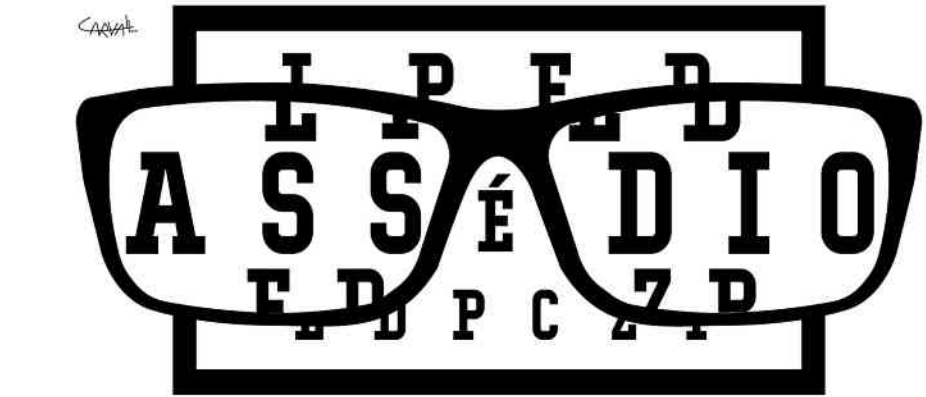
- Fadiga, cansaço, tonturas ou desmaios, dores de cabeça e palidez
- Infecções frequentes
- Febre
- Hematomas, manchinhas vermelhas na pele e sangramentos
- Perda de apetite, perda de peso sem motivo aparente e baço e fígado aumentados
- Suor noturno
- Hemorragia nasal frequente, sangramento nas gengivas e sangue na urina
- Aumento de gânglios (carocinhos na região do pescoço, virilha e axila)
- Dor nos ossos
- Aumento do baço

Tipos de linfoma	Linfoma de Hodgkin (LH)	Linfoma não Hodgkin (LNH)	Mieloma múltiplo
	Tem origem no sistema linfático e é caracterizada pela proliferação anormal dos linfócitos do tipo B. A doença tende a se espalhar de forma ordenada, e costuma se originar na região do pescoço e do tórax	Responsável por 80% dos casos de linfoma, a doença acontece quando os linfócitos, especialmente os B e os T, se multiplicam de forma desordenada	É o câncer dos plasmócitos, os responsáveis pela produção dos anticorpos. Ocorre quando as células passam a se multiplicar descontroladamente e se acumulam na medula óssea, formando os plasmocitomas e comprometendo a produção das células saudáveis do sangue
Sintomas	Febre; suor noturno; perda de peso sem motivo aparente; coceiras na pele; aumento do baço; fadiga. Gânglios aumentados no pescoço, virilha e axilas, sem dor		Cansaço extremo; fraqueza; palidez; perda de peso; mau funcionamento dos rins; dores ósseas, especialmente na coluna, e fraturas espontâneas; infecções constantes; sede exagerada; perda de apetite; constipação grave; infecções constantes

Fontes: Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Instituto Oncoguia

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

O país que reflete Bolsonaro

Enxergar as mazelas do governo é encarar o Brasil que não se quer ver

José Henrique Mariante

*"Parecia um boto se exibindo." Assim é retratado o presidente da Caixa Econômica Federal na piscina. Como escreveu Reinaldo Azevedo, o governo Bolsonaro é tão absurdo que lhe falta verossimilhança. O momento flipper talvez não passasse na análise desse roteiro de filme B que é o país. A frase relatada à **Folha** certamente sim: "Estou com vontade de você". Nem um ser mitológico, na água ou no escritório, pode falar de jeito tão nauseante.*

É incrível Pedro Guimarães, pela ficha corrida escancarada na última semana, não ter sido denunciado antes. Durou três anos e meio, quase todo o mandato de Jair Bolsonaro, de quem é sorridente entusiasta, abaixo do radar da imprensa. Será? Uma colega de Brasília diz que alguns casos eram conhecidos, mas que não havia comprovação ou meio de contá-los. Nas vezes em que enfrentou jornalisticamente o boto, nada de abraços, apenas confrontação, ameaças de processos e grosserias em geral.

Se não era apenas pelos corredores da Caixa que corria a má fama, por que demorou tanto para o país saber mais sobre quem cuidava da maior instituição bancária pública da América Latina? Difícil precisar. A pressão eleitoral de agora talvez tenha ajudado. Caixas de pandora estão sendo abertas por todos os cantos do país, contra atuais e antigos governantes e políticos. É uma explicação razoável, afirma a colega, que apresenta, no entanto, hipótese mais plausível: alguém enfim teve coragem de denunciar, talvez prenunciando uma mudança de governo e uma chance menor de sofrer retaliação. Afinal, antes de uma história política, o episódio é o cotidiano de muitas trabalhadoras neste país de cabras-machos.

Segundo O Globo, o histórico de Guimarães é antigo, remonta a 2004. Tentou beijar uma funcionária na frente de várias pessoas durante uma festa de fim de ano do Santander, mas foi demitido pelo baixo desempenho profissional. Passou por outras instituições e chegou ao governo guindado por Paulo Guedes sem que seu comportamento tenha sido percebido. Ou, possibilidade ainda pior, talvez com o perfil de abusador tolerado. Uma trajetória facilmente detectável se a barra estivesse mais alta, como ocorre com outra frequência no exterior civilizado, seja no mundo corporativo seja no serviço público.

Lá e aqui a imprensa é apenas o último filtro.

Gangorra

Entre todas as baterias da grande mídia voltadas contra o governo Bolsonaro e suas inúmeras mazelas, a revelação sobre os assédios de Pedro Guimarães coube à coluna de Rodrigo Rangel, do Metrópoles. O site brasiliense, de propriedade do senador cassado e condenado Luiz Estevão, já é um dos mais lidos do país com menos de sete anos de estrada.

O portal tem um funcionamento curioso, transitando com desenvoltura tanto nos meandros políticos da capital federal como no universo mundano de celebridades e cliques. Isso explica saltar do mau jornalismo ao furo em poucos dias da semana passada: o site, tal como um tabloide britânico, invadiu a privacidade da atriz Klara Castanho (em texto despublicado logo depois com pedidos de desculpas do autor e da diretora-executiva), episódio de imensa repercussão negativa, para, 48 horas mais tarde, pôr no ar a paulada em Guimarães.

Duas reportagens tão díspares em torno de mulheres saindo da mesma Redação. Roteiro de filme B foge mesmo à lógica.

Drive to survive

*Thiago Amparo comentou em sua coluna a manchete da **Folha** sobre a primeira queda na taxa de letalidade da polícia em oito anos, uma das conclusões do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A matança caiu 4%. Com os números provam qualquer coisa, Eduardo Bolsonaro declarou que a explicação estava na maior quantidade de pessoas armadas, reforçando a falácia bolsonarista de faroeste importada dos EUA.*

A violência caiu, na verdade, apenas na "Suécia" que existe dentro do país, segundo a descrição de Amparo (confesso que sou do tempo da Bélgica, a parte rica da Belíndia de Edmar Bacha). Entre os brancos, a queda da taxa foi de 31%. No "lado sírio", outra descrição sua, a letalidade da polícia contra os negros aumentou 5,8%. O que é mais notícia, a letalidade policial cair no geral ou aumentar contra a população negra? A perspectiva é importante neste país de racistas.

Talvez alguém tenha lido este último parágrafo e reclamado íntima ou abertamente que a vida está cada vez mais chata diante de tantas ponderações. Aí é recomendável a leitura de outra coluna da semana, a de Djamila Ribeiro, sobre o tricampeão Nelson Piquet ter chamado o heptacampeão Sir Lewis Hamilton de "neguinho", em uma entrevista do ano passado resgatada de alguma caverna pelas redes sociais.

Não há equivalência possível entre chatice e violência. O Brasil é um filme ruim.

Disputa concentrada hoje entre Lula e Bolsonaro é de difícil mudança até eleição

Continuação da pág. A4

Isso faz analistas desestimularem comparações com as viradas de governadores vitoriosos em 2018, como Romeu Zema (Novo-MG) e Wilson Witzel (PSC-RJ), que foram arrastados pelo turbilhão bolsonarista. Entende-se que a realidade de agora é outra, tanto nos estados quanto no plano federal.

O conjunto de particularidades leva à avaliação de que o período oficial de campanha dificilmente terá potencial para abalar a permanência de Lula e Bolsonaro na dianteira. Não são descartadas, porém, variações nos percentuais deles em função dos previsíveis ataques de parte a parte.

"Se Bolsonaro for capaz de produzir um milagre, terá chance de vitória. Senão, terá bastante dificuldade e vai ter que contar com a sorte", diz o sociólogo e cientista político Antonio Lavareda, do instituto de pesquisas Ipespe.

A história, observa ele, mostra que presidenciáveis que viraram o jogo foram beneficiados por trunfos (como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real em 1994), padrinhos (Dilma Rousseff e o apoio de Lula em 2010) ou excepcionalidades (atentado a Bolsonaro, que o evidenciou).

Na luta para ficar na cadeira até 2026, o chefe do Executivo recorre a medidas de cunho eleitoreiro contra a crise econômica, pauta mais do que central nesta eleição. A dúvida é se os gestos terão efeito a curto prazo e impacto no voto.

Para analistas, a situação de Bolsonaro é crítica por esse viés, mas ligeiramente confortável se for examinado o fato de que ele ostenta patamar entre 25% e 30% de intenções de voto e não sofre ameaça de ser desalojado da segunda colocação por outros rivais.

O ex-presidente Lula (PT) Marlene Bergamo - 12.mai.2022/Folhapress

O presidente Jair Bolsonaro (PL) Pedro Ladeira - 20.jun.2022/Folhapress

Variáveis na corrida presidencial

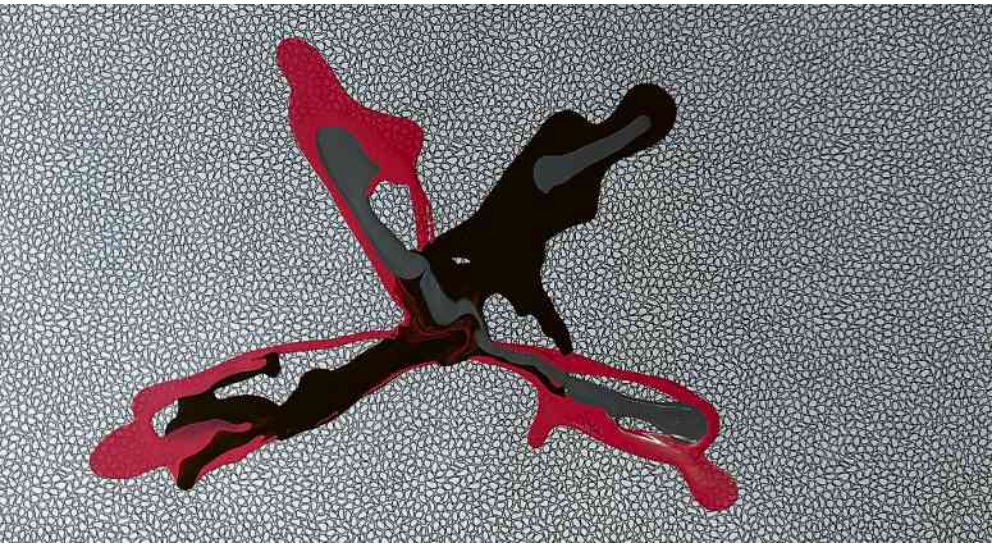
O QUE ESTÁ POSTO HOJE

- Lula e Bolsonaro, juntos, somam **75% das intenções de voto no primeiro turno**, enquanto o terceiro colocado, Ciro Gomes, tem 8%, segundo o Datafolha
- Lula alcança **37% na pesquisa espontânea** e salta para 47% na estimulada (quando são apresentados os nomes dos postulantes). Bolsonaro vai de 25% para 28%
- 70% dos eleitores afirmam já estarem **totalmente decididos sobre seu voto**, segundo o Datafolha. O percentual é ainda maior entre os eleitores de Lula e Bolsonaro (80%)
- 45% dos brasileiros disseram, no Datafolha de março, possuírem **grande interesse** na eleição nacional. Em 2018, esse grau de envolvimento só foi atingido em setembro
- Com percentuais firmes mesmo após crises, Bolsonaro tem **rejeição de 55%** que não votariam nele de jeito nenhum, índice estável desde março

O QUE AINDA PODE MUDAR

- 27% dos eleitores na pesquisa espontânea dizem **não saber em quem votar**, taxa que cai para 4% na estimulada. Nulos e brancos são 7%. Para 29%, sua **escolha atual pode mudar**
- Campanhas de Ciro e Tebet apostam no **período oficial de campanha**, que vai durar um mês e meio, a partir de 16 de agosto, para convencer indecisos e fisgar mais eleitores
- Adversários projetam **fadiga do eleitor com a polarização** entre Lula e Bolsonaro, que levaria à busca de outras opções, mas ambos apresentam até aqui bases fiéis
- Tebet e Janones são **conhecidos** por, respectivamente, 23% e 25% dos eleitores e esperam elevar esses índices para crescerem em intenções de voto
- Deixar a decisão do voto para a **última hora** foi algo comum em anos recentes, mas analistas veem cenário cristalizado precocemente desta vez, o que favorece voto útil

DÚVIDAS QUE PAIRAM

- Bolsonaro conseguirá fôlego com as **ações eleitoreiras** para tentar reduzir os preços de combustíveis e aumentar o Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600?
- Candidaturas alternativas vão chamar a atenção do eleitor e encorpar índices tendo **pouco mais de um mês** de campanha oficial e de horário na TV e no rádio?
- Candidatos como Ciro, Tebet e Janones vão **seduzir eleitores** e subir nas pesquisas a ponto de evitar vitória de Lula no primeiro turno ou tirar Bolsonaro do segundo?
- Alguma **surpresa** pode bagunçar o cenário, seja alteração na lista de concorrentes, mudança de humor do eleitorado ou outro acontecimento da esfera do insondável?
- A campanha oficial, com candidatos exaltando suas virtudes e atacando rivais, conseguirá **impactar de maneira significativa** os desempenhos de Lula e Bolsonaro?

Juliana Freire

A XP seguiu bons exemplos

O andar de cima põe dinheiro na educação

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

A XP decidiu botar R$ 100 milhões numa iniciativa para criar um curso de graduação gratuito e outro de pós (pago) para 400 estudantes. Oferecerá aulas nas áreas de desenvolvimento de sistemas e banco de dados. A entrada de empresários no sistema educacional pode mudar a cara dessa mazela nacional.

Nos Estados Unidos, os institutos de tecnologia de Massachusetts e da Califórnia surgiram no século 19 graças à visão de uma elite de empresários que pensavam no futuro. O MIT foi criado em Boston, em 1861, e o Caltech, 30 anos depois, quando o grosso dos milionários da Califórnia roubava água e terras. (Um dos barões ladrões da época, Leland Stanford, ajudou a criar a universidade que tem seu nome.) Grandes empresas e fortunas americanas orgulham-se de dar seus nomes a universidades: Rockefeller (petróleo), Vanderbilt (ferrovias), Carnegie (aço), Mellon (banco) ou Purdue (alimentos). Deles, só Andrew Mellon teve pai rico.

A filantropia do andar de cima nacional ainda engatinha, mas pode crescer. Durante a pandemia o banco Itaú fez história ao separar R$ 1 bilhão para financiar iniciativas no combate à Covid. A Fundação Dom Cabral muito deveu ao banqueiro Aloysio Faria e o Insper foi criado por Claudio Haddad com o apoio de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira.

Se Deus é brasileiro, progredirão as conversas para que o agronegócio crie uma universidade no Centro-Oeste. Vale lembrar que a veneranda Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, nasceu em 1901 de uma doação de terras do fazendeiro que lhe dá o nome.

Marco histórico

As mulheres que denunciaram Pedro Guimarães ao Ministério Público escreveram uma memorável página no combate ao assédio sexual.

Sobretudo no serviço público, o Brasil não será mais o mesmo.

Outro homem poderoso

O humor testicocéfalo de Roberto Campos (1917-2001), farol do liberalismo nacional e cérebro das reformas do governo Castello Branco, produziu em junho de 1988 um artigo intitulado "Elas gostam de apanhar...".

Campos era senador por Mato Grosso, estava na Constituinte e publicou o texto na Folha de S.Paulo, criticando os excessos paternalistas dos colegas. Usou a seguinte epígrafe, referindo-se a uma conversa sua com Nelson Rodrigues:

Nelson, você acredita que as mulheres gostam de apanhar? (...)

Não, Roberto, nem todas gostam de apanhar. Só as normais.

Campos voltou ao assunto no artigo, criticando uma proposta para que a Constituição dissesse que "o Estado assegura a assistência à família na pessoa dos membros que a integram criando mecanismos para coibir a violência no âmbito destas relações".

Ele ironizava a emenda:

"Pelo que entendi, criar-se-á um mecanismo pelo qual um burocrata apartará as brigas domésticas, impedindo que os pais sejam cruéis nas palmadas ou que os maridos batam nas mulheres".

Mais adiante, dizia:

"É bondade exagerada dos burocratas intervirem nos conflitos do lar. Torna-se até uma violação dos direitos humanos, a julgar pela teste, nunca desmentida cientificamente, do meu saudoso amigo, o dramaturgo Nelson Rodrigues. Tinha ele por verdade axiomática que as mulheres gostam de apanhar. Pelo menos as 'normais'... A Constituição não deve privá-las desse direito".

(Sete anos antes, Campos havia sido esfaqueado por uma ex-namorada que protegia colocando-a na Embaixada do Brasil em Paris. Demitida por falar demais, a senhora foi para Londres, com mesada da empreiteira Odebrecht. A facada aconteceu no meio de uma discussão imobiliária. Campos não a denunciou e nunca desmentiu a versão de que teria sido assaltado no centro de São Paulo. Quando a senhora publicou suas memórias, outro empreiteiro comprou toda a edição, mas alguns exemplares escaparam-lhe.)

Arqueologia

Durante o governo Bolsonaro, um motorista da Caixa Econômica foi demitido por ter comentado o que ouviu no carro em que havia transportado Pedro Guimarães, presidente do banco.

Guimarães teria narrado proezas da noite anterior.

A demissão fez com que o motorista recorresse à Justiça.

Sabe-se lá o que aconteceu com o processo.

Manicômio orçamentário

Na quarta-feira a Comissão Mista do Orçamento aprovou um relatório que só pode ter saído de um manicômio.

Expandiram o alcance do orçamento secreto, avançando em algo estimado em R$ 19 bilhões, ervanário equivalente a cerca da metade do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, zona de repasto dos pastores do MEC. R$ 3,3 bilhões poderão ir para governos dos estados ou prefeituras, para que elas gastem como julgarem melhor.

No ano que vem haverá um novo governo, com um novo Congresso. A turma decidiu que as emendas autorizadas pelo relator-geral ou pelo presidente da Comissão do Orçamento serão impositivas. Ou seja, despesas obrigatórias.

É um jabuti do tempo dos dinossauros, pois dentro dele cabem todos os outros, produzidos por anos de espertezas.

Trata-se de um cheque pré-datado, sem fundos, pois avança na pequena capacidade de investimento do Poder Executivo.

O relatório precisa ser aprovado pelo atual Congresso até o fim de agosto e isso acontecerá quando o senador Rodrigo Pacheco o puser na pauta.

À primeira vista, a iniciativa tem a capacidade de engessar um futuro governo da oposição. Na realidade, engessa qualquer governo.

Diante dessa maluquice, a "PEC Kamikaze" é uma obra pia. Num kamikaze, para destruir o navio, o piloto morre atirando-se com seu avião. Com essa proposta, explode-se o navio sem que o piloto precise sair de casa.

Lula tem sorte

Numa conversa recente, Lula disse que se considera um homem de sorte. Ele lembrou que seu futuro na política foi preservado pelo ministro Gilmar Mendes em 2016, quando impediu que ele assumisse a chefia da Casa Civil, nomeado por Dilma Rousseff.

Se Lula tivesse tomado posse, iria para o olho do furacão que acabou arrastando o governo da senhora.

Moda palaciana

O general Luiz Eduardo Ramos, atual secretário-geral da Presidência, lançou um adereço para a indumentária de militares da reserva. Usa um prendedor de gravata no alto do peito onde brilham as quatro estrelas de seu posto quando estava na ativa. Parecia uma excentricidade pessoal, mas o general Braga Netto acompanhou-o.

Faz tempo, um general brasileiro da ativa que comandava uma tropa internacional pediu que sua louça tivesse as estrelas do generalato. Virou motivo de piada.

Corrida de cavalinhos

De um lado, o PT vem sendo acusado de ter subido num salto alto. De outro, chega a ser pitoresca a corrida de candidatos a cargos no que seria o seu governo.

Dois grupos se destacam. No meio jurídico a bolsa de apostas está aberta para duas vagas no Supremo Tribunal Federal e a cadeira de ministro da Justiça.

No mundo dos números, candidatos disputam a simpatia de Lula para ocupar postos na ekipekonômika.

Salvador tem Bolsonaro apartado, Lula na rua e afago entre Ciro e Tebet

Celebração que marca expulsão dos portugueses da Bahia em 1823 tem presença dos presidenciáveis

Marianna Holanda, Franco Adailton e João Pedro Pitombo

SALVADOR A celebração da Independência da Bahia, com a presença de quatro presidenciáveis neste sábado (2) em Salvador, teve Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em cortejo cívico ao lado da militância petista, Jair Bolsonaro (PL) apartado em motociata em outra região da cidade e trocas de afagos entre Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB).

Lula, Ciro e Simone caminharam nas ruas do Centro Antigo de Salvador ao lado de apoiadores, mas apenas os dois últimos se encontraram.

Bolsonaro, por sua vez, fez um trajeto de 37 km de moto pelas ruas da cidade acompanhado de sua militância. Ele fez um discurso a apoiadores e prometeu que o Brasil teria "um dos combustíveis mais baratos do mundo".

O ato, que acontece faltando três meses para a eleição presidencial, foi encarado como primeiro grande teste da campanha presidencial, com militantes nas ruas e preocupação adicional com a segurança.

Lula se uniu ao cortejo na altura do Largo da Soledade e caminhou por cerca de um quilômetro, contrariando a expectativa inicial de que não participaria do ato cívico.

O petista estava sob forte esquema de segurança e não foi hostilizado. Cercado de apoiadores, ouviu gritos de "Lula guerreiro do povo brasileiro" e "Olê, olê, olá, Lula, Lula".

Lula andou no cortejo ao lado da sua mulher, Rosângela Souza, do governador da Bahia, Rui Costa (PT), do pré-candidato a governador Jerônimo Rodrigues (PT). Mais atrás, sozinho, veio o pré-candidato a vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

A **Folha** apurou que Lula havia sido desaconselhado de participar do cortejo do 2 de Julho por questões de segurança. O petista, contudo, decidiu participar de um trecho para fazer um contraponto a Bolsonaro, que preferiu se unir a apoiadores em uma motociata.

Geraldo Alckmin comentou a receptividade do petista: "É impressionante o carinho que o povo tem com o Lula, uma confiança enorme. É difícil encontrar no Brasil um líder tão popular, com tanta identidade com o povo brasileiro".

Mesmo com a segurança reforçada, inclusive por militantes, a servidora pública Cleide Pinho conseguiu furar a barreira para se aproximar do ex-presidente. "Abracei, tirei foto, beijei. Fiz tudo".

Na subida da Ladeira da Soledade, Lula parou em frente à casa da servidora pública Celiana Borba, 48, para carregar a neta dela, Marina, de 7 meses, vestida de indígena.

O ex-ministro Ciro Gomes, por sua vez, caminhou ao lado da militância do PDT, incluindo a vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos, e o deputado federal Félix Júnior.

Ele não acompanhou o aliado local ACM Neto (União Brasil), pré-candidato a governador que terá o apoio do PDT, que desfilou sem nenhum presidenciável. O ex-prefeito de Salvador adotou um discurso de neutralidade em relação à eleição nacional.

Em entrevista, Ciro destacou as celebrações pela independência e chamou atenção para o cenário de crise econômica e social do país.

"Sangue de brasileiros e baianos foi derramado para construir a nação brasileira e sua Independência. E isso a gente tem que rememorar hoje porque o Brasil está sendo de novo vendido ao estrangeiro. Nosso país está destruído com uma crise econômica e social, a mais grave da história", disse.

A senadora Simone Tebet (MDB) também participou do cortejo. Estava acompanhada do presidente nacional do Cidadania, Roberto Freire, e militantes de partidos aliados.

A cerca de 6 km do Largo da Lapinha, Bolsonaro chegou por volta de 9h30 ao Farol da Barra e discursou em cima de um trio elétrico ao lado do pré-candidato a governador da Bahia, João Roma (PL), e da pré-candidata ao Senado, Raíssa Soares (PL).

No discurso, o presidente criticou os governadores dos nove estados do Nordeste e prometeu que o Brasil terá um dos combustíveis mais baratos do mundo.

"Lamento que os nove governadores do Nordeste tenham entrado na Justiça contra a redução de impostos da gasolina. Isso é inadmissível. [...] Vamos acreditar que a Justiça não dará ganho de causa a essas pessoas e teremos um dos combustíveis mais baratos do mundo", disse.

O preço dos combustíveis caiu nos últimos dias, porque entrou em vigor lei que cria teto para o ICMS nesses itens. Governadores de 11 estados e do DF, contudo, acionaram o STF (Supremo Tribunal Federal) contra a medida.

Segundo pesquisa divulgada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), na sexta-feira (1º), o preço médio da gasolina comum no Brasil caiu 3,6% nesta semana.

Em junho, ranking Global Petrol Prices mostrou que o Brasil tem a 83ª gasolina mais cara do mundo, dentre 170 países. O preço do litro estava 15% acima da média praticada nesses países

Após a motociata, Bolsonaro falou de novo aos apoiadores. "Pode ter certeza que o preço aqui também vai abaixar. Porque a lei é federal. Governador vai ter que cumprir."

Em seus discursos na Bahia, o presidente ainda citou a data da Independência da Bahia e fez uma defesa da liberdade em uma referência às eleições.

"O que está em jogo neste ano é o bem-estar e a liberdade de cada um de nós. Tenho certeza que, se preciso, tudo faremos para que a nossa Constituição, nossa democracia, e nossa liberdade venham a ser preservadas."

No ato bolsonarista, as pessoas usavam as cores verde e amarelo. Ambulantes vendiam bandeiras do Brasil e camisetas do presidente. Adesivos de Bolsonaro com João Roma também estavam sendo distribuídos.

Um apoiador do presidente levou para o Farol da Barra uma placa com o nome "rua Soldado Wesley", em referência ao policial militar Wesley Soares, morto em março deste ano no Farol da Barra, mesma região dos atos realizados neste sábado.

Na ocasião, o soldado passou quatro horas dando tiros para o alto, gritando palavras de ordem, e foi baleado após atirar com um fuzil contra policiais que negociavam sua rendição. Desde então, ele tem sido tratado como uma espécie de mártir por grupos bolsonaristas.

Na concentração da motociata, um homem estendeu uma toalha com a imagem de Lula da janela de um prédio. Foi xingado e vaiado por bolsonaristas.

O ponto de partida da motociata foi alterado na última semana para evitar possíveis conflitos entre bolsonaristas e petistas. O ato estava previsto inicialmente sair das imediações da Arena Fonte Nova. Mas a concentração foi mudada para o Farol da Barra após uma coincidência de data e local com um evento de Lula, que aconteceu dentro do estádio.

Data cívica máxima da Bahia, o 2 de Julho celebra a expulsão das tropas portuguesas de Salvador em 1823, quase dez meses depois da Independência do Brasil.

Diferentemente da maioria dos estados, onde a Independência aconteceu sem luta armada, na Bahia ela foi precedida por batalhas entre tropas aliadas a Portugal e tropas formadas por brasileiros.

A data é celebrada todos os anos em um cortejo para lembrar o surgimento da nação e miscigenação brasileira.

Lula com apoiadores em Salvador em celebração da Independência da Bahia Ricardo Stuckert/Divulgação

Bolsonaro em motociata na capital baiana neste sábado Arisson Marinho/AFP

Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) em cortejo em Salvador Simone Tebet no Twitter

Petista cobra dever de militares com democracia

Lula cobrou cobrou militares comprometidos com a democracia e afirmou que não irá tolerar ameaças ou tutela sobre as instituições.

"É preciso superar o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas. Não toleraremos qualquer espécie de ameaça ou tutela sobre as instituições representativas do voto popular", disse neste sábado, na capital baiana.

O ex-presidente ainda afirmou que as Forças Armadas devem estar comprometidas com a democracia e devem cumprir estritamente o que está definido na Constituição.

"O Brasil independente e soberano que queremos não pode abrir mão de suas Forças Armadas. Não apenas bem equipadas e bem treinadas, mas sobretudo as Forças Armadas comprometidas com a democracia."

O petista destacou que o Brasil precisa de normalidade institucional para sair da crise e disse que as Forças Armadas estarão ao lado da população, "na nossa luta por uma independência".

No discurso, ainda minimizou as chances de um golpe liderado por Bolsonaro e disse acreditar que haverá normalidade democrática.

"Não acreditem no terrorismo que é feito na televisão de que vai ter golpe, que ele [Bolsonaro] está querendo criar caso", afirmou Lula, que ainda criticou o atual presidente por suspeitar das urnas eletrônicas. **JPP**

FOLHA DE S.PAULO ★★★

Lula e Bolsonaro vão definir xadrez de disputas ao Senado

Presidenciáveis têm pendências e congestionamentos na formação de palanques nos maiores colégios eleitorais

João Pedro Pitombo

SALVADOR As articulações do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formação dos palanques nos estados devem impactar a escolha de candidatos ao Senado nos maiores colégios eleitorais.

Faltando menos de três semanas para o início do prazo para as convenções partidárias, que ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto, a construção das chapas nos estados entra na reta final com uma série de arestas para serem aparadas.

Dos dez maiores colégios eleitorais do país, nove ainda enfrentam pendências, seja pela falta do candidato ao Senado, seja pela postulação de mais de um nome ao único cargo em disputa. Apenas na Bahia já foram definidos os candidatos ao Senado das quatro principais chapas.

Nos principais estados, essa definição deve passar pela estratégia nacional dos partidos para contemplar aliados e ampliar os palanques locais com a adesão de siglas que não estarão na coligação federal.

A eleição para o Senado é uma das prioridades tanto de Lula quanto de Bolsonaro. No caso do petista, o objetivo é ter uma bancada legislativa mais alinhada à esquerda que o deixe menos refém de negociações com partidos fisiológicos no Congresso Nacional.

Para Bolsonaro, também pesa o fato de o Senado ser a Casa legislativa que decide sobre temas mais delicados, caso do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal, uma das armas de pressão do presidente em sua escalada de ataques à democracia.

No campo da esquerda, as indefinições passam principalmente pelos embates entre o PT e o PSB, os dois maiores partidos da coligação de Lula.

Em São Paulo, os dois partidos enfrentam um impasse com as candidaturas próprias a governador de Fernando Haddad (PT) e Márcio França (PSB) —ambos seguem sem pré-candidatos ao Senado.

França admitiu na segunda-feira (27) em reunião com seu partido que pode desistir da candidatura ao Palácio dos Bandeirantes e aderir a Haddad. O PT ofereceu a ele a vaga ao Senado na coligação.

O imbróglio entre PT e PSB também se estende ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de estados menores como Espírito Santo, Paraíba e Acre.

No Rio, a disputa se dá em torno da vaga para o Senado: o presidente da Assembleia Legislativa, André Ceciliano (PT), e o deputado federal Alessandro Molon (PSB) disputam a indicação para concorrer na chapa liderada pelo pré-candidato a governador Marcelo Freixo (PSB).

Uma das possibilidades é a de candidatura dupla ao Senado na mesma chapa, mesmo com apenas uma cadeira em disputa. Ceciliano, contudo, exige ser o único candidato da coligação e mantém conversas em aberto com Felipe Santa Cruz (PSD), nome ao governo apoiado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes.

A alternativa de mais de uma candidatura ao Senado ancoradas na mesma coligação ao governo foi recentemente considerada legal pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A disputa gaúcha é outra onde a definição do candidato a senador da esquerda ainda depende de um armistício entre PT e PSB. Os petistas lançaram o deputado estadual Edegar Pretto ao governo e os pessebistas querem que o ex-deputado Beto Albuquerque (PSB) encabece a chapa.

A indefinição ainda inclui o PSOL, que nacionalmente também apoia Lula, e mantém a pré-candidatura ao governo do vereador Pedro Ruas. O PT segue sem um nome para o Senado e tenta chegar a um consenso com PSB e PSOL.

Em Santa Catarina, o ex-deputado Décio Lima (PT) e o senador Dario Berger (PSB), que eram adversários e agora estão alinhados, disputam quem vai encabeçar a chapa ao governo e também seguem sem definição sobre o Senado.

O presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, afirmou na terça-feira (28) que a definição das chapas não será discutida isoladamente.

"As pendências nas negociações estaduais entre PT e PSB serão feitas em bloco, de uma única vez, seja em relação a pré-candidaturas a governos ou Senado. Não haverá nenhuma decisão pontual".

No campo bolsonarista, há um engarrafamento de postulantes ao Senado em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, há pontas soltas na chapa do ex-ministro Tarcísio de Freitas (Republicanos), com três pré-candidatos ao Senado que o apoiam.

O principal nome para o cargo era José Luiz Datena (PSC), mas ele anunciou na quinta-feira (30) que não concorrerá. O apresentador enfrentava resistências das alas mais radicais do bolsonarismo.

"Ignoro, claro, certos grupos radicais que me hostilizaram e hostilizam, que pesaram muito nessa decisão", disse o comunicador, ao agradecer aos políticos com os quais conversou nos últimos meses.

Com a saída de Datena, outras opções seriam o empresário Paulo Skaf (Republicanos), a deputada estadual Janaína Paschoal (PRTB) e a médica Nise Yamagushi (Pros).

O governador Rodrigo Garcia (PSDB) é outro que ainda não tem candidato a senador, mas viu ao menos quatro de seus aliados se lançarem ao cargo. O que teria maior densidade nas urnas, o ex-juiz Sergio Moro, teve a sua transferência de domicílio eleitoral barrada pela Justiça.

Também se lançaram o ex-senador José Aníbal (PSDB), o dirigente partidário Fernando Alfredo (PSDB) e o deputado estadual Heni Ozi Cukier (Podemos).

O vereador Milton Leite (União Brasil) era outro nome cotado na base, mas o seu partido se afastou de Garcia e pode se aliar a Tarcísio de Freitas ou até a Fernando Haddad.

No Rio, o senador Romário (PL) trabalha para concorrer à reeleição na chapa do governador Cláudio Castro (PL), mas é rechaçado por bolsonaristas que veem no ex-jogador um nome pouco alinhado às pautas conservadoras.

Os mais radicais querem o deputado federal Daniel Silveira (PTB), mas ele está inelegível após ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal por ameaças e incitação à violência contra ministros da corte. Outro nome que corre na mesma raia é o do ex-prefeito do Rio Marcelo Crivella (Republicanos).

Em Santa Catarina, o campo bolsonarista voltou a ficar aberto após a desistência do empresário Luciano Hang em concorrer ao Senado.

Mas a tendência é de pulverização, já que três candidatos ao governo —Carlos Moisés (Republicanos), Jorginho Mello (PL) e Esperidião Amin (PP) apoiam o presidente.

No Rio Grande do Sul, os palanques de Bolsonaro estarão divididos: o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) concorre ao Senado na chapa de Onyx Lorenzoni (PL). Já Luís Carlos Heinze (PP) terá a vereadora Comandante Nádia (PP) como candidata a senadora.

Também há indefinição na chapa do ex-governador Eduardo Leite (PSDB), que concorre a um novo mandato. Ele mantém conversas com a ex-senadora Ana Amélia (PSD) e o senador Lasier Martins (Podemos), que mira a reeleição.

No Paraná e em Minas Gerais, há uma aproximação dos governadores com Bolsonaro, mas os bolsonaristas caminham para ter seus próprios palanques localmente

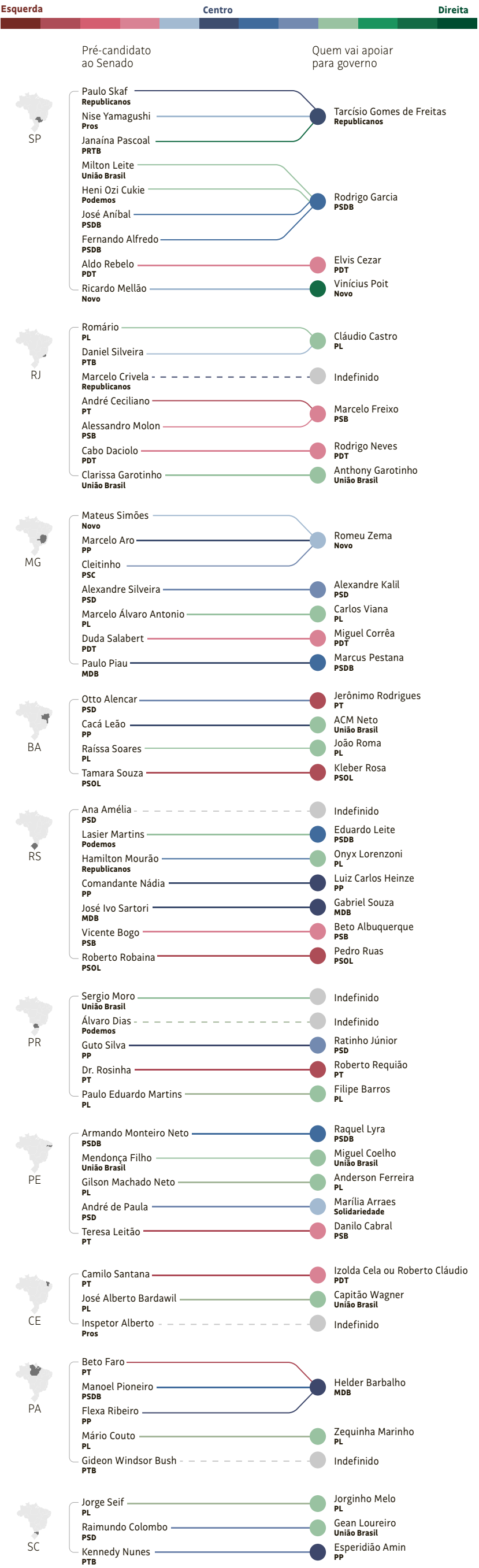
Em Minas, o governador Romeu Zema (Novo) ainda não definiu seus candidatos. A escolha também passa pela definição do nome do vice, posto oferecido ao jornalista Eduardo Costa (Cidadania).

Caso a parceria ocorra, o que depende do PSDB de Aécio Neves, o nome para o Senado será o deputado federal Marcelo Aro (PP) ou o ex-secretário Mateus Simões (Novo). A base de Zema ainda deve ter uma candidatura avulsa a senador do deputado estadual Cleitinho Azevedo (PSC).

No Paraná, Ratinho Júnior (PSD) tem em sua base o pré-candidato a senador Guto Silva (PP), mas mantém conversas com o deputado federal Paulo Eduardo Martins (PL), que busca amarrar o governador ao palanque de Bolsonaro.

Completa o cenário de indefinição a pré-candidatura ao Senado de Sergio Moro (União Brasil), cujo partido faz costuras com o governador. Caso isso ocorra, ele teria que bater de frente com o seu antigo padrinho político, o senador Álvaro Dias (Podemos).

> As pendências nas negociações estaduais entre PT e PSB serão feitas em bloco, de uma única vez, seja em relação a pré-candidaturas a governos ou Senado
>
> **Carlos Siqueira**
> presidente nacional do PSB

> Ignoro, claro, certos grupos radicais que me hostilizaram e hostilizam, que pesaram muito nessa decisão
>
> **José Luiz Datena (PSC)**
> ao anunciar sua desistência de concorrer ao Senado por SP

As posições dos partidos estão calculadas segundo o perfil dos seguidores de seus membros no Twitter, medida pela ferramenta GPS Ideológico, da **Folha**. Fonte: partidos

TikTok vira curinga eleitoral e não é mais só para dancinha

Rede social ganha novos usos por campanhas e desafia comunicação política

Paula Soprana

SÃO PAULO Ainda muito associado a dancinhas, o TikTok aos poucos cresce na estratégia das principais campanhas e vira uma aposta para a viralização de conteúdos eleitorais.

Com um algoritmo que alcança audiências na casa dos milhões, o aplicativo de vídeos não é mais visto como um meio de falar só com jovens, mas com todas as faixas etárias, e desafia a comunicação política a ser cada vez mais curta e direta.

Estimativas do mercado internacional apontam para a existência de cerca de 75 milhões de usuários no Brasil. A empresa não divulga dados regionais, mas diz ter 1 bilhão de inscritos no mundo.

Entre os presidenciáveis bem posicionados nas pesquisas, Jair Bolsonaro (PL) domina com folga em número de seguidores (1,8 milhão), curtidas e compartilhamentos de vídeos. Tem onze vezes mais fãs que o segundo colocado, Ciro Gomes (PDT), com 157,5 mil.

Já Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que estreou oficialmente na plataforma no fim de junho, conta com quase 105 mil.

Embora esses dados sejam relevantes, não são os únicos que importam para os candidatos. Dois fatores são cruciais: a atuação da militância e o número de compartilhamentos de um vídeo. Isso porque os conteúdos são facilmente transferidos para o WhatsApp, ativo em quase todos os celulares do Brasil.

"O papel nesta campanha vai ser grande, mas um pouco menor do que o potencial que a rede oferece, já que muita gente entrou tarde. O conteúdo produzido por páginas ideológicas deve beneficiar muito os candidatos", diz Leonardo Barchini, pesquisador do Cepesp/FGV e da consultoria Arquimedes.

Com vídeos de até três minutos e ferramentas fáceis de edição, é simples pegar trechos de vídeos do YouTube, incluir uma trilha sonora e adicionar legendas que vão direto ao ponto.

"Os candidatos não vão produzir 80 vídeos por dia, a militância vai. Um exemplo: o melhor vídeo do canal do Lula é um de Janja cantando 'Lula lá', com 640 mil visualizações. Um corte de um vídeo do artista Eduardo Marinho declarando voto a Lula a um podcast gerou 15 milhões. Imagine o esforço de uma campanha para conseguir isso", diz Barchini.

As campanhas têm equipes pequenas dedicadas só ao TikTok. Elas reembalam falas antigas dos candidatos, com filtros na imagem e músicas, e também produzem conteúdo original para a rede.

O perfil de Lula vai de discursos curtos a registros dele malhando na academia.

Em um vídeo de 24 segundos, um ator "assalta" cidadãos com uma bomba de gasolina na mão, fingindo ser uma arma. Quem para o carro no posto deixa bolsa, carteira, relógio, celular. A música de fundo, um modão caipira, diz: "Eu vou abastecer no posto e o preço é um assalto, a culpa é do Bolsocaro".

"Entramos no TikTok pensando no jovem e encontramos senhores gravando a fala do Lula sobre a fome enquanto comiam um tutano", diz Bruna Rosa, da coordenação digital da campanha. "Tem gente do interiorzão, das mais diferentes condições sociais e idades."

O perfil de Bolsonaro no TikTok, ativo desde o início de 2021, é o espaço da campanha para o personagem bem-humorado e das "mitadas", a figura que o consagrou na militância digital em 2018.

Além de vídeos com um tom dramático explorando história de vida, críticas ao PT e ao comunismo, também tem o presidente sorrindo e pagando de modelo ao som de "Let's Get It On", de Marvin Gaye.

Embora esse modelo seja distante da política tradicional e pareça superficial e pouco informativo, estrategistas afirmam que o meio não pode ser minimizado e que ele casa com a maneira rápida que a população se informa hoje.

"É bem possível defender campanha em três minutos. A melhor condição para convencer alguém é a capacidade de síntese", diz Marcos Carvalho, da AM4, que coordenou a campanha do PSL em 2018.

Para Lucas Fontelles, coordenador digital da campanha de Ciro Gomes, o TikTok pode desempenhar um papel semelhante ao do WhatsApp em 2018 —fundamental para a vitória de Bolsonaro.

"O marketing político tradicional não quer aceitar que o eleitor pode ver cinco vídeos de um minuto e meio e decidir o voto com base nisso", diz. "Qual era o tempo dos conteúdos em 2018? O que Bolsonaro fez foi pré-tiktokização, eram vídeos e falas curtas. O mercado está acostumado com poucos conteúdos longos, mas agora é preciso produzir muito conteúdo curto e impactante para convencer o eleitor."

Para ilustrar a importância da rede, os dois candidatos que foram ao segundo turno na Colômbia, Gustavo Petro e Rodolfo Hernández, tiveram estruturas bem-feitas no TikTok. Candidato derrotado, Hernández ficou conhecido como "velhinho do TikTok".

A plataforma foi central por ser gratuita, falar com os jovens e casar com o estilo direto do empresário, como contou à **Folha** o marqueteiro Ángel Becassino.

Como poucas agências conseguem monitorar o TikTok e o Kwai, aplicativo rival que também integra as campanhas, é difícil entender seu tamanho político. Mas algumas análises já indicam mais engajamento no bolsonarismo.

Levantamento dos pesquisadores Djiovanni Marioto (da UFPR) e Luiza Mello (da UFF) mostra que hashtags que deslegitimam urnas eletrônicas ou sugerem implementação de voto impresso geram muita conversa. No segmento da direita, vídeos aglutinados em #votoimpresso alcançam quase 50 milhões de visualizações, de janeiro a maio.

No escritório do MBL (Movimento Brasil Livre), que desde 2013 domina o uso político de redes sociais, cinco papéis de parede foram colados num pequeno estúdio para que os candidatos ao Legislativo façam vídeos para a plataforma.

Guto Zacarias, pré-candidato a deputado estadual em São Paulo e com mais de 280 mil seguidores, mostra a tela do celular: apenas um vídeo chega na casa de 10 milhões de visualizações.

"No TikTok, tudo é na casa de milhões. Depois que um vídeo atinge 10 mil, não dá mais para saber seu alcance porque aí provavelmente já foi para o WhatsApp. A estatística é muito maior", diz.

Para integrantes do MBL, um perfil no TikTok também serve como um santinho, o cartão de visitas para captar o eleitor e levá-lo para grupos onde a conversa é mais estreita, como no WhatsApp e no Telegram.

"É um panfleto marcando a cara da pessoa. Um vídeo pode valer como 10 milhões de santinhos", diz Amanda Vettorazo (União Brasil), pré-candidata à Assembleia de São Paulo.

Popularidade de presidenciáveis no aplicativo

JAIR BOLSONARO (PL)
Ativo desde junho de 2021
1,8 mi de seguidores
Vídeo mais visto
14 milhões de pessoas

ANDRÉ JANONES (AVANTE)
Ativo desde abril de 2021
216,3 mil seguidores
Vídeo mais visto
2,4 milhões de pessoas

CIRO GOMES (PDT)
Ativo desde abril de 2021
156,7 mil seguidores
Vídeo mais visto
1,6 milhão de pessoas

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT)
Ativo desde junho de 2022 (há outro perfil não verificado no ar desde junho de 2021)
104,7 mil seguidores
Vídeo mais visto
645 mil pessoas

SIMONE TEBET (MDB)
Ativa desde maio de 2022
4.223 seguidores
Vídeo mais visto
53 mil pessoas

A exploração da desgraça

Congresso favorecer Bolsonaro com bilhões é ladroagem eleitoral

Janio de Freitas
Jornalista

Descaracterizar o texto constitucional para favorecer o candidato Jair Bolsonaro com o direito de gastar, nos 90 dias anteriores à eleição, dezenas ou centenas de bilhões a pretexto de benefícios sociais é, em sua escancarada imoralidade, ladroagem eleitoral. Foi o que o Senado fez.

É o que a Câmara está sendo ativada por seu presidente, Arthur Lira, para fazer nesta semana.

É injustificável e vergonhoso que a oposição, incluída a chamada esquerda, tenha votado e vote outra vez a favor desse golpe parlamentar-eleitoral, que cria até o perigoso estado de emergência. A alegação oposicionista, de que não poderia opor-se aos auxílios sociais infiltrados nessa mudança constitucional, é oportunista ou, em eventual sinceridade, obtusa. A mistura ardilosa e má-fé são explícitas.

O preço da cesta básica está maior do que o salário mínimo porque, entre suas causas, o aumento dos combustíveis foi logo repassado aos preços do transporte de carga. E R$ 1.000 de vale-caminhoneiro nada soluciona. O vale-gás proposto é engodo duplo.

Um botijão de 13 kg para a família por dois meses é ridículo e encobre a falta de verificação governamental da relação custo/lucro do botijão de gás para as distribuidoras.

Esses dois exemplos servem para outras verbas do pacote, como os R$ 200 a mais no Bolsa Família rebatizado e piorado com o abandono da condicionante ao número de filhos.

Há meses o governo vinha falando nos auxílios agora encaminhados e que então prescindiam de ataque à Constituição e ao Código Eleitoral.

Bastaria racionalizá-los e dar-lhes as verbas de gastos patifes e mesmo criminais, como o corrupto orçamento secreto.

A protelação transitou sob a vadiagem da oposição, há muito desinteressada de ações públicas e a histórica indiferença social da chamada mídia. Ao custo de piores dificuldades de vida para a maioria da população, Bolsonaro e Paulo Guedes empurraram o auxílio segundo a conveniência eleitoral. Auxílio Social que, a rigor, deve se chamar Auxílio a Bolsonaro.

Esse arrombamento dos cuidados eleitorais da Constituição e da legislação é infernal: ou Bolsonaro vence ou trava o governo do sucessor.

Com o também proposto "orçamento impositivo" que se junta ao orçamento secreto, obrigando o futuro governo a exaurir-se em gastos determinados por parlamentares ou com as obrigações financeiras que Bolsonaro crie nos três meses da campanha.

As carências sociais atingidas pela pandemia e, agora, pela guerra ucraniana agravaram-se mais no Brasil do que em grande parte do mundo. Mesmo em nossa vizinhança. Mas as necessidades pedem o encaminhamento de soluções, não paliativos espertos e efêmeros, que logo tornarão a pobreza mais pobre, a fome mais desesperante.

Com soluções, Bolsonaro, Paulo Guedes e os militares influentes não consumiram nem um minuto sequer. Mas a desgraça social não pode servir para ardis e êxito dos que a tornam sempre maior.

Bolsonarista ou oposicionista, quem votou no Senado e quem votar na Câmara pela emenda que derruba a proibição de gastos eleitoreiros nos 90 dias antes da eleição —fundamento das regras anticorrupção eleitoral—, não está dando um voto.

Está contribuindo para a permanência dos assediadores de mulheres, a já prometida liberação geral do porte de arma, as milícias, o desmatamento e as extrações ilegais da Amazônia, o garimpo e o contrabando, os cortes de verbas da saúde e da educação, a repressão à cultura, os privilégios a militares e policiais, o racismo e variadas fobias desumanas.

E o ódio às mulheres, esse sentimento —para dizer o mínimo, muito esquisito— que Bolsonaro representa tão bem na convicção de que gerar a filha foi, por ser mulher, uma fraquejada sua.

Tão amigos

Aos que não pude levar agradecimentos diretos, vai aqui minha gratidão por suas delicadezas no meu indelicado nonagésimo ano. Com franqueza, foram comoventes.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. **Celso Rocha de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca| QUA. Elio Gaspari| QUI. Conrado H. Mendes| SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida| SÁB. Demétrio Magnoli

O governador Rodrigo Garcia (PSDB) durante ato em São Vicente Marcio Ribeiro - 22.jun.2022/Fotoarena

Tarcísio de Freitas (Republicanos) visita a Festa do Peão de Americana Leco Viana - 18.jun.2022/TheNews2

Rodrigo e Tarcísio rivalizam com campanhas paralelas

Duelo empurra governador para direita e ex-ministro para versão moderada

Artur Rodrigues e Carolina Linhares

SÃO PAULO A avaliação de que só resta uma vaga na disputa ao segundo turno pelo Governo de São Paulo levou Rodrigo Garcia (PSDB) e Tarcísio de Freitas (Republicanos) a se engajarem em campanhas paralelas, com convergência de temas e ataques mútuos.

As equipes avaliam que a ida ao segundo turno de Fernando Haddad (PT), que hoje lidera a corrida, está consolidada. Com a expectativa de que Márcio França (PSB) abandone a corrida para concorrer ao Senado, o lugar restante na disputa, avaliam, ficará com Tarcísio ou Rodrigo.

Pesquisa Datafolha publicada na quinta (30) mostra ambos empatados com 13%, enquanto Haddad lidera com 34%. O diagnóstico faz com que Rodrigo dê acenos mais à direita e Tarcísio mais ao centro.

Mirando conservadores e bolsonaristas, Rodrigo tem adotado discurso duro na segurança e demonstrado proximidade com forças policiais.

Já Tarcísio, por sua vez, embora tenha tom ainda conservador, se mantém mais moderado do que o de seu padrinho político, o presidente Jair Bolsonaro (PL), com direito a posicionamento favorável às urnas eletrônicas e defesa da vacinação.

Nas últimas semanas, a temperatura da disputa subiu e ambos os pré-candidatos trocam ataques com frequência.

Para se contrapor ao ex-ministro, o governador tem baseado sua campanha em seu conhecimento do estado e no fato de ser um "paulista raiz", já que o adversário é carioca, e tem investido em obras de pavimentação, dado que o rival tem fama de asfaltar. Enquanto isso, Tarcísio tem batido forte nos problemas de segurança no estado.

Um exemplo dessa dinâmica aconteceu com a ida de Tarcísio ao programa Pânico, da Jovem Pan. Instado a deixar uma pergunta a Rodrigo, o ex-ministro da Infraestrutura questionou se o governador anda livremente com o celular na mão —uma indireta sobre a alta incidência desse tipo de crime no estado.

Rodrigo, então, voltou a bater na tecla da origem de Tarcísio —como a **Folha** revelou, ele não mora no apartamento que indicou à Justiça Eleitoral, em São José dos Campos, no interior paulista, assunto investigado pela Promotoria.

"Se ao menos ele morasse aqui, pagasse imposto aqui e ajudasse SP a crescer... mas nem isso. Ele ataca SP, eu defendo SP. Ele critica SP, eu me orgulho de SP", rebateu o governador.

Aliados dos dois argumentam que eles só rebatem ataques um do outro e acreditam que pelo perfil de ambos o bate-boca não deve passar muito disso.

Para chegar ao segundo turno, as campanhas apostam em teses opostas.

Na visão da equipe de Rodrigo, a polarização entre petismo e bolsonarismo não deve se repetir no estado. Por esse raciocínio, agora livre da impopularidade de João Doria (PSDB), hoje fora das eleições, e com boas vitrines, a máquina deve pesar a favor do governador —que já está crescendo nas pesquisas.

Já do lado de Tarcísio a aposta é que a disputa nacional vai se impor também em São Paulo, impedindo que Rodrigo cresça. Aliados apontam ainda que, no interior, eleitores descontentes com o PSDB e com o ex-governador Doria têm se juntado ao ex-ministro.

O discurso do tucano sobre conhecer São Paulo e ser paulista, argumentam ainda aliados de Tarcísio, pegou mal em um estado composto e construído por imigrantes. O ex-ministro tem estudado as questões paulistas e já é considerado mais preparado que Rodrigo entre os seus.

O núcleo de Rodrigo, porém, sustenta que os paulistas não votarão em alguém que caiu de paraquedas no estado e ainda o teria prejudicado quando esteve no governo, travando obras de infraestrutura.

O poder da máquina não é subestimado entre os apoiadores de Tarcísio, que preferem não encarar Rodrigo no segundo turno. Mas, há dúvidas se o tucano terá tempo suficiente até a primeira rodada das eleições para colher os louros de seus investimentos.

Conforme a **Folha** vem mostrando, o governador tem feito investimento recorde em asfalto às vésperas da eleição, além da distribuição de veículos e repasses a prefeituras.

Aliado a isso, Rodrigo tem feito um discurso que visa a pescar eleitores de Tarcísio. Na quarta-feira (29), durante entrega de 27 mil pistolas, disse que "não é para que policial faça cafuné na cabeça de bandido" e que quem reagir "vai levar bala sim".

Intenções de voto, segundo o Datafolha

Fernando Haddad (PT) 34%

Tarcísio de Freitas (Republicanos) 13%

Rodrigo Garcia (PSDB) 13%

Gabriel Colombo (PCB) 3%

Felicio Ramuth (PSD) 2%

Altino Junior (PSTU) 2%

Vinicius Poit (Novo) 1%

Abraham Weintraub (Brasil 35) 1%

Elvis Cezar (PDT) 1%

Em branco/ nulo/nenhum 20%

Não sabe 9%

64% dos entrevistados não votariam de jeito nenhum em candidato a governador apoiado por Bolsonaro, padrinho que causa a maior rejeição no estado

Cenário sem Márcio França (PSB), que sinalizou desistir; pesquisa com margem de erro de dois pontos percentuais, de terça (28) a quinta (30) e registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número SP-02523/2022

Nessa área, em que o bolsonarismo tem grande apelo, Tarcísio investe em crítica às câmeras corporais dos policiais militares —medida bem-sucedida que, segundo especialistas, ajudou a fazer desabar tanto a letalidade policial quanto as mortes de agentes.

Apesar dos dados positivos, o ex-ministro tem dito que o policial não pode ser tratado como suspeito.

O discurso do rival chegou até a balançar Rodrigo sobre o assunto, que sinalizou que poderia haver mudanças na medida, mas depois recuou.

Tarcísio busca um equilíbrio entre acenar para a base ideológica de Bolsonaro e tentar furar a bolha em direção ao centro. O principal movimento de abrangência é a participação de políticos do PSD, como Guilherme Afif e Cezinha de Madureira, entre os coordenadores da campanha.

O próprio PSD, de Gilberto Kassab, negocia eventual apoio a Tarcísio. No entanto, a saída de José Luiz Datena (PSC) da disputa ao Senado na chapa do ex-ministro torna a negociação mais incerta.

Em algumas peças de divulgação, as pré-campanhas de Rodrigo e Tarcísio chegam a convergir —os dois se mostram descontraídos e respondem a comentários de pessoas nas redes sociais.

Rodrigo com frequência usa seu Fusca nas peças e tem um quadro fixo chamado "Raizômetro", no qual responde a perguntas sobre o estado. O material é uma indireta em relação a Tarcísio, que reagiu com um vídeo lembrando que o estado é construído por imigrantes.

O presidente do Supremo, ministro Luiz Fux Carlos Moura - 17.fev.2022/STF/Divulgação

Fux chega ao fim de gestão no STF sem restringir decisões individuais

Corte não fecha consenso sobre mudança que levaria liminares para julgamento em colegiados

José Marques e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro Luiz Fux chega às vésperas do fim da sua presidência no STF (Supremo Tribunal Federal) sem construir um acordo para implementar regimentalmente restrições às polêmicas decisões individuais na corte, quase dois anos após o tema começar a ser discutido publicamente.

Elaborada pelos ministros Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso, a proposta previa que decisões liminares (urgentes) seriam submetidas de imediato à apreciação do plenário, composto por 11 ministros, ou por uma das turmas de cinco integrantes.

Era previsto ainda que, nessas situações, o relator definiria as medidas cautelares necessárias no caso em julgamento e liberaria imediatamente a decisão para referendo dos pares.

Só após essa liberação, com inclusão automática do processo na pauta da sessão posterior, a decisão teria efeito.

A sugestão começou a ser votada ainda na gestão Dias Toffoli, em julho de 2020, em sessão administrativa virtual. O julgamento foi interrompido em agosto do mesmo ano por solicitação de Fux, que pediu vista (mais tempo para análise).

O tema voltou à tona meses depois, em outubro, com Fux já na presidência, após a decisão do ministro Marco Aurélio, hoje aposentado, de soltar o narcotraficante André de Oliveira Macedo, o André do Rap, um dos principais chefes do PCC.

A ordem de Marco Aurélio foi dada após manobras da defesa de André do Rap para o caso cair com um ministro cuja tendência era conceder uma decisão favorável.

Fux e o plenário do STF agiram para revogá-la e para mudar a forma como os processos eram distribuídos entre os ministros, mas o narcotraficante se escondeu e está foragido da Justiça até hoje.

A partir de então, o presidente da corte passou a defender em reservado o retorno à pauta de uma medida que restringisse decisões individuais.

Mas o próprio Fux acabou resistindo a uma sugestão do ministro Gilmar Mendes relativa ao tema. O decano do Supremo queria que houvesse um período de transição que obrigaria os ministros a votar as decisões individuais que já estavam em vigência.

Isso porque, desde janeiro de 2020, Fux não coloca em pauta a decisão que suspendeu a implantação no país do juiz das garantias. Ele é o relator do processo e tem esperado que o Congresso Nacional volte a debater o assunto.

Desde então, a controvérsia sobre as decisões judiciais não foi mais pautada nas sessões administrativas da corte.

Atualmente, apenas cerca de 15% das decisões tomadas pelo STF são colegiadas. As outras 85% são individuais. Nos últimos cinco anos, elas se mantiveram acima dos 82%.

A gestão de Fux se encerra em setembro deste ano, quando ele será substituído no comando do Supremo pela ministra Rosa Weber.

Como não avançou em pautar a medida, Fux tem exaltado inovações menos drásticas nos procedimentos e dito que deu passos rumo à "desmonocratização" —ou seja, à redução das decisões monocráticas— sem alterar o regimento.

A principal delas é a prática de convocação do chamado "plenário virtual extraordinário", que são sessões em que os ministros submetem suas decisões diretamente para deliberação do colegiado.

No plenário virtual regular, os ministros têm uma semana para depositar seus votos na plataforma do STF que serve para esse tipo de julgamento. No extraordinário, o julgamento pode acontecer em apenas um dia, por exemplo.

Ainda assim, há possibilidade de nesses casos de os ministros pedirem vista (mais tempo para apreciação) ou destaque (que transfere a análise para o julgamento presencial), adiando o fim da votação.

"O primeiro episódio [de plenário virtual extraordinário] ocorreu em 2021. Na prática, essas sessões extraordinárias virtuais têm funcionado como um instrumento de desmonocratização da corte, contribuindo para maior institucionalidade e fortalecimento do papel do colegiado", diz o STF em nota.

Sessões extraordinárias aconteceram recentemente na esteira das decisões do ministro Kassio Nunes Marques que restituíram os mandatos de deputados bolsonaristas que haviam sido cassados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Inicialmente, Kassio não submeteu suas decisões para avaliação de outros integrantes. Houve, então, movimentações internas para derrubar as decisões do ministro, que foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A pedido de Cármen Lúcia, Fux marcou sessão extraordinária dos 11 ministros para julgar um recurso contra uma das decisões —que acabou interrompida por um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Os processos acabaram sendo julgados pela Segunda Turma, um deles de forma presencial e outro em uma sessão extraordinária virtual, após Kassio pautá-los.

Para Wallace Corbo, professor da FGV Direito Rio, as sessões extraordinárias aumentaram a agilidade do Supremo para a apreciação de decisões monocráticas, sobretudo em "questões políticas controvertidas".

"Mas é difícil dizer no estágio atual que os ministros tenham renunciado ao poder que sempre exerceram, não necessariamente com muita parcimônia, de decidir monocraticamente questões variadas", afirma.

"O Supremo teve um aumento substancial de decisões monocráticas ao longo dos anos 2000 e esse aumento parece estar razoavelmente mantido, apesar de muitas dessas decisões terem, hoje em dia, um trâmite mais célere para serem levadas ao colegiado", afirma.

Corbo lembra que não houve alteração relevante nem no poder do relator, quem tem a prerrogativa de levar decisões para referendo dos colegiados, nem do presidente do STF, no sentido de eventualmente forçar o retorno a julgamento de casos nos quais houve, por exemplo, pedido de vista.

82%
foi o percentual mínimo de decisões do STF tomadas de forma monocrática nos últimos cinco anos. Em 2022, a proporção é de 85% (até 24.jun)

O presidente dos EUA, Joe Biden, deixa palco após ser apresentado na cúpula da Otan, realizada em Madri Kenny Holston - 29.jun.22/Pool/Reuters

Biden sofre nova queda de aprovação, e risco de derrota em novembro cresce

Democrata termina semestre com poucos avanços a apresentar para pleito de meio de mandato

Rafael Balago

WASHINGTON "Tem uma velha expressão em Delaware que diz: 'Somos como parentes pobres. Aparecemos quando nos convidam e ficamos mais do que deveríamos. Então, tomem cuidado, podemos não voltar para casa", brincou o presidente americano, Joe Biden, durante visita ao palácio real de Madri, na terça (28).

Biden tem razões para querer ficar distante. Ele completa 18 meses na Presidência com poucos avanços no Congresso, muitas decisões adversas na Suprema Corte e sem resolver o principal problema do país, a inflação.

Nos últimos dias, dois indicadores mostraram que a paciência dos americanos está diminuindo. A média de aprovação do democrata caiu para 38,9%, menor cifra durante o mandato. E projeções para o pleito de novembro, quando haverá renovação do Congresso, indicam a chance de uma ampla vitória republicana.

Uma das pesquisas, realizada pelo instituto Ipsos, aponta que 71% dos americanos dizem considerar que o país está na direção errada. Entre eleitores democratas, 49% afirmam ter esta percepção. Para 34% dos entrevistados, o maior problema atual é a economia. "O governo não tem resposta para a inflação. E é difícil combatê-la a curto prazo", avalia Clifford Young, diretor do Ipsos para assuntos públicos nos EUA.

"Ele ainda deve recuperar um pouco [da aprovação], porque problemas como a Guerra da Ucrânia não devem durar para sempre, mas dentro de um limite, uma vez que temos um cenário de muita polarização no país. Os presidentes dificilmente vão muito além de 50% [de aprovação]." Mas o tempo para obter resultados é curto, e, nos últimos meses, Biden não conseguiu aprovar no Congresso propostas para a economia, como um pacote bilionário de gastos públicos. Ele também propôs um corte temporário de impostos sobre combustíveis, mas os parlamentares partiram para o recesso do feriado do 4 de Julho sem votá-lo.

A alta de preços, na faixa de 8,6% ao ano, é muito perceptível nos postos. Os EUA estão em período de férias de verão, quando milhares de pessoas viajam de carro. A gasolina custa, em média, US$ 5 (R$ 26,6) o galão, segundo dados do Departamento de Energia. Em janeiro, a média era de US$ 3,40 (R$ 18).

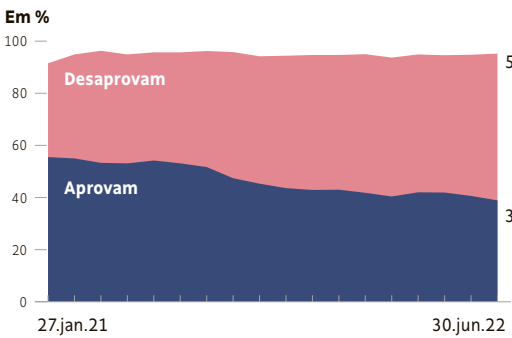
A chegada do verão esfria o ritmo em Washington: os parlamentares voltam do recesso em meados de julho, trabalham duas semanas e depois partem para outra pausa em agosto. Quando retornarem, em setembro, faltarão apenas dois meses para as chamadas midterms, as eleições de meio de mandato.

Uma análise do site FiveThirtyEight, especializado em estatísticas, aponta que os republicanos têm 87% de chances de obter maioria e assumir o controle da Câmara dos Deputados, e 55% de fazer o mesmo no Senado.

Na Câmara, Casa na qual haverá renovação completa, os democratas são favoritos para manter 195 assentos, mas enfrentam disputas acirradas por outras 13 cadeiras. Mesmo que haja vitórias nessas 13 disputas, o partido chegaria a 208 deputados, dez a menos do que o necessário (218) para obter maioria. Assim, será preciso reverter o favoritismo de candidatos republicanos em muitas disputas pelo país.

No Senado, a renovação será menor: 35 dos 100 assentos estão em jogo, 21 dos quais sob controle republicano atualmente. Como a divisão no momento é de 50 senadores para cada partido, a previsão fica mais difícil: apenas uma vitória pode mudar todo o cenário. É comum que presidentes percam maiorias no Congresso nas eleições de meio de mandato, como ocorreu com Barack Obama em 2010 e Donald Trump em 2018, o que torna bem mais difícil aprovar medidas nos dois últimos anos do governo.

Posto em Los Angeles cobra mais de US$ 7 por galão de gasolina Frederic J. Brown - 22.jun.22/AFP

Como os americanos avaliam o governo Biden

Fonte: FiveThirtyEight. Dados representam a média de várias pesquisas diferentes.

> Na política, não importa muito o que você fez ontem. Se não consigo comprar comida ou estou gastando muito com gasolina, vem a pergunta: 'O que você está fazendo por mim agora?'
>
> Biden ainda deve recuperar um pouco [da aprovação], porque problemas como a Guerra da Ucrânia não devem durar para sempre, mas dentro de um limite, já que há muita polarização
>
> **Clifford Young**
> diretor do instituto Ipsos

Apesar de ter vantagem na Câmara e no Senado, os democratas avançaram pouco nos últimos meses, por vezes devido a falta de consenso entre os próprios membros do partido. Neste ano, houve apoio dos republicanos para uma lei de restrições às armas de fogo e a pacotes de ajuda à Ucrânia. A guerra, porém, já passa de quatro meses sem uma perspectiva clara de quando o conflito vai acabar.

A inflação também vai corroendo o plano de investimentos em infraestrutura, de US$ 1,2 trilhão, aprovado em novembro. Com a alta de preços de materiais —o custo do ferro e do aço quase dobrou no último ano—, os projetos para ampliar estradas, ferrovias e outras estruturas do país estão sendo reduzidos.

Biden enfrenta ainda reveses na Suprema Corte, hoje com sólida maioria conservadora. Na quinta (30), o tribunal decidiu que a EPA, agência federal de proteção ambiental, não pode limitar as emissões de poluentes em usinas. Assim, o governo terá menos ferramentas para combater a crise climática.

A corte também derrubou o direito constitucional ao aborto no país, e o presidente prometeu agir para atenuar a mudança, mas não pode fazer muito sem o apoio do Congresso. Biden defendeu alterar regras do Senado para aprovar uma lei federal que garanta o acesso ao procedimento, o que exigiria que os democratas afrouxassem o filibuster, mecanismo que permite ao partido minoritário barrar propostas.

Mas não há consenso, e, com maioria estreita, a divergência de um só membro da legenda já barraria a ideia. E os democratas conseguem ter dois: Joe Manchin, da Virginia Ocidental, e Kyrsten Sinema, do Arizona, são contra mudar o filibuster.

A expectativa dos democratas é que a decisão sobre aborto estimule a ida às urnas, o que pode favorecê-los. Historicamente, porém, as midterms atraem menos eleitores. Em 2018, só 53% dos eleitores votaram, contra 66% de comparecimento na eleição presidencial de 2020. O voto não é obrigatório nos EUA.

A sensação de urgência trazida por temas como combustível caro e fim da interrupção voluntária da gravidez acabam deixando de lado pontos positivos para Biden, como o baixo desemprego, na faixa de 3,6%, e o controle da pandemia de coronavírus, que hoje já não é mais um grande problema no país.

"Na política, não importa muito o que você fez ontem. Se não consigo comprar comida ou estou gastando muito com gasolina, vem a pergunta: 'O que você está fazendo por mim agora?'", afirma Young, da Ipsos. Em novembro, Biden pode acabar pagando o preço de voltar para casa sem encontrar essas respostas.

Férias escolares longas expõem Itália desigual e presa à tradição

Pausa de até 14 semanas afeta com mais força mulheres e famílias pobres

Michele Oliveira

MILÃO No mês de maio começa a agitação entre mães e pais na Itália, que se perguntam o que fazer com os filhos durante os três meses de férias escolares de verão, entre junho e setembro no hemisfério norte.

Há famílias que podem contar com a casa dos avós, outras que recorrem a cursos pagos. E, todo ano, há quem levante a polêmica: por que a Itália ainda é um dos poucos países na região a ter férias tão longas?

Com 13 ou 14 semanas de pausa para os estudantes do ensino primário e secundário, a Itália é um dos cinco países da União Europeia com período de férias superior a 12 semanas. Entre as maiores economias do bloco (Alemanha, França, Itália, Espanha e Holanda), a única. Nesse grupo, chama a atenção a assimetria com alemães e holandeses, que param por seis semanas.

Não que os italianos estudem menos. O calendário escolar no país, ao lado do da Dinamarca, é aquele que tem mais dias letivos, 200 por ano. A diferença é que os outros espalham pausas menores ao longo do ano, sem concentrar quase tudo no verão. Como acontece na rede estadual de São Paulo, que também tem 200 dias letivos, uma pausa de seis semanas no verão, outra menor no inverno e recessos no outono e na primavera. Um modelo que, segundo economistas, traz mais benefícios a estudantes e famílias.

Estudos de referência do fenômeno "summer learning loss" (perda de aprendizado no verão) vêm dos Estados Unidos, onde há entre 10 e 11 semanas de pausa no verão. Publicada em 2020 no American Educational Research Journal, uma pesquisa dedicada a entender o efeito da pausa de verão na desigualdade de desempenho escolar concluiu que, entre a primeira e a oitava série, um aluno, em geral, perde de 17% a 34% dos ganhos de aprendizado do ano durante as férias.

"A pausa longa do verão deteriora o processo de aprendizado dos estudantes em todos os níveis escolares", diz à **Folha** Giuseppe Sorrenti, professor de microeconomia da Universidade de Amsterdã. Segundo ele, enquanto os menores tendem a ter um achatamento da curva de aprendizado, os adolescentes sofrem uma queda, perdendo habilidades cognitivas, medidas em matemática e língua.

O efeito tende a ser maior nas classes sociais mais pobres, em que as famílias têm menos recursos e tempo disponível para os filhos. Em Milão, no norte da Itália, a região mais industrializada e rica do país, uma semana de curso de verão, em que a criança passa oito horas diárias, pode custar entre 40 euros e 350 euros (entre R$ 221 e R$ 1.930).

"É fácil deduzir que uma família com mais recursos vai conseguir substituir a escola por atividades que também possam ser formativas", afirma Sorrenti. "Esse efeito foi observado durante o fechamento das escolas na pandemia. Os filhos das famílias mais ricas tiveram baixo impacto nas habilidades cognitivas, porque contaram, por exemplo, com professores particulares e pais com mais tempo disponível."

As férias longas também incidem sobre uma deficiência histórica do país: a desigualdade de gênero. Entre os 27 membros da União Europeia, a Itália tem a pior disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, uma distância de quase 20 pontos percentuais. Segundo dados de 2020 do Eurostat, só metade das mulheres entre 20 e 64 anos trabalha, a segunda menor taxa do grupo, à frente apenas da Grécia.

No país, prevalece a ideia de que a mãe é a principal responsável pelo desenvolvimento dos filhos, o que, de acordo com especialistas, representa um obstáculo no acesso delas ao mercado de trabalho. Para Francesca Fiore, coautora do blog Mamma di Merda, que discute temas feministas, "as próprias mulheres muitas vezes escolhem trabalhos com horários reduzidos, em geral com salários menores, porque assim conseguem fazer o outro trabalho, o de cuidar de graça da família". Ela é mãe de duas filhas, que passam parte das férias com os avós.

Há poucas semanas, um post publicado pelo blog no Instagram chamou a atenção para a falta de atividades de verão para crianças com deficiências. Muitas seguidoras apontaram a necessidade de reforma do calendário escolar, mas o tema é controverso entre famílias e sindicatos, e iniciativas vindas da classe política rapidamente fracassaram.

Entre as justificativas contrárias à diminuição da pausa de verão estão a falta de infraestrutura dos prédios escolares para aulas no período de calor e os baixos salários dos professores. "A escola não é um estacionamento de filhos" é um argumento frequente de quem se opõe a mudanças.

A origem do calendário escolar italiano é de 1859, quando a Lei Casati implementou o ensino primário obrigatório em todo o país. As longas férias de verão foram uma solução para que filhos de agricultores pudessem frequentar a escola sem deixar de trabalhar na colheita do trigo, ainda hoje o principal item agrícola do país.

Tanto para Fiore quanto para o economista Sorrenti, a explicação para a resistência a alterações tem base cultural. "Estamos falando de uma tradição centenária, dos papéis do homem e da mulher, tudo isso em um país com forte marca religiosa. Vejo avanços nesse debate, mas mudar requer tempo", diz Sorrenti.

Fiore observa o aumento da conscientização sobre a paridade de gêneros nos últimos anos, ao mesmo tempo em que um dado chama a atenção. "Na Itália, paramos de fazer filhos, vivemos em desnatalidade. É um protesto silencioso muito forte." Em 2021, o país teve a menor taxa de nascimentos da sua história.

+ As férias escolares na União Europeia

- **Alemanha** 6 semanas
- **Áustria** 9 semanas
- **Bélgica** 9 semanas
- **Bulgária** 11 a 15 semanas
- **Chipre** 9 a 12 semanas
- **Croácia** 10 semanas
- **Dinamarca** 6 semanas
- **Eslováquia** 9 semanas
- **Eslovênia** 10 semanas
- **Espanha** 11 semanas
- **Estônia** 12 semanas
- **Finlândia** 10 a 11 semanas
- **França** 8 semanas
- **Grécia** 10 a 12 semanas
- **Holanda** 6 semanas
- **Hungria** 11 semanas
- **Irlanda** 9 a 12 semanas
- **Itália** 13 a 14 semanas*
- **Letônia** 13 semanas
- **Lituânia** 12 semanas
- **Luxemburgo** 8 semanas
- **Malta** 13 semanas
- **Polônia** 9 semanas
- **Portugal** 11 a 14 semanas
- **Rep. Tcheca** 9 semanas
- **Romênia** 12 semanas
- **Suécia** 10 semanas

* A província autônoma de Bolzano tem 11 semanas

Fonte: Relatório Eurydice 2021-2022, da Agência Executiva Europeia de Educação e Cultura

TERREMOTO DE MAGNITUDE 6 DEIXA AO MENOS CINCO MORTOS NO SUL DO IRÃ
De acordo com a agência estatal IRNA, 49 pessoas ficaram feridas após três tremores sucessivos na província de Hormozgan, em especial no vilarejo de Sayeh Khos WANA via Reuters

Separatistas dizem ter cercado cidade-chave no leste da Ucrânia

GUERRA DA UCRÂNIA

MOSCOU, KIEV E KONSTIANTINIVKA | AFP E REUTERS Separatistas pró-Rússia afirmaram neste sábado (2) que Lisitchansk, cidade-chave no leste da Ucrânia onde ocorreram violentos combates nos últimos dias, está cercada. Na guerra de versões que marca este conflito, Kiev admite a ocorrência de intensas batalhas, mas diz que o município não está rodeado.

"Hoje, a milícia popular de Lugansk [província na região do Donbass] e as Forças Armadas russas ocuparam as últimas posições estratégicas [no local], o que nos permite dizer que Lisitchansk está cercada", disse Andrei Marotchko, membro do exército separatista, citado pela agência estatal russa Tass.

A localidade é a última importante na área que ainda está sob controle dos militares de Kiev. Sua cidade gêmea, Severodonetsk, separada pelo rio Donets, caiu nas mãos de Moscou na semana passada, depois de as tropas ucranianas, que combateram ali por semanas, retirarem-se da região.

A tomada de Lisitchansk permitiria aos russos avançar até Sloviansk e Kramatorsk, outras duas cidades importantes no Donbass, o leste ucraniano, cuja conquista é o objetivo declarado do Kremlin.

Apesar da ofensiva russa, tropas em Konstiantinivka, a 115 km de Lisitchansk, afirmam ter conseguido manter aberta a estrada de abastecimento para a cidade em apuros. "Ainda usamos a estrada, mas ela está ao alcance da artilharia russa", disse um soldado que pediu para não ser identificado. "A tática russa agora é bombardear qualquer prédio em que possamos nos localizar. Depois, eles passam para o próximo."

O relato do militar é corroborado pela declaração de Serhi Gaidai, governador de Lugansk, que escreveu no aplicativo de mensagens Telegram que casas em vilarejos atacados estão sendo incendiadas uma a uma —e os bombardeios impediriam os moradores de conseguir apagar os incêndios.

Também neste sábado, explosões abalaram Mikolaiv, no sul, segundo o prefeito Oleksandr Senkevtch. A causa não ficou clara, embora a Rússia tenha dito mais tarde que atingiu postos de comando do Exército ucraniano na área. As afirmações não puderam ser verificadas de forma independente. Ao longo dos últimos dias, Moscou atacou cidades bem atrás da linha de frente no leste. Na sexta, um míssil destruiu um prédio residencial perto de Odessa, no sul, deixando, segundo as autoridades locais, ao menos 21 mortos. Na segunda, um shopping foi atingido, em Krementchuk, na região central, matando 19 pessoas.

Em um discurso ao Parlamento do país, na sexta-feira, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, denunciou os ataques como "terror russo consciente e deliberadamente direcionado, não algum tipo de erro ou um ataque de míssil coincidente". Moscou nega tais acusações e diz que não mira civis.

No entanto, desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro, milhares deles foram mortos, e cidades, arrasadas. Apesar de terem sido agredidas no leste, as forças ucranianas fizeram alguns avanços em outras áreas, incluindo forçar a Rússia a se retirar da Ilha da Cobra, um afloramento do Mar Negro cerca de 140 km a sudeste de Odessa que os russos haviam capturado no início do conflito.

Brasil suspende redes sociais de consulados

Itamaraty troca perfis por páginas temporárias até fim da eleição; diplomatas temem redução do alcance de informações

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Uma orientação da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) sobre a divulgação de conteúdo no período eleitoral tem gerado críticas de diplomatas, que temem impactos nos serviços prestados a brasileiros que dependem de embaixadas e consulados para, por exemplo, emitir documentos.

No final da semana passada, o Itamaraty orientou as representações a suspenderem o uso de suas redes sociais até o fim do pleito de outubro. Também foram repassadas regras sobre a gerência de conteúdo nos sites oficiais das missões. Um expediente enviado aos postos pediu "providências urgentíssimas" para adequar a comunicação do Ministério das Relações Exteriores "às restrições impostas pela legislação" eleitoral.

"Por instrução expressa da Secom —e em cumprimento a jurisprudência recente e a orientação da Câmara Eleitoral da AGU [Advocacia-Geral da União]—, as atuais contas de mídias sociais dos postos devem ser suspensas até o fim do período do defeso eleitoral [30 de outubro, caso haja segundo turno]", diz o comunicado. "As atuais contas deverão ser substituídas, até o dia 30 de junho, por contas temporárias."

Os perfis temporários, de acordo com a orientação expedida, devem publicar apenas "informações de interesse direto do cidadão, que se refiram à prestação de serviço oferecido pelo posto". "Repartições consulares devem, assim, em suas novas contas, limitar-se a publicar a natureza dos serviços oferecidos, o endereço da repartição e os horários de atendimento", prossegue a orientação.

A circular telegráfica informa ainda que as redes sociais das embaixadas e dos consulados devem vedar a interação com internautas durante o período eleitoral, permanecendo fechadas a comentários.

A **Folha** conversou com diplomatas no exterior, que se disseram surpresos com a rigidez da normativa. A maior queixa é que as redes sociais são hoje uma das principais ferramentas de comunicação de uma representação com os brasileiros sob a sua jurisdição. É por meio de perfis no Facebook e no Instagram, por exemplo, que esses postos informam residentes no exterior sobre os serviços oferecidos, o horário de funcionamento das repartições e a realização de cursos e atividades culturais.

A criação de páginas temporárias, dizem, reduzirá o alcance dos avisos publicados, uma vez que os postos levaram meses —ou até anos— para atingir os atuais números de seguidores nos perfis atuais.

Os perfis nas redes sociais das missões no exterior já possuem o aviso de desativação e de migração para páginas temporárias. Alguns consulados brasileiros também já disponibilizaram páginas temporárias nas redes, com número menor de seguidores, enquanto outros ainda não ativaram novos perfis.

A orientação, afirmam diplomatas, deve prejudicar até mesmo os preparativos de algumas tarefas para as eleições. De acordo com relatos, diferentes consulados brasileiros estavam usando suas redes sociais para realizar uma campanha para conseguir mesários voluntários para o dia do pleito —esforço agora prejudicado.

Outro ponto que gera apreensão é que as redes atuais são um importante canal para informar a população no exterior sobre procedimentos no dia da eleição, como locais e horário de votação. Com perfis de alcance menor, esse tipo de informação pode chegar a um número menor de pessoas.

Procurado, o Itamaraty disse que as mudanças cumprem jurisprudência recente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e que a comunicação com os cidadãos brasileiros no exterior não será interrompida.

"A fim de garantir a adequação das atividades de comunicação institucional deste ministério às restrições impostas pela legislação eleitoral em vigor, as atuais páginas de redes sociais do Itamaraty em português serão, temporariamente, suspensas, e redes sociais temporárias serão criadas imediatamente após a suspensão dos perfis atuais, de modo que o canal de comunicação entre consulados/embaixadas e cidadãos brasileiros no exterior não será, em nenhum momento, interrompido", afirmou a chancelaria.

O expediente telegráfico sobre a comunicação institucional do Itamaraty diz ainda que as orientações da Secom incluem a "vedação à publicidade institucional e a suspensão de 'toda e qualquer forma de divulgação da marca do governo federal, na publicidade ou em qualquer ação de comunicação para o período eleitoral'". O objetivo é evitar publicações que possam configurar propaganda política irregular.

Outro trecho da norma estabelece a migração do conteúdo dos sites dos postos para o portal gov.br. De acordo com a orientação, as novas páginas terão apenas "o endereço da repartição, os horários de atendimento e as formas de contato e acesso a serviços consulares, quando cabível, no período eleitoral."

Na noite de terça (28/6), a Secom anunciou em suas redes sociais um aviso de que haveria migração para perfis provisórios nos quais "serão publicados apenas conteúdos inequivocamente de acordo com a lei eleitoral, eliminando qualquer possibilidade de interpretações prejudiciais ao governo e ao presidente."

"Mantêm-se, assim, canais de comunicação com os brasileiros, observando-se a legislação eleitoral, protegendo o governo de interpelações desnecessárias ou descabidas e eliminando riscos desnecessários a uma eventual candidatura do atual chefe do Executivo."

> “Serão publicados apenas conteúdos de acordo com a lei eleitoral, eliminando qualquer possibilidade de interpretações prejudiciais ao governo e ao presidente
>
> **Secretaria Especial de Comunicação Social**
> em nota nas redes sociais

Os ex-presidentes de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e Venezuela, Hugo Chávez, no Palácio Miraflores, em Caracas Jorge Silva - 13.dez.07/Reuters

Novo livro de Celso Amorim mostra Chávez como incômodo oportuno nos governos Lula

Diogo Schelp

SÃO PAULO "Uma aliança trabalhosa", "pedra no sapato", "diatribe" e "estridente" são algumas das expressões usadas para descrever a Venezuela de Hugo Chávez no recém-lançado livro de Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores de Lula e no início do governo de Dilma Rousseff.

Amorim foi o artífice da política externa "ativa e altiva" que o PT pretende reeditar em uma eventual nova Presidência de Lula e que se caracterizou por extrapolar as reais capacidades do país de se projetar como liderança global.

A América do Sul era o espaço onde a ambição de liderança tinha alguma chance de progredir. Por isso, "Laços de Confiança: O Brasil na América do Sul", composto por trechos dos diários escritos por Amorim à época, entremeados por comentários atuais, revela-se um interessante testemunho dos bastidores da política externa no período que coincidiu com a primeira onda de governos de esquerda na região.

A leitura dos relatos permite relembrar quão conturbado foi aquele período das relações regionais. O Brasil investiu na formação de uma aliança preferencial com os governos de esquerda da região, apesar de muitos deles serem classificados pelo chanceler, em suas anotações, como "países-problema".

Amorim descreve Lula e a si próprio como bombeiros, apagando incêndios causados por figuras como Rafael Correa, do Equador, Evo Morales, da Bolívia, e Hugo Chávez —onipresente nos momentos de crise.

Em relação a países menores, a atitude era de condescendência, mesmo quando algo feria os interesses brasileiros. Depois de Evo nacionalizar a exploração de petróleo e gás e colocar tropas para ocupar instalações da Petrobras no país, em 2006, Amorim registrou a seguinte frase de Lula: "Celso, é melhor você tomar conta da Bolívia. Eu não posso. Fico com muita pena quando vejo aqueles indiozinhos pobres."

Apesar de incômodas, eram toleradas intromissões de Chávez em temas que seriam mais bem resolvidos em âmbito bilateral, como na ameaça do Equador de não pagar uma dívida com o BNDES, em 2008.

O líder venezuelano também se mostrava um candidato tecnicamente despreparado e sem as credenciais democráticas necessárias para aderir ao Mercosul, e ainda assim Amorim julgava estratégico acelerar o processo ("É preciso confiar que o convívio no Mercosul e o melhor relacionamento com outros países sirvam para inibir impulsos autoritários do presidente venezuelano"). Isso sem falar nos episódios, descritos no livro, em que a Venezuela tentou minar consensos de interesse do Brasil obtidos a duras penas em negociações na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Ao justificar a tolerância com Chávez, Amorim argumenta que "o engajamento é melhor que o isolamento". O fator ideológico aparece, mas apenas tangencialmente, quando o ex-chanceler coloca a Venezuela, de maneira elogiosa, na categoria de países "reformistas". Outra explicação que emerge da obra é o fato de Lula e Amorim se apresentarem para o mundo como os únicos capazes de conter o radicalismo de Chávez —e de usarem isso como um trunfo diplomático.

Ainda mais revelador a respeito dos motivos para o engajamento com o parceiro incômodo é a ausência de referências diretas à relação preferencial que empresas brasileiras, especialmente empreiteiras, construíram com Chávez ao longo dos anos, algumas vezes em contratos com vultosos financiamentos do BNDES. O papel dessas empresas na estratégia de integração regional promovida pelo governo Lula é minimizado, e o posterior surgimento de denúncias de corrupção nos países em que elas atuavam não merece mais do que uma nota de rodapé no livro.

"Mas que pé frio, hein?!", cochichou Lula a Amorim, em 2003, no Recife, enquanto escutava um discurso em que Chávez relatava as desventuras vividas pelo libertador Simon Bolívar ao lado do general brasileiro Abreu e Lima —cujo nome batizou a superfaturada refinaria que anos depois se tornou um dos casos emblemáticos da Lava Jato. Lula, em sua frase espirituosa, referia-se ao revolucionário pernambucano, claro. Mas, se soubesse o que viria depois, bem que poderia estar falando de Chávez.

Laços de Confiança
Por: Celso Amorim. Ed. Benvirá. Quanto: R$ 79,90 (592 págs.)

Pacote eleitoral pode amenizar freada na economia prevista para o semestre

Expectativa é que próximos 12 meses sejam marcados por estabilidade ou contração da atividade

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O pacote de medidas propostas pelo governo para segurar a inflação e a queda na renda no período eleitoral pode amenizar a intensidade da desaceleração da economia prevista para os próximos meses.

A expectativa é que o país entre em um período de forte freio da atividade, com trimestres marcados por estabilidade ou contração.

Analistas apontam para o risco de uma desaceleração mais intensa da economia mundial, com possibilidade de recessão em alguns países, como os EUA, e uma queda mais forte dos preços das commodities exportadas pelo Brasil.

Internamente, devem pesar no próximo ano o fim das medidas de redução de impostos e sustentação de consumo, em um momento em que os efeitos da alta da taxa básica de juros se farão sentir de maneira mais intensa.

O Itaú Unibanco, por exemplo, espera dois trimestres de queda do PIB (Produto Interno Bruto) na segunda metade de 2022. O Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) e a gestora Kairós Capital também projetam um PIB negativo na média do segundo semestre. O Santander Asset avalia a possibilidade de duas quedas trimestrais ao longo dos próximos 12 meses e dois trimestres de estabilidade.

Esses cenários não contemplam uma recessão profunda nos EUA, fator que jogaria as estimativas para baixo. Também não incorporam as novas medidas de estímulo para tentar melhorar o desempenho eleitoral do governo Bolsonaro, que estão em discussão no Congresso.

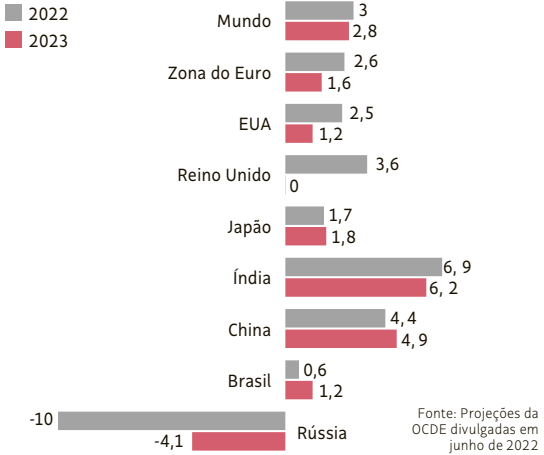
Na semana passada, o Congresso aprovou PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá aval ao governo para turbinar programas sociais, como a ampliação do Auxílio Brasil para R$ 600 até o fim do ano, aumento no valor do Auxílio Gás e ajuda para caminhoneiros, num valor total de R$ 41,25 bilhões. O texto vai à Câmara.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre, afirma que a continuidade da reabertura da economia e medidas de estímulo ao consumo, como o saque do FGTS e a antecipação do 13º do INSS, provocaram um “miniboom” de crescimento nos primeiros seis meses do ano, mas que esses fatores se esgotaram.

Agora, devem prevalecer os efeitos do aumento da taxa básica de juros e a piora no cenário internacional. Novas medidas em discussão no Congresso podem ajudar a curto prazo, mas não devem evitar uma queda no PIB do terceiro trimestre, afirma.

“O governo está fazendo de tudo para atenuar essa desaceleração forte no terceiro trimestre. Esses auxílios dão algum alívio a curto prazo. Mas a conta acaba sendo salgada para o ano que vem, porque vai ter mais inflação e juros maiores por mais tempo”, diz Matos, que projeta crescimento do PIB pouco acima de 1% neste ano e de 0,3% no próximo, com possibilidade de estagnação em um cenário externo mais desfavorável.

Em seu relatório mais recente, a OCDE revisou a projeção de crescimento global em 2022 de 4,4% para 3%, diante da rodada de alta de juros em várias economias. A estimativa para 2023 está em 2,8%.

Destacam-se os desempenhos modestos dos EUA (1,2%) e nos países da zona do euro (1,6%). Entre os emergentes, China e Índia estão entre aqueles que devem sustentar um ritmo maior de crescimento, enquanto Brasil e Rússia puxam a média para baixo.

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, afirma que o indicador de atividade da instituição mostra que a economia brasileira continuou a crescer no segundo trimestre, mas em ritmo menor do que no primeiro, dando início ao processo de desaceleração.

A instituição projeta queda de 0,4% do PIB tanto no terceiro como no quarto trimestres, cenário que pode ser mais favorável a depender do pacote de medidas de estímulo em discussão, como o aumento do Auxílio Brasil.

“Para o segundo semestre, a gente espera que a atividade econômica perca força. Basicamente por dois motivos: a queda na renda disponível das famílias e o efeito da política monetária”, afirma Gottlieb.

Embora considerem alta a chance de os EUA entrarem em recessão nos próximos 18 meses, os preços das commodities não devem desabar e podem ajudar a evitar uma possível recessão no Brasil.

Os contratos nos mercados futuros apontam que os preços devem continuar elevados por alguns meses, para depois recuarem para patamares ainda superiores aos anteriores à pandemia.

Esse cenário pode mudar, no entanto, caso se confirme uma recessão nos EUA e a China tenha um desempenho abaixo do estimado atualmente, afirma Marco Maciel, da Kairós Capital.

A partir de um modelo de projeção, ele estima 36% de chances de uma recessão na economia norte-americana. Em recessões anteriores, o mesmo modelo apresentava probabilidades em torno de 40% 12 meses antes.

“Vai ter recessão nos EUA, o problema é quanto tempo dura e, mais importante, em quanto tempo e como se dará a recuperação”, diz Maciel, que prevê uma recuperação rápida da economia norte-americana. Para ele, o principal motor da desaceleração no Brasil deve ser mesmo o nível elevado da taxa básica de juros.

Eduardo Jarra, chefe de economia e estratégia da Santander Asset, não descarta chance considerável (50%) de recessão nos EUA, mas considera que a China deve superar as dificuldades sanitárias e seguir com a normalização da atividade econômica. Esse ainda seria um cenário positivo aos produtores de commodities.

Jarra afirma que, nos próximos 12 meses, a economia brasileira pode se defrontar com uma recessão técnica, termo utilizado para definir dois trimestres de queda do PIB, e que o fator fundamental para isso será o nível elevado da taxa básica de juros.

Em um cenário alternativo, com os EUA em recessão e a China voltando a ter dificuldade com a Covid, o fator externo tende a pesar tanto quanto a política monetária para jogar a economia nacional mais para baixo.

Por outro lado, há fatores que podem contribuir para um cenário mais positivo, como uma surpresa inflacionária que permita ao Banco Central cortar juros mais cedo, preços de commodities elevados por mais tempo e redução da incerteza fiscal no Brasil.

“Estamos chegando próximo da fronteira após um período positivo para a nossa economia, especialmente por causa de alguns fatores que vão se esgotando”, afirma.

“A gente viu um primeiro semestre que foi dinâmico para a economia brasileira. O segundo semestre e o primeiro do ano que vem vão ter um retrato diferente, de economia desacelerando, sofrendo o efeito da política monetária, das condições financeiras mais apertadas, e com isso a gente tem uma fase bastante diferente.”

Sede do Banco Central, em Brasília; intensidade da desaceleração pode ser aliviada por pacotes do governo Pedro Ladeira - 29.mai.12/AFP

Crescimento da economia mundial deve desacelerar em 2023

Variação real do PIB, em %

	2022	2023
Mundo	3	2,8
Zona do Euro	2,6	1,6
EUA	2,5	1,2
Reino Unido	3,6	0
Japão	1,7	1,8
Índia	6, 9	6, 2
China	4, 4	4, 9
Brasil	0,6	1,2
Rússia	-10	-4,1

Fonte: Projeções da OCDE divulgadas em junho de 2022

Para o segundo semestre, a gente espera que a atividade econômica perca força por dois motivos: a queda na renda disponível das famílias e o efeito da política monetária

Julia Gottlieb
economista do Itaú Unibanco

Recessão global é um risco concreto, afirma ex-ministro Levy

ENTREVISTA JOAQUIM LEVY

Lucas Bombana

SÃO PAULO Para Joaquim Levy, diretor de estratégia econômica e relações com mercados do Banco Safra, o remédio amargo da alta de juros nos mercados desenvolvidos para combater a inflação leva a “risco concreto” de a economia global passar por período de recessão em 2023 ou 2024.

“Uma pequena recessão para reequilibrar a economia pode ser uma forma rápida de voltar a ter mais investimentos em 2024 e 25. Nos Estados Unidos, as coisas muitas vezes são resolvidas com surpreendente velocidade”, diz, em entrevista por email à Folha.

*

Como o sr. tem acompanhado a evolução do quadro fiscal do Brasil nos últimos meses? O Banco Central tem comentado nas atas que o quadro atual é de crescente incerteza, com iniciativas que podem afetar o comportamento da inflação ao longo do tempo. O Copom não incluiu os eventos mais recentes na última decisão sobre a Selic, mas sinalizou que eles deverão considerar na próxima reunião, o que pode afetar os próximos aumentos da taxa de juros.

Quais perspectivas para o quadro macroeconômico do país no segundo semestre? O BC tem sinalizado a expectativa de desaceleração da economia, provavelmente pelo próprio efeito da inflação, que tem diminuído a renda real das famílias. Neste ano, a opção de aumentar o endividamento para aumentar a renda disponível está também mais difícil para a maior parte das famílias, porque os juros estão mais altos, e em alguns casos as famílias terão que retomar pagamentos que foram suspensos durante a Covid.

Alan Marques - 18.dez.15/Folhapress

Joaquim Levy, 61
Nascido no Rio de Janeiro em 1961, doutor em economia pela Universidade de Chicago e graduado em engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Levy assumiu o Ministério da Fazenda em janeiro de 2015, no início do segundo governo Dilma Rousseff (PT), e foi substituído em dezembro do mesmo ano por Nelson Barbosa. Foi presidente do BNDES de janeiro a junho de 2019 e ocupou o cargo de diretor-geral e financeiro do Banco Mundial de janeiro de 2015 até novembro de 2018.

Os bancos centrais das economias desenvolvidas precisam acelerar o ritmo de alta dos juros para controlar a pressão inflacionária em escala global? A pressão inflacionária é real. Em parte, por causa de choques de demanda, como os vários trilhões de gasto público nos Estados Unidos em 2020 e 2021 que ainda estão sendo digeridos; em outra parte, por choques de oferta, como a desorganização de cadeias de produção, e a questão do petróleo e de grãos, que surgiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

A resposta a choques de demanda é mais simples, e os juros resolvem o problema em alguns trimestres. Choques de oferta são mais complicados, porque representam um empobrecimento, ainda que temporário, dos países. Então, quando se olha a Europa, e o choque de energia que ela está sofrendo, o BCE (Banco Central Europeu) deverá ser cuidadoso, sem deixar a inflação se enraizar.

Qual o risco de a economia global atravessar uma recessão em 2023? É um risco concreto. No caso dos Estados Unidos, seria uma forma de voltar a trajetória tendencial, porque eles cresceram muito rápido na esteira do aumento de gasto público, mesmo considerando o aumento de importações. Então uma pequena recessão para reequilibrar a economia pode ser uma forma rápida de voltar a ter mais investimentos em 2024 e 25. Nos Estados Unidos, as coisas muitas vezes são resolvidas com surpreendente velocidade.

Quais implicações uma recessão global pode trazer ao Brasil? O Brasil tem tido um ambiente externo extremamente favorável nos últimos quatro anos, com preços das commodities incrivelmente bons e juros baixos. Uma recessão pode afetar o preço de algumas commodities, o que é típico desde os idos do século 19. Ainda temos US$ 300 bilhões de reservas, um escudo criado há 15 anos e que continua muito valioso. Mas temos que estar atentos.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Roberto Fulcherberguer

Varejo chora e comemora com Copa, Black Friday e Natal juntos neste ano

Presidente da Via, dona das redes Casas Bahia e Ponto, afirma que proximidade de datas tão importantes para as vendas não é o ideal

VIA

SÃO PAULO Copa do Mundo, Black Friday e Natal são três datas que costumam ser celebradas com a alta de vendas no varejo. Neste ano, como o Mundial será em novembro e dezembro, elas vão coincidir, mas isso não é necessariamente boa notícia.

Roberto Fulcherberguer, presidente da Via, dona das redes Casas Bahia e Ponto, prevê um quarto trimestre de vendas aceleradas, mas a Copa, que tradicionalmente impulsiona a demanda por televisores, vai encavalar.

"Neste ano acontece algo que ora a gente comemora, ora a gente chora, porque se concentraram três sazonalidades. Para nós, o ideal seria a Copa no meio do ano", diz.

Diante da pressão inflacionária, Fulcherberguer diz que a empresa vem tentando evitar o repasse ao consumidor.

O combustível pesa no frete, mas a Via tem usado as lojas para fazer a partida da entrega, em vez do depósito, na tentativa de baratear o processo. Medidas como o corte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), embora ajudem no controle do repasse, têm impacto reduzido e de difícil mensuração no cenário atual.

O reflexo da queda nas ações de empresas de varejo é um movimento que o executivo vê como passageiro.

"Em razão de aumento de Selic, de inflação, o varejo deixa de ter aquela prioridade que tinha no passado na Bolsa. E commodity passa a ser prioridade. A gente acha que isso é um ciclo", diz ele.

Roberto Fulcherberguer, diretor-presidente da Via Danilo Verpa/Follhapress

Via

Dona das redes Casas Bahia, Ponto, Bartira e o Extra.com, a Via também reúne marcas como o banco digital banQi, a fintech Rede Celer e negócios de logística. No primeiro trimestre, divulgou lucro líquido operacional de R$ 86 milhões, queda de 52% em relação ao registrado um ano antes

*

Qual é o nível de preocupação de vocês com a inflação? Para nós, eu diria que ela pegou no início da pandemia com a escalada do dólar. Como a maior parte dos nossos itens é atrelada ao dólar, o grande aumento já aconteceu. Isso em termos de preço de produto. O que está impactando são as despesas gerais do varejo, do nosso negócio.

A gente vem colocando vários remédios para tentar passar por isso sem a necessidade de colocar mais preço para o consumidor.

E o combustível? Bastante, porque fazemos a entrega da maior parte do que vendemos. Temos conseguido passar por esse momento sem grandes repasses, graças ao que investimos nos últimos dois anos.

Hoje, metade de tudo o que vendemos no online é entregue a partir da última milha. A gente usa as nossas lojas para fazer a partida da entrega. É uma entrega mais barata do que quando sai do depósito. Essa e outras medidas que tomamos, de modernização, de usar algoritmo na distribuição, têm nos ajudado a passar por isso sofrendo menos. Mas, sem dúvida, tem impacto no custo do frete o que está acontecendo no diesel.

Com a redução do IPI, a indústria conseguiu repassar? Chega ao consumidor? Sim, já foi feito. Mas é uma redução pequena desta vez. Já está repassado desde o início, mas não tem grandes evoluções de venda aqui por causa dessa redução que aconteceu do IPI.

Não teve o efeito desejado? Na verdade, dado que a venda não está expandindo de maneira acelerada, é difícil entender quanto da venda talvez deixou de cair por causa da medida ou o quanto ela não expandiu. Não vimos uma grande explosão como houve lá atrás, quando teve a redução do IPI. O que teve agora foi bastante controlado. A redução é pequena. Não é tão significativa no preço do produto.

Neste ano, a Copa é uma sazonalidade importante. Estão animados? Na verdade, neste ano, acontece algo que ora a gente comemora, ora a gente chora. Porque se concentraram três sazonalidades em uma mesma época: Copa, Black Friday e Natal. Para nós, o ideal seria a Copa no meio do ano, porque deixaria esses eventos um pouco mais separados. O último trimestre vai ser acelerado em vendas.

Estamos bem preparados. A gente vem fazendo essa preparação desde 2021. Copa é uma sazonalidade muito importante para o nosso segmento.

E o estoque? Já temos a compra feita e a chegada do estoque um pouco mais para a frente. Mas as negociações já estão encaminhadas.

Eleição tem algum efeito em vendas? Não tem grande impacto. Na verdade, os governos acabam gastando um pouco mais nesse momento e acaba circulando mais dinheiro na economia. O reflexo disso é um pouco mais de venda, mas nada que acelere demais.

Cenário eleitoral sempre traz a incerteza, mas o fato de ter uma perspectiva aparentemente cristalizada neste ano facilita ou dificulta as previsões? O empresário brasileiro aprendeu a passar por esses momentos sem contar com eles. Não dá para fazer planejamento do ano que vem esperando para ver o que vai acontecer na eleição. Então, está dado. Já está feito o planejamento. A Via segue investindo, independentemente de quem vai comandar o país.

O negócio independe disso. Em 2021, inauguramos 101 lojas. Neste ano, deve ser em torno de 80. O plano do ano que vem está ficando pronto.

E a queda das ações no setor? Quais são as perspectivas? Na verdade, o que a gente vê é esse segmento com uma grande queda. Se a gente pegar a Via e os pares comparáveis, as quedas são mais ou menos parecidas. Em razão de aumento de Selic, de inflação, o varejo deixa de ter aquela prioridade que tinha no passado na Bolsa. E commodity passa a ser prioridade.

A gente acha que isso é um ciclo. As coisas estão começando a ficar mais claras, quais são os varejos que de fato conseguem passar por isso e ganhar esse jogo. A tendência é a gente retomar o interesse pelo varejo de novo nas ações a médio prazo.

Após a euforia que a pandemia provocou nas vendas do digital, como ficou? No início da pandemia, não tinha outra alternativa. Quando fecharam as lojas, o único caminho era a venda digital. Nós humanizamos a venda digital através do vendedor online. Ele estava em home office e começou a atender os clientes de maneira virtual. Isso seguiu. A gente fatura mais ou menos R$ 2 bilhões por trimestre via vendedor online. Ele está fisicamente na loja, mas atendendo o cliente de modo digital.

E a venda digital começou a se equilibrar. Com as lojas reabertas e tudo normalizado, o consumidor voltou à loja física. O brasileiro gosta de relacionamento. A venda digital segue subindo, a nossa loja recuperou o faturamento, e o vendedor digital segue crescendo. Achamos que o futuro desse negócio é híbrido.

Houve um movimento recente de protesto com indústria e varejo contra o tal do camelódromo digital, que é um tema importante para o mercado formalizado. Esse movimento ajudou? Sempre me perguntam: "Vocês têm preocupação com os players internacionais?". Eu digo que a gente não tem preocupação com concorrência. Até gostamos porque a gente acaba evoluindo. Temos ótimos ativos na mão, uma logística omnicanal, a nossa plataforma de crédito com mais de 50 anos de experiência e que agora se tornou digital também. A gente vê concorrentes que são de capital aberto divulgando 30% de inadimplência. A nossa perda é de 3,60%, 3,70%, uma barreira que nunca passou dos 5%. São diferenciais importantes.

É extremamente saudável quando todos concorrem nas mesmas bases. Agora, concorrer com alguém que não paga imposto fica mais complexo. Acho ótimo a indústria estar junto nessa demanda. É um pleito de todos. O que precisa é ter concorrência justa, todo o mundo pagar na mesma base de imposto. Aí ganha quem encantar mais o consumidor.

Como está a preocupação com inadimplência? Esse cenário já vem nessa complexidade há alguns trimestres. O que a gente está enxergando aqui na Via é que não tem nenhum aumento de inadimplência acontecendo. Está sob controle. A gente tem mais de 50 anos fazendo isso, e agora toda essa experiência está em motores de crédito de maneira digital. Não tem mais nenhuma intervenção humana na concessão de crédito, é 100% baseado em algoritmo e robô. Para nós, não estamos vendo aumento de inadimplência.

Quando começou a pandemia, e esse era um risco, a gente cresceu em quase R$ 1 bilhão na carteira de financiamento. Neste ano, a gente começou com R$ 5,2 bilhões de carteira, e devemos finalizar o ano com R$ 6 bilhões. Estamos crescendo no crédito. Com todas as preocupações, que fazem sentido, já é do DNA da companhia.

Como ficou o caso do aumento das reclamações trabalhistas na Via? Em 2013, a Via tinha mais ou menos 80 mil colaboradores. Quando eu assumi, em junho de 2019, tinha 45 mil. A companhia tinha frota própria de caminhões, com motoristas, equipe de montadores, o crediário era 100% humanizado. Isso tudo saiu ao longo de 2013 até 2018.

Essa demanda trabalhista que a Via publicou em fato relevante é baseada nesse passado. Isso está equacionado. A despesa que projetamos para este ano vai acontecer nos patamares projetados. E era o maior ano de despesa da companhia. A partir do ano que vem, começa a cair. Em 2024 entra no regime de normalidade, como o que acontece na média do varejo.

VEJA VÍDEO DA ENTREVISTA EM folha.com/fulcherberguer

Camelôs na região central de São Paulo; qualidade dos postos de trabalho gerados preocupa especialistas Danilo Verpa/Folhapress

País ganha 1,4 milhão de informais em apenas dois anos

Taxa de trabalho sem carteira assinada só não cresceu no Centro-Oeste; problemas regionais ainda são ignorados

> "A economia está estagnada, e a perspectiva para o segundo semestre é a pior possível
>
> **Gustavo Casseb Pessot**
> presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia

Douglas Gavras

SÃO PAULO Vendedor de acessórios para celular e óculos no centro do Recife, Cristiano Silva, 36, só queria planejar os próximos anos —mas, ao ver sua renda despencar com a pandemia e precisando voltar à informalidade, ele já não consegue se programar nem para as contas do mês.

"Nunca mais houve uma volta à normalidade. Antes, já havia uma queda nas vendas. Assim que voltamos, o movimento foi bom por algumas semanas, acho que era demanda reprimida, mas durou pouco", conta.

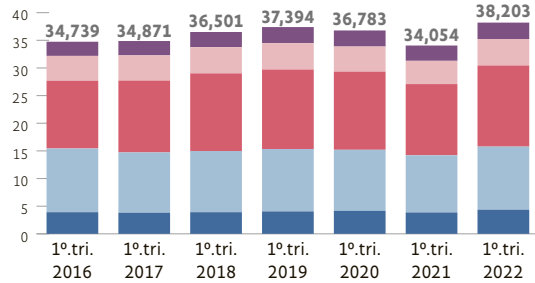
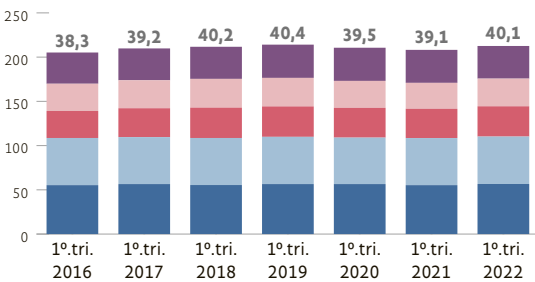
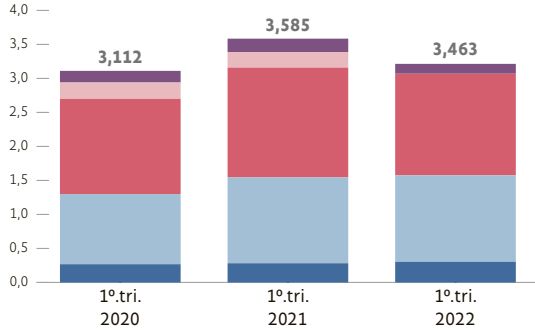
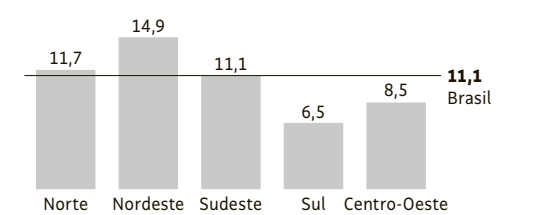
A falta de direitos trabalhistas e de perspectivas de se aposentar ou ter um auxílio, em caso de acidentes, é a principal preocupação do pernambucano. "Tinha inscrição como MEI [Microempreendedor Individual], mas a queda nas vendas fez com que a taxa ficasse pesada no orçamento. Tenho medo de que algo aconteça comigo e minha família fique desprotegida."

O Brasil ganhou 1,42 milhão de informais entre o começo da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, e os três primeiros meses de 2022.

De janeiro a março, o total de informais foi de 38,203 milhões —maior número de pessoas nessa situação em um primeiro trimestre desde o início da série histórica, em 2015.

Os cálculos foram feitos a partir dos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, pelos pesquisadores do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) Janaína Feijó e Paulo Peruchetti.

O mercado de trabalho até conseguiu voltar ao nível pré-pandemia mais antes do que se esperava, mas a qualidade dos postos preocupa especialistas.

"Muitos desses novos postos foram gerados por meio do trabalho informal, é uma recuperação impulsionada por funções que exigem menor escolaridade e geram rendimentos menores. Estamos vendo uma recomposição do mercado de trabalho que é preocupante", diz Feijó.

Nessa conta, entram trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, empregadores sem CNPJ e quem trabalha por conta própria e não tem registro de pessoa jurídica.

Os últimos dois anos também marcaram as diferenças regionais. Houve aumento de 527,1 mil trabalhadores na informalidade nos estados do Sudeste, e no Nordeste foi de 370,7 mil pessoas. As regiões têm o maior número de trabalhadores ocupados do país.

Os dados são mais preocupantes no Nordeste —a taxa de informalidade aumentou 1,2 ponto percentual e chegou a 53,62% no primeiro trimestre— e no Norte (+0,13 p.p.), com 56,61%. Nessas regiões, mais da metade dos trabalhadores está na informalidade.

"A recuperação do mercado de trabalho pode estar atrelada a uma recuperação sazonal que a Pnad registrou, mas a tendência para o ano não é boa. A economia está estagnada, e a perspectiva para o segundo semestre é a pior possível", diz Gustavo Casseb Pessoti, presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia.

Ele diz que, nos momentos em que a economia brasileira estimulava políticas de crédito e aumento real do salário mínimo, as regiões Norte e Nordeste apresentaram taxas de crescimento acima da média do país. "A piora nesse ambiente levou o Norte e o Nordeste para o fundo do poço, já que a maior parte dos municípios tem forte dependência do setor público."

A partir de 2019, a informalidade cresceu muito no país, justamente por essa dificuldade de gerar empregos de qualidade, diz Feijó. "Passado o que a gente espera ser o pior momento da pandemia, o Brasil ainda precisa encarar as dificuldades de crescimento e de fraqueza do mercado de trabalho." No período, a taxa de informalidade só teve queda nos estados do Centro-Oeste, de 0,6 p.p., chegando a 36,9%.

"Só que o Centro-Oeste apenas voltou para o nível em que estava em meados de 2020. É um pouco melhor do que no resto do país, mas ainda é um patamar alto para a região", diz Peruchetti.

Ele lembra que os informais foram os mais afetados no pico da pandemia, com as medidas consideradas necessárias de distanciamento e restrição de circulação de pessoas.

"Com o início da recuperação, o desemprego foi voltando ao patamar anterior à crise sanitária, mas pelo fato de os informais estarem retornando às suas atividades."

Fantasma entre os que tentam voltar ao mercado de trabalho, sobretudo desde a crise de 2015 e 2016, o desemprego de longo prazo também tem sotaques regionais.

Entre 2020 e 2022, a desocupação de longa duração (a partir de dois anos) cresceu 23,1% no Nordeste e 12,8% no Norte, caindo, novamente, só no Centro-Oeste (-14,8%). No Brasil, o aumento foi de 11,3%.

Parte da alta da informalidade também se explica pelo aumento da chamada taxa de participação na força de trabalho. Esse indicador aponta a porcentagem de pessoas em idade de trabalhar (14 anos ou mais) que estão empregadas ou em busca de trabalho.

A taxa teve queda brusca durante a pandemia e foi se recuperando com a reabertura e o avanço da vacinação. Ela era de 62,1% no primeiro trimestre deste ano —só que ainda abaixo do primeiro trimestre de 2019 (63,4%) e do mesmo período de 2020 (62,7%).

Informais no Brasil

Aumento no número de trabalhadores sem carteira

Fonte: Pnad (IBGE), com pesquisadores do Ibre/FGV

Como funciona o estelionato eleitoral

Pacotão da PEC dos Bilhões pode adiar recessão que tem previsão de início neste trimestre

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A PEC dos Bilhões vai dar mais dinheiro a pelo menos 20 milhões de famílias. As leis que mexeram em impostos estaduais e federais vão diminuir um tiquinho das contas de luz e o custo de encher o tanque de todo o mundo.

Discute-se se tais dinheiros vão melhorar a avaliação de Jair Bolsonaro. Mas poderiam também evitar que a economia entre no vermelho? Nas previsões mais reputadas da praça, ou de costume menos erradas, o PIB começaria a cair neste terceiro trimestre.

Se a ideia de PIB parece abstrata, considere-se então a taxa de desemprego. Naquelas previsões, a taxa de desemprego aumentaria daqui até dezembro. O desemprego em geral cai ao longo do ano. Costuma aumentar apenas em recessões.

As reduções de impostos e o gasto extra com auxílios podem aumentar a renda disponível das famílias de R$ 37 bilhões a R$ 52 bilhões no terceiro trimestre (até logo antes da eleição), na hipótese de a redução de tributos sobre combustíveis chegar inteira ao consumidor. A variação da estimativa se deve ao fato de que os novos benefícios talvez não sejam pagos já em julho.

Não é pouco dinheiro. A liberação do saque parcial do FGTS e a antecipação do 13º dos benefícios do INSS devem ter aumentado a renda total em R$ 86 bilhões no segundo trimestre. Pode ser que os recursos do pacotão da PEC compensem parte dos estragos previstos para a segunda metade do ano. Estragos haverá.

Tende a ser cada vez menor o efeito da reabertura da economia depois do fim das restrições sanitárias oficiais. A poupança das famílias cai. As taxas de juros ficam mais salgadas. O vento a favor da economia mundial vai passando —no primeiro trimestre, evitou que o PIB brasileiro ficasse no vermelho.

Na média de maio, o dólar custou R$ 4,96. Na semana passada, havia voltado à casa de R$ 5,30. As taxas de juros no atacadão de dinheiro aumentaram. É tanto o efeito do mercado mundial azedo quanto de coisas como a PEC dos Bilhões.

Mas pode ser que as coisas não fiquem logo tão ruins. Países que vendem commodities (comida, petróleo, minérios), como o Brasil, podem sofrer menos com a baixa da economia mundial, ao menos de imediato.

O número de pessoas ocupadas cresce além do previsto. O salário médio continua um horror, ainda quase 6% menor do que no ano passado, mas vem despiorando (a baixa anual era de quase 9% em novembro de 2021). A massa de rendimentos (soma dos rendimentos do trabalho de todo mundo) vem aumentando também desde novembro, ora em alta de 4,6% ao ano. Em maio, o número de pessoas com algum tipo de trabalho era 9,4 milhões maior do que em maio de 2021.

A confiança de empresários e consumidores cresceu ainda em junho, segundo a FGV. O ânimo nem chegou ao nível de otimismo, mas ainda aumenta.

Sim, senhora, a situação social é horrível, mas estamos falando aqui de despioras, de melhoras relativas a partir do fundo do poço.

É possível que os dinheiros do estelionato eleitoral de Bolsonaro, aliás ratificado pela oposição da esquerda à direita, não bastem para compensar o vento frio e contrário que começa a soprar neste terceiro trimestre. De resto, pode ser que essas previsões estejam erradas. Afinal, as estimativas de alta do PIB em 2022 feitas por gente mais reputada vão de 0,9% a 1,8%. Muita diferença, mesmo para uma mixaria de crescimento.

Ainda assim, é razoável especular que o adiamento da recessão e a PEC dos Bilhões possam fazer algum efeito eleitoral. Quem sabe rendam a Bolsonaro dois pares de pontos nas pesquisas, o bastante para evitar derrota no primeiro turno. A piora da crise fica para 2023. É o estelionato eleitoral.

Sede da Petrobras no Rio de Janeiro; minoritários são um grupo pulverizado e heterogêneo Fernando Frazão/Agência Brasil

Petrobras tem trabalhadores e bancos como minoritários

Acionistas entraram na mira de Bolsonaro em meio a críticas sobre reajustes

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Na mira do presidente Jair Bolsonaro (PL) devido aos elevados dividendos da Petrobras, os acionistas minoritários da estatal são um grupo pulverizado e heterogêneo, que inclui bancos, aposentados e até trabalhadores que compraram ações com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Em abril de 2022, a empresa tinha 718.185 acionistas pessoas físicas, 5.931 pessoas jurídicas e 2.949 investidores institucionais, segundo formulário de referência arquivado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O maior acionista privado, a gestora de recursos americana BlackRock, detém apenas 2,15% do capital total da companhia. As ações, porém, pertencem a investidores individuais ou fundos que investem em seus produtos.

Os minoritários viraram alvo do presidente da República em meio à crise provocada pelas conturbadas trocas de comando na Petrobras, que resiste a segurar os preços dos combustíveis.

"Grande parte dos minoritários [são] empresas de fundo de pensão dos Estados Unidos que ganham em média R$ 6 bilhões por mês. Dinheiro de vocês que botam combustível nos carros", afirmou ele, no dia 18. "Virou Petrobras futebol clube para seu presidente, diretores, conselheiros e dito minoritários."

O governo tem 28,7% do capital total, mas controla a empresa por ter 50,2% das ações ordinárias, com direito a voto em assembleia de acionista. Com essa fatia, é o maior recebedor de dividendos e consegue vencer qualquer votação, mas vem tendo problemas na eleição de conselheiros.

Recebe dividendos por meio das fatias do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que correspondem a 7,94% do capital. Com isso, ficou com R$ 37 bilhões dos R$ 101 bilhões distribuídos pela empresa em 2021, ano em que lucro e dividendos foram recorde.

> "O Brasil é um dos países onde é elevado o número de empresas com um acionista controlador, em geral um grupo familiar ou o próprio governo federal ou estadual
>
> **Fábio Coelho**
> presidente de associação de investidores

O restante foi pago aos minoritários. Não é possível calcular quanto cada investidor privado recebeu, já que os gestores de investimentos têm uma enorme variedade de clientes, que incluem pessoas físicas, empresas e fundos de pensão de todo o mundo.

Mesmo com participação pulverizada, eles se mobilizam para participar da gestão da companhia, que reserva 2 das 11 cadeiras do conselho de administração a representantes dos minoritários. Uma terceira é reservada a representante dos trabalhadores.

Maior acionista individual, com 1,84% das ações ordinárias, o banqueiro João José Abdalla Filho, conhecido como Juca Abdalla, por exemplo, conseguiu apoio de outros investidores para avançar sobre as cadeiras antes ocupadas por indicados pelo governo.

Conseguiu a primeira ainda em 2020, com a nomeação do advogado Leonardo Antonelli. Na mais recente assembleia dos acionistas da estatal, em abril, conseguiu duas cadeiras, uma para ele próprio e outra para Marcelo Gasparino.

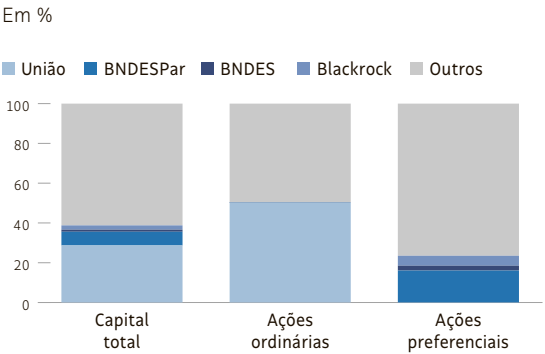
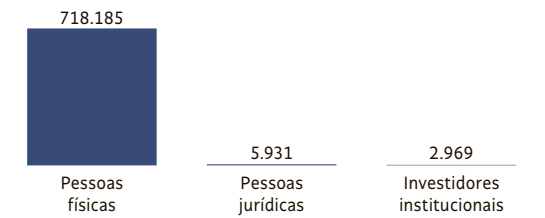
Sem se referir especificamente ao caso da Petrobras, o presidente da Amec (Associação dos Investidores do Mercado de Capitais), Fábio Coelho, diz que os minoritários tentam representação em conselhos para influenciar o poder decisório em busca de melhor geração de valor a longo prazo.

"O Brasil é um dos países onde é elevado o número de empresas com um acionista controlador, em geral um grupo familiar ou o próprio governo federal ou estadual", diz. "Acionistas minoritários representam os demais sócios nas empresas e que não possuem poder de decidirem sozinhos os rumos das companhias, mas que podem influenciar o processo decisório."

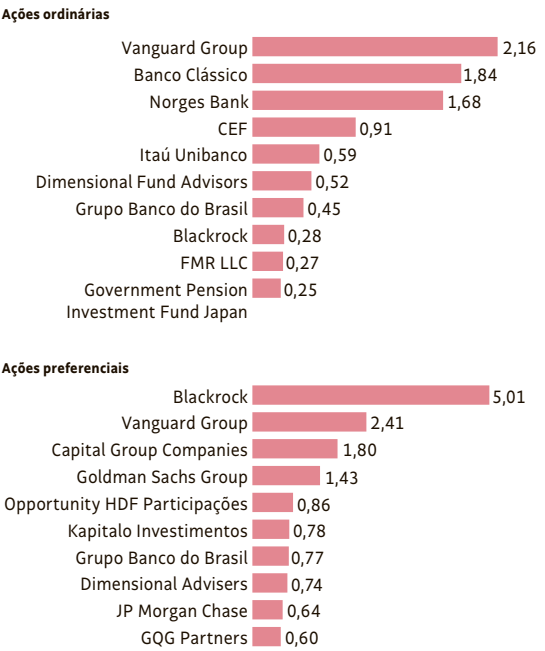
Ele diz que vem crescendo no país, nos últimos anos, a participação de grupos internacionais influenciando empresas para incentivar práticas modernas de gestão ou revisão de sua função social. "Estamos falando não só de melhor governança mas também de aprofundamento da pauta socioambiental."

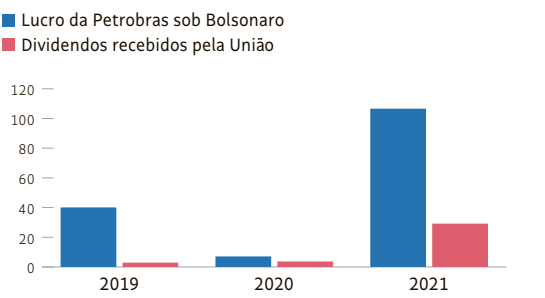
Na Petrobras, minoritários têm sido um contraponto ao governo, fiscalizando o cumprimento de regras estabelecidas no estatuto da companhia e na Lei das Estatais. Por isso, Bolsonaro propôs a eleição de um conselho mais alinhado, com muitos ocupantes de cargos públicos, na próxima assembleia.

Composição acionária da Petrobras

Em %

Tipos de investidores

Os dez maiores acionistas minoritários por classe de ações, em %*

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Composição atual do conselho, por indicação

Lucros e dividendos, em R$ bilhões

*21.jun.22 | Fontes: B3 e Bloomberg

Paulo Solmucci Jr, presidente da Abrasel, para quem apenas 40% dos bares e restaurantes têm lucro depois da pandemia Karime Xavier/Folhapress

Preço da cerveja sobe, mas reajuste é menor em bares e restaurantes

Setor diz que indústria se comprometeu a repassar índice menor; preço avança 11% em 12 meses

Daniele Madureira

SÃO PAULO A escalada inflacionária que se disseminou por produtos e serviços no Brasil nos últimos meses atingiu um item sensível na cesta de consumo: a cerveja. O país é o terceiro maior consumidor mundial do produto, depois da China e dos Estados Unidos.

Segundo dados da empresa de pesquisas Nielsen, obtidos pela **Folha**, o preço da bebida avançou 11,1% entre junho de 2021 e maio de 2022, período em que o consumo em volume cresceu 9,5%.

Na comparação com o ano anterior (junho de 2020 a maio de 2021), porém, houve alta de 11,2% no preço e queda de 8,2% no volume, o que demonstra uma freada no consumo por causa da inflação. O recuo ocorre em um momento de retomada do movimento em bares e restaurantes, com o avanço da vacinação contra a Covid-19 e o fim das restrições.

A conjuntura que envolve o aumento do preço dos insumos da cerveja (como cevada e malte, em razão da Guerra na Ucrânia), a alta do preço dos combustíveis (que encarece a logística) e a perda do poder de compra do brasileiro (cada vez mais pressionado pela inflação generalizada) levou a um pacto entre a indústria e os bares, principal canal de venda da bebida: o reajuste de preços para esses estabelecimentos deve ser menor que o reajuste praticado para os supermercados.

"Os preços vêm subindo paulatinamente por diferentes fatores nos últimos meses, e existe uma expectativa de novo aumento entre agosto e outubro", diz Paulo Solmucci Júnior, presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

"Mas negociamos com os grandes fabricantes um repasse menor aos bares e restaurantes, que enfrentam um momento delicado, apenas 40% deles estão tendo lucro depois da pandemia", afirma Solmucci. "Há um compromisso das indústrias neste sentido."

O executivo destaca os últimos dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), referentes a maio, que apontam variação de 5,22% no preço da cerveja nos bares nos últimos 12 meses e de 9,38% nos domicílios.

Procuradas pela reportagem para falar sobre novos aumentos de preço nos produtos, as três grandes fabricantes do país —Ambev, Heineken e o grupo Petrópolis (dono da Itaipava)— não quiseram dar entrevistas.

Mas reportagem do jornal americano The Wall Street Journal, publicada no dia 16, revela que a AB Inbev, dona da Ambev, percebeu estar atrasada em relação aos aumentos de custos em certos mercados, como Brasil e Estados Unidos, em razão da inflação acelerada desde o início do ano, apesar das atualizações regulares de preços. O jornal ouviu o principal executivo de finanças da AB Inbev, Fernando Tennenbaum.

"É um círculo vicioso: à medida que o preço sobe, as pessoas compram menos", diz Ciro Medeiros, gerente de atendimento de fabricantes de bebidas da Nielsen. "O auxílio emergencial, no primeiro ano da pandemia, ajudou o consumo, mas, com o aperto na renda das famílias, a tendência é que as vendas continuem em queda, com algum refresco no último bimestre, por causa da Copa do Mundo e das festas de fim de ano."

De acordo com Medeiros, diferentemente de outras categorias relacionadas à "indulgência" do consumidor —fora da cesta básica, como biscoitos e chocolates—, em que é possível oferecer o mesmo produto em embalagens menores para conter a alta de preço, a venda de cerveja não funciona com essa estratégia.

"Em vez disso, a indústria prefere trabalhar com embalagens retornáveis, de vidro", diz o consultor. "É uma embalagem mais cara que a de alumínio, por exemplo, mas ela pode ser usada várias vezes."

Em nota, a Ambev, que concentra pouco mais de 60% do mercado de cervejas do país, informou que a aposta nos retornáveis é o seu foco neste momento, pela sustentabilidade e pela redução de preço ao consumidor. Essa é a principal embalagem comercializada nos bares e restaurantes.

De acordo com Solmucci, da Abrasel, cerca de 60% da receita dos bares vem da cerveja, enquanto nos restaurantes essa fatia é de 20%.

"Os bares não conseguem repassar o aumento cheio ao consumidor, daí a importância desse tipo de acordo com a indústria", afirma.

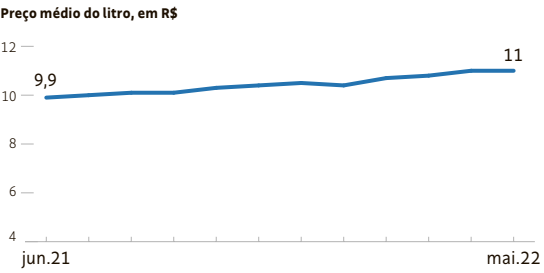
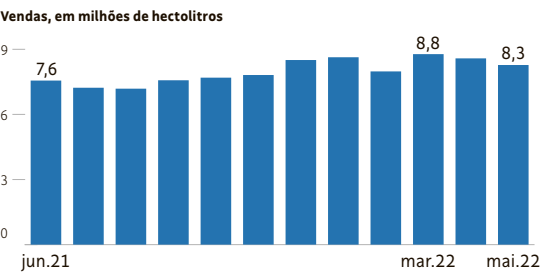
> A tendência é que mais gente procure a cerveja nos supermercados, um canal que oferece preços mais baixos que o bar
>
> **Rodrigo Mattos**
> analista da Euromonitor

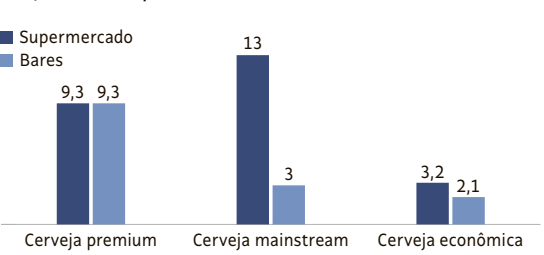
Cerveja em alta

Evolução do preço e do consumo da bebida nos últimos 12 meses

Vendas, em milhões de hectolitros

jun.21									mar.22		mai.22
7,6									8,8		8,3

Preço médio do litro, em R$

Quanto cada categoria deve crescer este ano em cada canal
Em %, em volume comparado a 2021

	Supermercado	Bares
Cerveja premium	9,3	9,3
Cerveja mainstream	13	3
Cerveja econômica	3,2	2,1

Fontes: Nielsen e Euromonitor

Com alta no preço, bebida premium tende a estacionar

Já do ponto de vista dos fabricantes, os bares e restaurantes responderam por 59% das vendas em volume no ano passado, segundo dados da empresa de pesquisas Euromonitor. Neste ano, a fatia desses estabelecimentos deve encolher dois pontos percentuais, para 57%, enquanto os supermercados vão ficar com 43% das vendas em volume, informa a empresa de pesquisas.

"A tendência é que mais gente procure a cerveja nos supermercados, um canal que oferece preços mais baixos que o bar", diz Rodrigo Mattos, analista da Euromonitor.

Nesse sentido, a busca por uma cerveja premium, que compense a economia de trocar a mesa do bar pela sala de casa, deve sofrer impacto.

"Vamos ver um aumento da venda de cervejas mainstream, de preço médio", diz Mattos, destacando que esse movimento deve ser visto principalmente neste ano nos supermercados. A venda de premium, por sua vez, tende a estacionar.

O analista Marcelo Monteiro, da Lafis Consultoria, concorda. "Vamos ver uma troca das marcas premium pelas tradicionais de preço médio", diz Monteiro. "Aquele consumidor que estava se acostumando a comprar as cervejas mais caras, para tomar em casa, tende a voltar para as mainstream", diz.

De acordo com Monteiro, apesar das perspectivas para o mercado de trabalho serem melhores no segundo semestre, a renda não cresce por causa da inflação de dois dígitos. "Em razão da Copa e das festas de fim de ano, a queda no consumo pode desacelerar, de 8% para 4% ou 5%", afirma. "Mas os preços vão continuar subindo, em alta até maior, de 14%, porque não há fatores que barrem a atual escalada de preços."

Inflação do vestuário é a maior desde 1995

Retomada do consumo e disparada nos custos fazem preços de roupas e calçados subir mais de 16% em 12 meses

Leonardo Vieceli

Loja de roupas em SP; volume de vendas cresce em 12 meses, mas não supera perdas da pandemia Zanone Fraissat - 19.dez.21/Folhapress

> Os varejistas têm feito negociações com a cadeia produtiva e assumiram também essa pressão dos preços, mas não houve como não repassar uma parte dos aumentos
>
> **Edmundo Lima**
> diretor-executivo da Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil)

RIO DE JANEIRO Após pressionar produtos como alimentos e combustíveis, a inflação alcançou roupas, calçados e acessórios no Brasil.

Em 12 meses até maio, período mais recente com dados disponíveis, os preços de vestuário acumularam alta de 16,08%, conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se da maior inflação registrada pelo setor desde julho de 1995, quando o país vivia os impactos da transição para o Plano Real. À época, vestuário registrou alta de 18,68% em 12 meses.

De acordo com analistas, os dados refletem a carestia gerada por uma combinação de fatores de oferta e demanda.

O economista Fabio Bentes, da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), lembra que a pandemia provocou um desajuste nas cadeias produtivas que fornecem matérias-primas para a indústria.

Com a escassez de parte das mercadorias, os custos de fabricação aumentaram, o que forçou os repasses para os preços finais das roupas.

Em uma média de 12 meses até maio, a inflação de insumos usados na indústria para fabricação de produtos têxteis, artigos de vestuário e artefatos de couro e calçados subiu 12,8%, segundo cálculo realizado por Bentes, a partir de dados do IPP (Índice de Preços ao Produtor), do IBGE.

Esse aumento até já foi maior durante a pandemia. Até agosto de 2021, a alta acumulada chegou a 28,4%.

Outro fator que passou a pressionar os preços finais de vestuário, diz Bentes, foi a retomada do consumo com a volta da circulação dos consumidores nas lojas.

Em 12 meses até abril, período mais recente com dados disponíveis, o volume das vendas do varejo de tecidos, vestuário e calçados acumulou alta de 19,4% no Brasil. O setor, contudo, ainda não superou todas as perdas da pandemia.

Está 8,6% abaixo do patamar pré-crise, de fevereiro de 2020, segundo dados de outra pesquisa do IBGE, a PMC (Pesquisa Mensal de Comércio). O levantamento envolve empresas com 20 funcionários ou mais.

"Tivemos pelo menos dois fatores de impacto sobre a inflação de vestuário. Houve retomada do consumo, com a recuperação de parte das margens de lucro que haviam sido sacrificadas pelas empresas no começo da crise, e escalada dos preços no atacado", avalia Bentes.

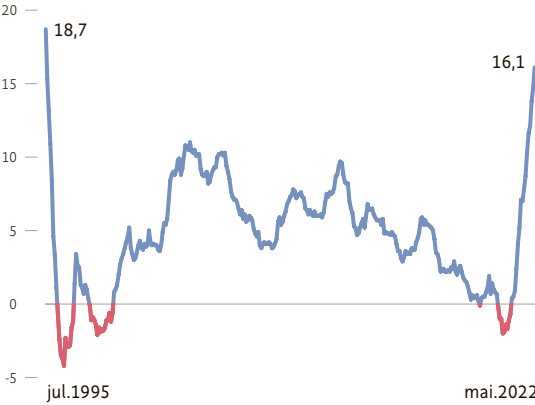
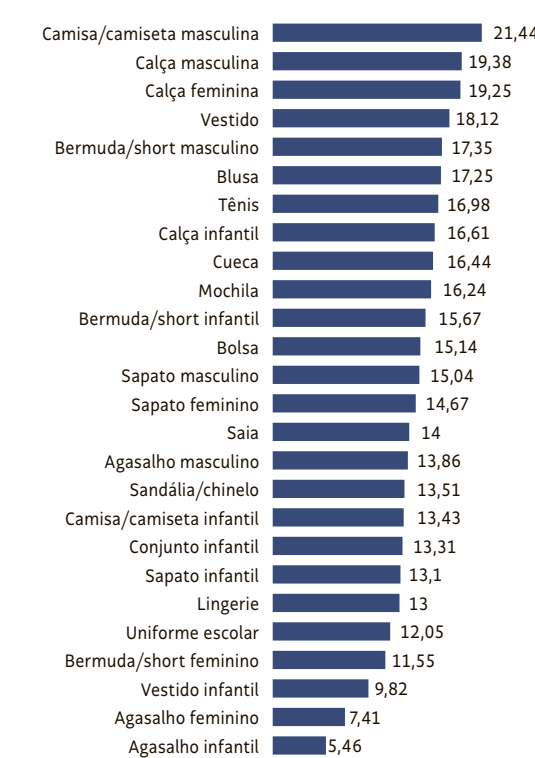
Alta de preços do segmento só perde para transportes

Com a demanda reprimida nas fases iniciais da pandemia, o vestuário chegou a registrar deflação (queda de preços) por nove meses consecutivos (maio de 2020 a janeiro de 2021) no acumulado do IPCA.

Esse cenário se inverteu após a derrubada das restrições à operação das lojas.

Entre os nove grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA, a inflação acumulada por vestuário (16,08%) só ficou abaixo da alta registrada por transportes (19,92%) em 12 meses até maio.

O avanço de transportes reflete, sobretudo, a carestia de combustíveis como a gasolina.

"Um ponto que com certeza pesa sobre a inflação de vestuário é o retorno do consumo presencial. Muita gente ainda não aderiu ao comércio eletrônico para comprar roupa", diz o economista Thiago de Moraes Moreira, professor do Ibmec-RJ e da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"As pessoas voltaram a consumir e estão pagando mais por isso, enquanto o varejo busca recompor as perdas financeiras geradas pela pandemia", acrescenta.

Além do aumento de insumos e da volta da demanda presencial, a alta nos custos de transporte de mercadorias e da energia elétrica também pressionou a inflação de vestuário, afirma o empresário Thiago Sitta, 41.

Ele é sócio-diretor da Remo Fenut, marca de roupas sociais que tem 12 lojas em centros comerciais e fábrica em São Paulo.

"O frete marítimo, por exemplo, aumentou cinco vezes o que custava antes da pandemia. Um botão saía por R$ 0,10, agora sai por R$ 0,20. Chegou a faltar insumo para caixas e sacolas", relata.

Para evitar a perda de vendas, Sitta diz buscar medidas "paliativas" contra a inflação.

"Por exemplo, a gente substitui uma camisa polo, com um valor melhor, que não precisa ser vendida por um preço tão alto. A gente procura alternativas."

O aperto das margens de lucro foi outro reflexo da pressão de custos para empresários do setor, aponta Aldo Macri, vice-presidente do Sindilojas-SP, que representa em torno de 30 mil lojistas na capital paulista.

"O comerciante precisa ter jogo de cintura. Tem de analisar muito os custos. Aprendemos isso na pandemia", diz.

De acordo com Edmundo Lima, diretor-executivo da Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), redes de lojas vêm ampliando negociações com a cadeia produtiva e estão buscando ganhos de eficiência para tentar mitigar os efeitos da carestia. A Abvtex representa nomes de peso no varejo de moda no país.

"Tivemos escassez de aviamentos, altas nas tarifas de energia. Isso foi produzindo uma pressão ao longo da cadeia produtiva", avalia.

"Os varejistas têm feito negociações com a cadeia produtiva, assumiram também essa pressão dos preços, mas não houve como não repassar uma parte dos aumentos."

Na visão de Fabio Bentes, da CNC, a inflação de vestuário até deve perder força ao longo do segundo semestre, em um ambiente de juros mais altos. Contudo, essa desaceleração tende a ser lenta, afirma o economista.

"Não tem mais tanto espaço para avanço da inflação de vestuário. Ela deve murchar, mas o processo é lento."

Roupas e acessórios ficam mais caros

Com avanço de matérias-primas e retomada do consumo, vestuário registra maior inflação desde 1995 no Brasil

Inflação acumulada por vestuário

Variação em 12 meses, em %

Inflação acumulada por produtos

Variação em 12 meses, até mai.2022, em %

Fontes: CNC a partir de dados do IPCA e IBGE

Pleno emprego nos anos 2000?

Dados sugerem que não havia ociosidade no mercado de trabalho

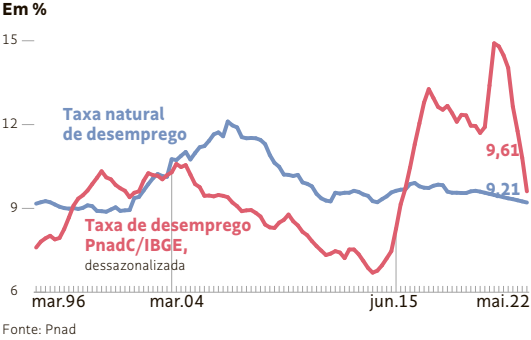
Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Há duas semanas reagi neste espaço ao artigo de André Singer e Fernando Rugitsky (folha.com/zaujhqg). Argumentei que a economia operou a pleno emprego nos anos 2000. Empreguei uma informação da IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado), de que o hiato de recursos no período fora positivo. Hiato de recursos positivo é a forma como os macroeconomistas chamam a situação da economia quando ela opera além da plena capacidade.

Assim, discordei da afirmação deles no artigo original, de que o estudo da IFI mostrava que a política fiscal tinha contribuído para elevar a taxa de crescimento. O estudo da IFI mostrou apenas que houve impulso fiscal positivo.

Segundo os autores, "ocorre que a identificação da capacidade de crescimento de uma economia ou, para usar o termo técnico, de seu produto potencial, é sabidamente controversa. Mais: no caso concreto, os dados do mercado de trabalho não sustentam a ideia de que a economia estivesse com 'pleno emprego', especialmente no início do período mencionado pelo articulista".

Taxa de desemprego ficou aquém da natural entre o 1º tri de 2004 e o 2º tri de 2015
Em %

Fonte: Pnad

Apesar de os dados da IFI indicarem hiato positivo —basta olhar o gráfico 2 do estudo citado na resposta a mim (folha.com/o25kleafl)—, os autores apontam que havia ociosidade no mercado de trabalho. Aí tenho dificuldade de acompanhá-los. Se o hiato da IFI era positivo, como poderia haver ociosidade do trabalho?

A figura ao lado apresenta os cálculos de meu colega de Ibre Bráulio Borges, da taxa de desemprego que mantém os salários crescendo no mesmo ritmo da produtividade do trabalho. Essa é a taxa natural de desemprego, ou a taxa de desemprego que não acelera a inflação. Como o nome sugere, se a taxa de desemprego for menor do que a natural, a inflação acelerará permanentemente.

Os dados são claríssimos: entre o primeiro trimestre de 2004 e o segundo de 2015, a taxa de desemprego observada correu aquém da taxa natural. Foi por isso que, ao longo desse período, a inflação acelerou, as exportações líquidas pioraram, os salários subiram além da produtividade e a rentabilidade do investimento reduziu-se.

O leitor pode estranhar que a taxa natural tenha sido tão elevada no período. A taxa natural de desemprego é dada pelas regras de operação da economia, ou seja, pelo marco legal e institucional.

Há evidências de que, com a reforma trabalhista, a taxa natural está em queda no Brasil. Adicionalmente, dados recentes muito positivos do desempenho do mercado de trabalho, com forte geração de empregos, inclusive formais, sugerem que deve ter havido uma quebra estrutural no funcionamento do mercado de trabalho.

Somente reformas microeconômicas e a melhora da qualidade do sistema público de educação conseguirão reduzir a taxa natural de desemprego.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Sob pressão, ministro da Economia da Argentina deixa o cargo

SÃO PAULO Sob pressão da ala kirchnerista, o ministro da Economia da Argentina, Martín Guzmán, renunciou ao cargo neste sábado (2). A decisão foi comunicada, por meio de redes sociais, no mesmo momento em que a ex-presidente e atual vice-presidente do país, Cristina Kirchner, fazia um discurso em que criticava a gestão da economia.

Guzmán escreveu uma longa carta ao presidente Alberto Fernández, que ele publicou no Twitter.

"Continuarei trabalhando e atuando por uma pátria mais justa, livre e soberana."

A gestão do ministro ficou marcada pela negociação com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em uma tentativa de o país alcançar o equilíbrio das contas públicas em 2024.

Especialista em processos de renegociação de dívidas externas, Guzmán tinha a missão de entregar um novo cronograma de pagamento dos títulos argentinos que o governo de Mauricio Macri havia deixado em inadimplência. Em 31 de agosto de 2020, após meses de intensas negociações e oito meses após assumir o cargo, o ministro fechou com sucesso a reestruturação da dívida em dólar.

O sucesso dessa negociação acabou prejudicado pelos reflexos econômicos da pandemia. O PIB da Argentina caiu quase 10% em 2020, enquanto a renegociação foi adiada.

Essa renegociação também marca o início da piora na relação de Fernández e Kirchner. Em discurso neste sábado, ela disse que "o déficit fiscal não é responsável pela inflação".

De acordo com pesquisa do Management & Fit, a inflação é hoje a principal preocupação de 43,4% dos argentinos. Em 2020, essa fatia representava 9,9%.

Em seu perfil no Twitter, Guzmán agradeceu a Fernández pela oportunidade de ter sido ministro do país e mencionou o período conturbado que enfrentou como ministro. "A Argentina mergulhou em uma profunda crise econômica, social e de dívida, sendo a isso adicionada uma pandemia global e uma guerra na Ucrânia."

Em maio, em entrevista a um programa de televisão, Guzmán já havia afirmado que a inflação tem "componentes externos", como a guerra na Europa, mas também ressaltou que as divisões dentro da própria aliança de governo seriam uma das razões para não dar respostas mais concretas. Ele se referia ao conflito interno que existe entre o presidente e Cristina.

De concreto, a única ação para tentar reduzir os preços na Argentina veio com as tentativas de congelamento impostas pela Secretaria de Comércio. Guzmán considerava que apenas esse recurso não seria suficiente.

Amarildo

A blindagem das empresas estatais

Não há incompatibilidade entre uma gestão transparente, técnica, íntegra e voltada ao cumprimento de objetivos empresariais e a melhoria do bem-estar social

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

A aprovação da Lei de Responsabilidade das Estatais (lei 13.303, de 2016) foi uma reviravolta nas empresas públicas. É indiscutível o avanço em termos de gestão transparente e eficiente do patrimônio público, levando-o a contribuir para o aumento do bem-estar coletivo em detrimento dos interesses de grupos de pressão.

No ano de sua aprovação, após a recessão de 2014-2016, a situação das empresas públicas federais emitia sinais de alerta. No agregado, apresentavam prejuízos. O patrimônio das 46 empresas com controle direto da União (proporcional à sua participação) era de R$ 228 bilhões (3,6% do PIB), e algumas dessas estatais estavam na iminência de demandar recursos do Tesouro para cumprimento de obrigações. Entre essas, 11 possuíam patrimônio líquido negativo.

Não eram raras as denúncias de desvios de conduta e de arbitrariedades no controle de preços e tarifas. E era grande o desgaste reputacional, o que contribuía para que o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores (B3) estivesse ainda abaixo do seu patrimônio líquido.

Desde então, os resultados melhoraram. O patrimônio da União nas empresas diretamente controladas subiu 75% de 2016 a 2020 —média de 15% ao ano— e alcançou 5,3% do PIB. As empresas com patrimônio negativo limitavam-se a seis no final de 2020.

As inovações trazidas em 2016 tratam de dois vetores: licitações e contratos, e governança corporativa. A Lei das Estatais recebeu o reforço de outras iniciativas, como a Lei Anticorrupção (lei 12.846, de 2013) e a nova Lei da Improbidade (lei 14.320, de 2021), para promover significativa mudança no ambiente corporativo público. Adicionalmente, a competência técnica das agências reguladoras e supervisoras deveria cumprir o papel de assegurar o funcionamento saudável do mercado.

Não há incompatibilidade entre uma gestão transparente, técnica, íntegra e voltada ao cumprimento de objetivos empresariais e a melhoria do bem-estar social. Bem administradas, as empresas investem e geram valor, por meio de pagamento de salários, impostos e dividendos. As produtoras de commodities ainda pagam rendas governamentais (royalties) pela exploração de recursos naturais. Assim, contribuem para o crescimento de longo prazo da economia.

Ao receberem essas receitas, os governos podem realizar políticas públicas que atenuem ciclos econômicos, sem atacar a conviência dessas empresas com regras de mercado nem a sua rentabilidade, e sem destruir valor para seus empregados, fornecedores, acionistas e comunidades beneficiadas.

O que a lei trouxe para as empresas públicas visa elevar os níveis de excelência na gestão e de integridade —algo que, para o setor privado, há muito tempo é requerimento mínimo para tornar uma empresa elegível a atrair investidores na B3. Desde 2000, a B3 criou um selo de reconhecimento, o Novo Mercado, para empresas com alto nível de governança.

No caso das estatais, a lei trouxe obrigações de constituir estruturas de governança, como conselhos de administração e comitês, capazes de tomar decisões estratégicas de modo colegiado, de antever riscos e assegurar o desenvolvimento dos negócios.

Ademais, exige a definição de políticas voltadas à gestão técnica, ao corrigir as falhas de controles internos e assegurar requisitos de competitividade, implicando até a fixação de preços capazes de cobrir os custos dos serviços prestados ou segundo parâmetros de mercado. Assegura contratações com perfil técnico, remunerações e incentivos compatíveis; exige códigos de conduta ética e integridade, com normas para explícita vedação (e responsabilização) de atos de corrupção e fraude.

E, por fim, exige a elaboração de carta anual de governança corporativa, com a função de comunicar ao público a sua estratégia de longo prazo e o seu plano de negócios, assumindo compromissos e avaliando os resultados da gestão.

Tais obrigações foram incorporadas nos estatutos de todas as empresas nos meses subsequentes à aprovação da Lei das Estatais. Uma verdadeira frente de trabalho!

Como referência, o setor privado vem aprofundando seus compromissos ESG (ambientais, sociais e de governança), sem renunciar à rentabilidade. Ao contrário, a adesão a essa agenda cumpre o objetivo de promover negócios engajados na inclusão social e na transição para uma economia mais verde, contribuindo para mitigar riscos. Essa tem sido a cartilha das empresas para merecer a confiança dos seus clientes, investidores e entorno. Trata-se de gerar valor e, ao mesmo tempo, assumir parcela da responsabilidade por mais bem-estar.

Se, por um lado, empresas estatais deveriam trabalhar ainda mais por uma agenda ESG que assegure sua legitimidade social, por outro, não podem ser culpadas pelas eventuais lacunas nas políticas públicas. Estas, mediante financiamento do Tesouro, são os instrumentos adequados para, por exemplo, atenuar os riscos de racionamentos, fome, agitação social relacionados à atual escassez global de combustíveis e de alimentos.

Outra discussão seria privatizar ou não algumas dessas empresas. Mas, enquanto forem públicas, modificar os fundamentos da Lei das Estatais —que tem trazido cultura da rentabilidade, sustentabilidade e da responsabilidade— será um imenso retrocesso para instituições que, com esforço e benefício de muitos, vêm contribuindo para o crescimento mais inclusivo no Brasil.

Exército admite não conseguir detalhar armas na mão de CACs

Órgão afirma que falta padronização em campos do sistema de controle

Raquel Lopes

BRASÍLIA O Exército admitiu ser incapaz de produzir relatórios detalhados sobre os tipos de armas atualmente nas mãos dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), grupo beneficiado por normas editadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), que facilitaram o armamento da população.

O apagão de informações ocorre pela falta de padronização de campos do Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), o banco de dados responsável por manter atualizado o cadastro de armas adquiridos pelos CACs.

Além de dados desestruturados, o Exército reconheceu via LAI (Lei de Acesso à Informação) que erros no preenchimento do Sigma levaram à inclusão nas planilhas de armas que não são permitidas para os CACs, como morteiros e canhões.

Atualmente, cerca de 1,5 milhão de armas estão registradas no Sigma. Os CACs respondem por mais da metade desse acervo (pouco mais de 884 mil), sendo que o restante é formado pelo armamento particular de militares, incluindo policiais e bombeiros.

Em resposta a um pedido via LAI feito pelo instituto Sou da Paz, o Exército afirmou não ser possível detalhar esse acervo por falta de padronização no registro.

Dessa forma, a Força não sabe dizer com precisão quais são os diferentes tipos de armas e calibres que compõem o acervo.

No campo de pistola, por exemplo, o Exército listou calibres descritos de diferentes formas: 9mm, 9MM com letra maiúscula e 9x19 mm. Outras pistolas aparecem ainda com a identificação 9mm Luger.

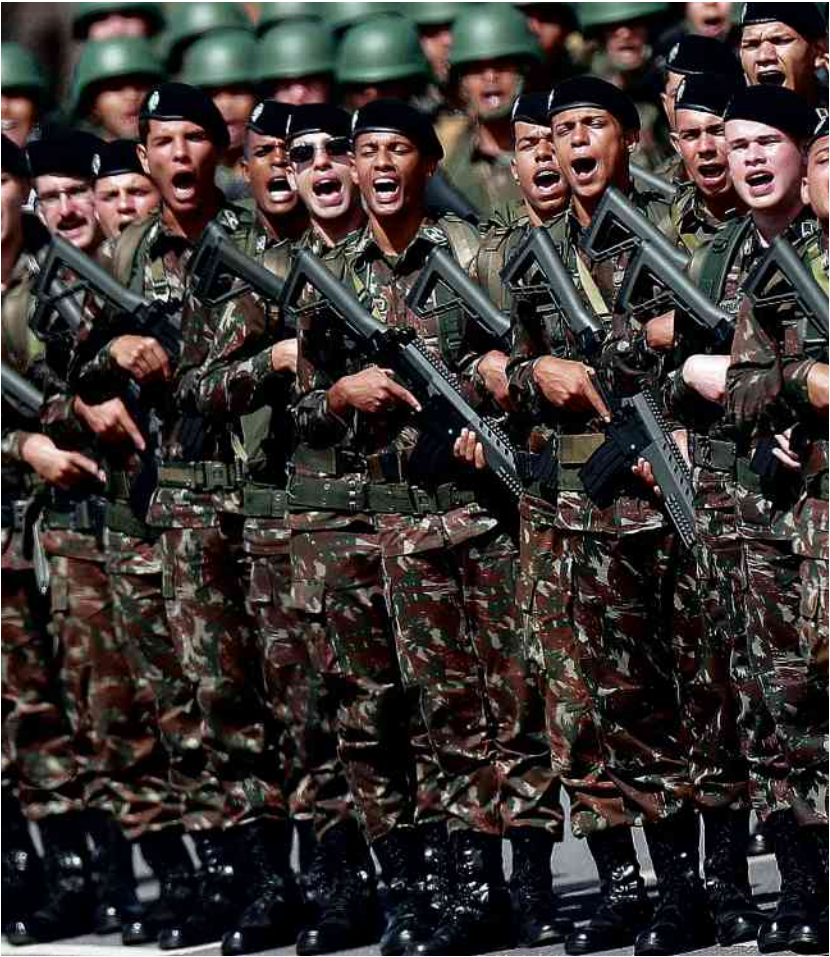
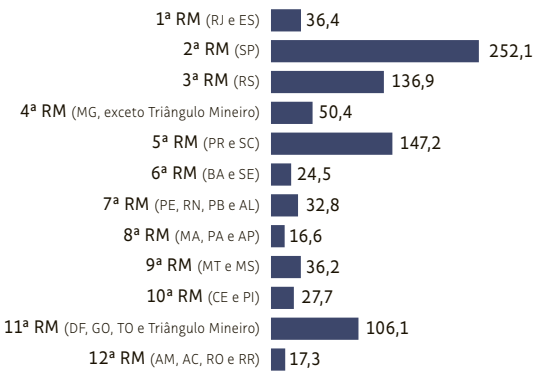
"Informo que existem aproximadamente 1,5 milhão de armas registradas no Sigma e para editar e corrigir estes dados, com finalidade de padronizar a informação, é necessário acessar o registro de cada uma destas armas", disse o Exército, na justificativa à solicitação da LAI.

Para especialistas, a resistência em modernizar os sistemas para registro e fiscalização dos produtos controlados traz prejuízos para as atividades de fiscalização e promoção da segurança pública. Além disso, mostra que o Exército desrespeitou a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União), que ordenou a modernização dos bancos de dados em 2017.

Bruno Langeani, gerente de projetos do Sou da Paz, disse haver sérios indícios da precarização do sistema de fiscalização.

"Um sistema desse não permite a geração de nenhum relatório para subsidiar ações de inteligência ou fiscalizações preventivas. [O Exército] diz ainda que a correção deste problema, quase amador, só seria possível com a revisão individual de dados de 1,5 milhão de armas. Algo que ficará cada dia mais difícil dada a enxurrada de novos registros que o sistema recebe desde as flexibilizações do governo Bolsonaro", disse Langeani.

Questionado pela **Folha**, o Exército disse que só responderia via LAI, uma vez que os dados foram enviados ao Sou da Paz por esse canal.

O governo Bolsonaro já publicou 15 decretos presidenciais, 19 portarias, dois projetos de lei e duas resoluções que flexibilizam regras para acesso a armas.

O crescimento ocorre em paralelo a atos e discursos armamentistas feitos por Bolsonaro desde a campanha de 2018. Por um lado, as medidas adotadas pelo governo ampliaram o acesso da população a armas e munições; por outro, enfraqueceram os mecanismos de controle e fiscalização desses artigos.

Na última quinta-feira (30), durante sua live semanal, Bolsonaro afirmou que o número de CACs irá crescer ainda mais se ele for reeleito. "Estamos chegando a 700 mil CACs no Brasil, eu pretendo, havendo uma reeleição, o ano que vem chegar a 1 milhão de CACs no Brasil."

Michele dos Ramos, assessora especial do Instituto Igarapé, avalia ser preocupante que o Exército, principal órgão responsável pelo controle de armas e munições, não tenha informações detalhadas sobre o acervo do Sigma.

"É no sistema do Exército que são registrados arsenais de grupos que têm acesso facilitado a grandes quantidades de armas e munições. Esse cenário é mais preocupante se considerar o impacto das mudanças desde 2019, que facilitaram o acesso a armas e munições que esses grupos podem ter", destacou.

Além de facilitar a compra de armas, o presidente Bolsonaro mudou regras para que os CACs possam adquirir armamentos mais pesados. Desde 2019, por exemplo, os integrantes do grupo podem comprar e usar fuzis semiautomáticos.

Antes dos decretos, esses atiradores eram divididos em três níveis, sendo que o limite máximo por pessoa previa a compra de até 16 armas e 40 mil munições ao ano. Com as mudanças, essa categoria pode comprar até 60 armas, podendo chegar a adquirir, anualmente, 180 mil munições.

O Exército disse ainda, na justifica da LAI, haver armas registradas que não podem fazer parte do acervo de atiradores e colecionadores. "Sabemos que trata-se de um erro do lançamento do Sigma", afirmou a instituição.

Além da falta de padronização, os dados sobre o número total de armas nas mãos dos CACs apresentam inconsistências.

Em novembro de 2021, o Exército afirmou que a quantidade de armamentos dos CACs era de 794.958.

Em outro pedido via LAI, respondido em janeiro de 2022, o número de armas havia diminuído para 758.936 —apesar do aumento exponencial dos registros da categoria nos últimos anos.

Para além das falhas do Sigma, documentos obtidos pela **Folha** mostram que o Exército não tem trabalhado para modernizar e integrar seus sistemas com outros órgãos, o que dificulta o trabalho de investigação.

Um documento enviado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ao TCU, em fevereiro deste ano, mostra que o Exército abandonou as tratativas para fornecer acesso ao Sigma pelo Sinesp (Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública).

O Sinesp é o sistema do Ministério da Justiça que agrega dados de segurança pública e pode ser acessado por policiais estaduais, pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal.

No documento, o Ministério da Justiça diz que essa tentativa integração havia sido totalmente interrompida por falta de respostas do Exército até agosto de 2021.

Os órgãos retomaram tratativas em 2022, mas ainda não há integração dos sistemas.

Da mesma forma, as negociações para integrar o Sisnar (Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército) —outro sistema do Exército— com o Sinesp pouco caminharam.

Como a **Folha** mostrou, uma das justificativas feitas pelo Exército ao TCU para revogar três portarias que aumentavam o controle sobre as armas era de que existia uma incompatibilidade entre os sistemas.

As informações sobre as lacunas no banco de dados do Sigma foram encaminhadas pelo Instituto Sou da Paz para o TCU, que investiga a revogação das três portarias.

O ministro relator da representação no TCU, André Luis de Carvalho, solicitou uma audiência com membros do Exército responsáveis pela revogação das normas.

Soldados do Exército exibem armas durante cerimônia em Brasília Adriano Machado - 19.abr.22/Reuters

Número de armas de CACs
(caçadores, atiradores e colecionadores)
Por região militar, em milhares

Por categoria, em milhares

Colecionador	Caçador	Atirador	Total
91,8	92,2	700,1	884,1

Fonte: Exército. Dados solicitados pelo Instituto Sou da Paz

> Um sistema desse não permite a geração de nenhum relatório para subsidiar ações de inteligência ou fiscalizações
>
> **Bruno Langeani**
> gerente de projetos do Instituto Sou da Paz

Fabiana Teófilo e Luziane Teófilo (óculos) são irmã e viúva de Durval Teófilo, homem negro morto em fevereiro ao chegar em casa em São Gonçalo (RJ) Eduardo Anizelli/ Folhapress

Negros são a maioria das vítimas de crimes violentos no Brasil

Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que violência racial continua sendo um grande problema

Ana Luiza Albuquerque

Racismo e violência

Negros são a maior parte das vítimas de uma série de crimes violentos

Em %

	Negros	Brancos
Mortes Violentas Intencionais*	77,9	21,7
Mortes por intervenção policial	84,1	15,8
Mortes violentas de policiais civis e militares	67,7	32,3
Feminicídios	62	37,5

*Categoria que reúne homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes por intervenção policial
Fonte: 16º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

RIO DE JANEIRO A violência racial continua sendo um grave problema no país, indica o recém-divulgado 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Os dados mostram que pessoas negras ainda são a maioria das vítimas de uma série de crimes violentos.

Entre as mortes violentas intencionais —categoria que reúne homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes por intervenção policial—, 78% foram de negros e 21,7% de brancos. No Brasil, 56% da população é negra, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No caso das mortes pela polícia, a diferença é ainda maior: 84% dos alvos são negros. Em 2021, este índice apresentou queda de 31% entre a população branca, mas cresceu 5,8% entre os negros, em comparação ao ano anterior.

Entre os policiais civis e militares que são alvo de mortes violentas, a maioria, 67,7%, também é negra. Já entre as vítimas de feminicídio, 62% são negras e 37,5% são brancas.

Outro dado alarmante é o da evolução da população carcerária. Em 2005, 58% dos presos eram negros e 40%, brancos. Em 2021, a porcentagem de negros saltou para 67,5% e a de brancos caiu para 29%.

Defensora pública no Rio de Janeiro, Lívia Casseres afirma que a violência racial é um problema histórico que não foi efetivamente enfrentado pelo Estado. "Os dados do último anuário dão a dimensão da estruturalidade da coisa e da insuficiência de transformações meramente culturais, no campo do discurso", diz.

"Vemos nos dados da violência o quão enraizado é o racismo e o quanto é necessário fazer reformas profundas. Se o Brasil quer chegar a algum lugar em termos de bem-estar da sua população, esse é um tema central", afirma.

Para produzir políticas públicas que alterem este cenário é preciso fazer um diagnóstico baseado em dados —tarefa muitas vezes difícil. No ano passado, por exemplo, seis estados (Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rondônia, Roraima e São Paulo) não disponibilizaram os registros de injúria racial ou de racismo.

A classificação étnico-racial das vítimas usa como base exatamente os dados fornecidos pelos estados e pelo governo federal, diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Pesquisador da instituição, Dennis Pacheco diz que a partir de 2017 mais estados passaram a informar estes dados, mas que nos últimos dois anos a melhora estagnou.

"Ainda é um dado de baixa qualidade, tem mudanças muito significativas nos percentuais e nos números absolutos de ano a ano", afirma.

Pacheco defende políticas públicas voltadas a pessoas negras e diz que no país há uma tradição histórica de entender a pobreza de forma unidimensional, sem observar vulnerabilidades ligadas à cor.

"Isso acaba fechando as portas para um debate em torno de raça (...) Se não se faz políticas públicas focais, focadas em grupos específicos e em suas vulnerabilidades, não se combate as desigualdades", afirma.

Uma das famílias afetadas por é a de Durval Teófilo, 38,

> "Vemos nos dados o quão enraizado é o racismo e o quanto é necessário fazer reformas profundas. Se o Brasil quer chegar a algum lugar em termos de bem-estar da sua população, esse é um tema central
>
> **Lívia Casseres**
> defensora pública

morto em fevereiro por um vizinho ao chegar em casa, em São Gonçalo (RJ).

Na noite de uma quarta-feira, ao voltar do supermercado onde trabalhava, ele caminhava em direção ao portão do condomínio onde morava, quando foi atingido por disparos do militar da Marinha Aurélio Alves Bezerra, que estava dentro de um veículo.

Imagens de câmeras de segurança mostraram que a vítima gesticulou para tentar se proteger, mas ainda assim recebeu novos disparos. O vizinho alegou que atirou porque viu Durval mexendo em uma mochila e pensou que seria assaltado.

Bezerra é réu por homicídio qualificado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Seus advogados afirmam que ele agiu em legítima defesa.

Durval deixou sua mulher, a atendente Luziane Teófilo, 35, e uma filha de seis anos, que viu o crime da janela de casa.

A viúva conta que a menina ficou traumatizada, chorando muito e se negando a comer. "Ela falou várias vezes ao psicólogo que viu o momento que o pai caiu no chão. Ela era muito apegada ao Durval", afirma Luziane.

Para a atendente, o assassinato foi um caso de racismo. "Ele [o autor dos tiros] poderia muito bem ter disparado para assustar. Se fosse eu, branca, ele jamais atiraria. (...) Ele não deu chance para o Durval se defender. Ele escutou o Durval falando que era vizinho, ele sabia quem era."

Irmã da vítima, Fabiana Teófilo, 36, diz que se pergunta a mesma coisa todos os dias: "Será que se fosse um branco passando ele teria atirado?".

"Minha mãe criou três filhos sozinha, nenhum nunca se envolveu com nada errado. Você perder a vida porque a sua pele é diferente da pele do outro... Além de uma covardia é uma ignorância muito grande", afirma.

Fabiana diz que sofre com o racismo todos os dias e que sente medo que algo aconteça com seus filhos, um menino de 14 anos e uma menina de 4, também negros. Ela já orienta o adolescente, por exemplo, a sempre andar com sua identidade.

"Você tem que ensinar a aceitar certas coisas que, se tivesse outro tom de pele, não precisaria aceitar. Ao mesmo tempo, tem que ensinar a não abaixar a cabeça. Tem que ensinar à criança que ela tem os mesmos direitos de um branco na teoria, mas que isso não acontece na prática."

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Engenheiro colombiano adorava cálculo e esportes

ERICH FRANK TREMEL BALDA (1947-2022)

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O colombiano Erich Frank Tremel Balda sempre foi conhecido como um engenheiro de mão cheia, literalmente. Metódico e perfeccionista, costumava medir espaços com as mãos e não errava o cálculo.

A sua história foi tão rica quanto sua cultura e conhecimento por matemática, rock clássico, geografia e esportes.

Nas Olimpíadas de 2016, passou duas semanas no Rio de Janeiro, esbaldando-se em arquibancadas para assistir às variadas modalidades esportivas, da natação a ciclismo ou tênis.

Frank, como era chamado, mudou-se para São Paulo na década de 1970, logo após a formatura.

Em uma festa na república de sul-americanos na região da avenida Paulista conheceu a futura mulher, Vera Helena. Ganhou o coração da moça ao ser o único ao dar seu lugar para ela sentar. "Foi uma gentileza própria dele", afirma a esposa.

Vera, que trabalhava na Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (USP), ajudou-o a regulamentar seu diploma na Escola Politécnica. E logo se casaram.

Os dois criaram os filhos, Daniel e Carolina, na mesmo endereço na Vila Madalena, zona oeste da capital.

Ao longo de quase quatro décadas, fez viagens pouco comuns com a mulher. Juntos, conheceram Grécia, Turquia, Japão, Singapura, Tailândia, Dubai, África do Sul, onde fizeram um safari, e Qatar. E, é claro, o primeiro passeio foi para a Colômbia.

"Ele guardava os folhetos de viagens", diz Vera. O motivo: esses papéis tinham mapas, uma de suas paixões, impressos.

A pandemia não deixou os dois colocarem em prática o sonho de viajar para a Índia. Mas o período de isolamento, por outro lado, abriu oportunidade para realizar seus passatempos preferidos, como ficar o dia vendo programação esportiva na televisão.

Durante meses, montou um quebra-cabeça de 6.000 peças. Para chegar ao resultado final, antes fez a separação por cores. Aliás, usava a engenharia em quase tudo —às vésperas da aula de dança de salão, esquematizou a sequência de passos em uma folha de papel.

Os cabelos brancos não o impediram de ir com a neta Sofia, atualmente com 21 anos, a shows de Rolling Stones, The Who, Deep Purple e Roger Waters. E tinha uma coleção de discos.

O engenheiro, que lutava contra problemas renais, teve complicações com a Covid-19 e morreu no último dia 19.

Erich Frank Tremel Balda morreu aos 74 anos. Deixou a mulher Vera, os filhos Daniel e Carolina, e as netas Sofia, Alice e Laura.

Luciano Veronezi

Motoristas de app fazem sexo com passageiros por dinheiro

Prática pode levar à desativação da conta; para advogados, não há crime

Gilvan Marques

SÃO PAULO Para aumentar seus rendimentos, motoristas de aplicativos tem aceitado fazer sexo com passageiros em troca de dinheiro.

Ao longo de três semanas, a reportagem da **Folha** ouviu relatos e depoimentos de condutores cadastrados na Uber, na 99 e no InDriver que confirmaram a existência da prática. Todos pediram para não terem seus nomes divulgados para evitar punições. Procuradas, as empresas afirmaram que os envolvidos podem ter suas contas desativadas.

Na maioria dos casos, tanto o passageiro quanto o motorista são do sexo masculino. Há relatos de condutores que receberam ofertas de passageiras mulheres que queriam pagar a corrida com sexo em vez de dinheiro, mas estes são mais raros.

Segundo os motoristas, existe uma espécie de código, com sinais que podem ser enviados discretamente por quem estiver interessado no sexo.

O mais comum deles é a letra "b" —uma referência a sexo oral— escrita no chat da plataforma e enviada pelo passageiro ao motorista antes de entrar no carro. Ele foi criado por usuários em resposta a apps que detectam automaticamente e punem quem usa o espaço para escrever termos pornográficos.

A abordagem inicial pode ocorrer também durante o trajeto através de olhares no retrovisor, gestos e perguntas.

Na sequência, as partes combinam o que desejam fazer (masturbação, sexo oral ou anal) e os valores que serão cobrados. O ato pode ser praticado com o carro em movimento, parado em ruas pouco movimentadas, em um motel (bancado pelo cliente) ou até na casa do passageiro.

Felipe (nome fictício), 31, trabalhava como barman em São Paulo e ganhava R$ 100 por noite. Há quatro anos, decidiu virar motorista para aumentar seu rendimento. Ele diz sempre ter sido assediado por passageiros, até que um dia resolveu aceitar uma das propostas pela necessidade de ganhar mais.

Essa pessoa ofereceu R$ 150 para fazer sexo oral, afirma Felipe —o valor era metade do que ganhava por dia com as corridas. Segundo ele, a primeira coisa que pensou é que esse ganho extra poderia ajudar a completar o tanque de gasolina.

Em quatro anos, o profissional diz nunca ter sido vítima de golpes ou de roubos, mas já foi flagrado uma vez pelo segurança de um estacionamento na Vila Mariana, zona sul da capital, enquanto recebia sexo oral de um passageiro. O guarda não chamou a polícia.

Ele diz que as relações sexuais geralmente ocorrem sem o uso de camisinha e que se protege apenas com a PrEP —uma combinação de medicamentos que impede a contaminação pelo HIV, mas não outras infecções.

Felipe diz ainda que uma tática para conseguir clientes é estacionar o carro próximo a saunas ou boates e puxar conversa durante o trajeto, discretamente.

O também motorista Marcelo (nome fictício), 22, afirma já ter ficado com cerca de 50 passageiros desde que começou a trabalhar na área, há dois anos —em alguns casos, não chegou a cobrar pelo sexo.

O valor de seu programa pode custar entre R$ 50 e R$ 150, mas já chegou a faturar R$ 200. Isso equivale a quase todo o lucro diário que tem com as corridas. O pagamento pode ser feito em dinheiro ou Pix.

Segundo pesquisa divulgada em maio pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o ganho médio de um trabalhador de aplicativos de transporte ou mercadorias no Brasil é de R$ 1.900 por mês.

Marcelo conta que já tinha escutado de outros colegas histórias sobre sexo com passageiros, mas que se surpreendeu ao ser abordado pela primeira vez.

Na ocasião, estava dirigindo quando o passageiro, com o carro em movimento, começou a tocá-lo. Por isso, o motorista parou o veículo e os dois fizeram sexo ali mesmo, antes do fim da corrida.

Ele afirma que espera a abordagem vir do próprio passageiro pessoalmente e que nunca responde a códigos enviados pelo chat, pois tem medo que as mensagens virem provas contra ele.

Diz ainda que aumentou a quantidade de programas desde dezembro do ano passado, em meio ao aumento do preço da gasolina.

> "A prática é o resultado de uma crise quando parte da população não consegue mais sustentar o preço dos combustíveis e as contas não fecham. Você tem realmente algo aí com elemento de crueldade"
>
> **Luciane Soares**
> socióloga

Para Luciane Soares, professora de sociologia na UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), a prostituição entre motoristas e passageiros representa a "precarização dentro da precarização".

"Os aplicativos de transporte deixaram de ser um complemento de renda e passaram a ser a renda principal de boa parte da população desempregada. O quadro se acentua com a pandemia", avalia ela.

"A prática é o resultado de uma crise quando parte da população não consegue mais sustentar o preço dos combustíveis e as contas não fecham. Você tem realmente algo aí com elemento de crueldade."

Além das corridas, os condutores também têm conquistado parte de sua clientela através das redes sociais e de aplicativos de relacionamento como Grindr, que é voltado para o público LGBTQIA+. Nestes casos, a pessoa entra em contato, combina o valor e o destino, como se fosse uma viagem particular e o sexo entra no pacote.

Como a prostituição não é crime no Brasil, motorista e passageiro não podem ser punidos pela prática, diz a advogada criminalista Maria Pinheiro, da Rede Feminista de Juristas. "Mas, na hipótese de fazerem isso de maneira pública, existe o delito de ato obsceno. E aí, nesse caso, ambos poderiam ser responsabilizados criminalmente", ressalta

A pena para o crime é de três meses a 1 ano de detenção, mas também pode ser convertida em cesta básica ou em serviços prestados à comunidade.

Em nota enviada à **Folha**, a Uber ressalta que, de acordo com seus códigos de conduta, "qualquer comportamento que envolva violência, conduta sexual, assédio ou discriminação ao usar o aplicativo resultará na desativação da conta".

"Isso também se estende ao que é digitado nas mensagens que podem ser enviadas dentro do app, já que o respeito entre todos da comunidade deve ser mantido em todas as interações – virtuais ou reais", diz o aplicativo. A 99 não quis se manifestar e a InDriver não retornou o contato da reportagem.

Eduardo Lima de Souza, presidente da Amasp (Associação de Motoristas por Aplicativos de São Paulo), classificou os casos como uma prática isolada.

"A gente não tem nem como atribuir [ao aumento dos combustíveis ou taxas de apps] porque está todo mundo trabalhando, fazendo um dinheirinho ali. Então, a gente acredita que, dentro da classe, exista aquele tipo de pessoa que se propõe a isso."

Adams Carvalho

As palavras e as coisas

Algumas mudanças na ética verbal me parecem contraproducentes

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Entre as sugestões que vieram da editora sobre meu novo livro, havia a de trocar "índios" por "indígenas". Sempre fui um defensor do politicamente correto. Acho um avanço civilizatório que o Nelson Piquet seja cobrado publicamente pelas imbecilidades racistas. Assoviar pra mulher que passa, embora menos grave, é da mesma ordem do que fazia o cretino presidente da Caixa: abuso. Algumas mudanças na ética verbal, porém, me parecem contraproducentes.

Em certo momento dos anos 90, "favela" virou "comunidade". "Favelado" era um termo pejorativo e é compreensível que os moradores destas áreas não quisessem ser chamados assim, mas mudar para "morador de comunidade", embora amacie na semântica, não leva água encanada, esgoto e luz para ninguém. Pelo contrário.

A gente ouve "comunidade" e dá a impressão de que aquelas pessoas estão todas de mãos dadas fazendo uma ciranda em torno da horta orgânica, não apinhando-se em condições sub-humanas, sem esgoto, asfalto, educação, saúde.

Talvez fosse bom deixarmos o incômodo nos tomar toda vez que disséssemos ou ouvíssemos "favela" ou "favelados". Nosso objetivo deveria ser dar condições de vida decente praquela gente, não nos sentirmos confortáveis ao mencioná-la.

O mesmo vale para "morador em situação de rua". Parece que o cara teve um problema pra voltar pra casa numa terça, dormiu "em situação de rua" num ponto de ônibus e na quarta vai retornar ao conforto do lar. É mentira. A pessoa que mora na rua tá ferrada, é alguém que perdeu tudo na vida, até virar "mendigo".

"Mendigo" é um termo horrível não porque as vogais e consoantes se juntem de forma deselegante, mas pelo que ele nomeia: gente que dorme na calçada, revira lixo pra comer, não tem sequer acesso a um banheiro. Mas quando a gente fala "morador em situação de rua" vem junto o mesmo morninho no coração de "comunidade": essa situação, pensamos, é temporária. Vai mudar. Logo, logo, ele estará em outra.

Não, não estará se não nos indignarmos com a indigência e agirmos. Algumas palavras têm que doer, porque a realidade dói. Do contrário, a linguagem deixa de ser uma ferramenta que busca representar a vida como ela é e se torna um tapume nos impedindo de enxergá-la.

Sobre "índios" e "indígenas", li alguns textos. Os argumentos giram em torno do fato de "índio" ter se tornado um termo pejorativo, ligado aos preconceitos que os brancos sempre tiveram com os povos originários da América: preguiçosos, atrasados, primitivos.

Tá certo. Mas o problema, pensei, não tá no termo "índio", tá no preconceito do branco. Outro dia ouvi num podcast americano um escritor judeu indignado porque ele, que sempre chamou os de sua religião de "jews" (judeus) agora tinha que dizer "jewish people" (pessoas judias). Como se houvesse algo de errado em ser judeu, ele disse. Como se a mudança na nomenclatura incorporasse o preconceito, quando deveria ser justamente o contrário, feito os negros americanos dos anos 70 dizendo "say it loud, I'm black and I'm proud!" ("diga alto, sou preto e tenho orgulho!").

Eu estava errado. Fui salvo da ignorância por minha querida prima antropóloga, Florência Ferrari, e pelo mestre Sérgio Rodrigues. "Indígena" vem de "endógeno", aquele que pertence a um lugar. Ou seja: "povos indígenas" dão uma ideia da multiplicidade de etnias que aqui estavam. "Índio" é uma generalização preconceituosa, tipo "paraíba", no Rio, para se referir a qualquer nordestino ou nortista. Maravilha. Sai "índio". Entra "indígena". Viva a Paraíba. E #forabolsonaro.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Maria Homem** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

saúde

Até bebês podem sofrer de Covid longa, mostra estudo

Pesquisa encontra efeitos como dores dois meses ou mais após infecção

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Em janeiro deste ano, o menino Carlos Eduardo, 14, de Curitiba (PR), teve diagnóstico de Covid-19, juntamente com toda a família. O adolescente apresentou o quadro mais leve, apenas com dor de garganta e febre baixa.

Em maio, ele começou a ter tremores como se fosse uma convulsão. Dias depois, passou a ter febre, muito cansaço, dor estomacal, diarreia e diminuição da força nas pernas.

"A gente pensou que fosse bullying, problema na escola. Ele entrou no ensino médio, está mais puxado", conta a mãe, a enfermeira Mara Neiva Nunes Machado.

Depois de passar por dois pediatras, veio um possível diagnóstico: Covid longa, possivelmente exacerbada por uma nova infecção viral pelo H1N1. Depois de medicado, o menino passa agora por uma série de exames. "Ele já começou a melhorar, o cansaço está diminuindo", diz a mãe.

Carlos não é exceção. Cada vez mais há um acúmulo de evidências científicas sobre os efeitos da Covid longa também em crianças de todas as idades. Uma das mais amplas pesquisas sobre esse impacto foi publicada no mês passado na revista The Lancet Child & Adolescent Health.

O trabalho avaliou dados de 44 mil crianças na Dinamarca com idades entre zero e 14 anos, das quais 11 mil tiveram diagnóstico de Covid-19 entre janeiro de 2020 e julho de 2021. Dados de crianças que tiveram a doença (com confirmação de PCR) foram comparados aos das que não tiveram. Ambos os grupos tinham semelhanças em idade, sexo e prevalência de comorbidades preexistentes.

Os resultados mostram que os sintomas variaram de acordo com a faixa etária da criança. Entre zero e três anos, 40% das crianças que tiveram diagnóstico positivo para Covid apresentaram ao menos um sintoma após dois meses ou mais da infecção (contra 27% do grupo controle); na faixa etária entre 4 e 11 anos, 38% (contra 33,7%), e entre 12 e 14 anos, 46% (contra 41%).

Entre as crianças até três anos, alterações de humor, erupções na pele e dores de estômago foram os sintomas mais comuns. No grupo de 4 a 11 anos, além de alterações de humor, foram relatadas dificuldade para lembrar ou se concentrar e lesões na pele. Entre 12 e 14 anos, mencionaram, principalmente, fadiga, alterações de humor e dificuldades de memorização e de concentração.

Segundo os pesquisadores, embora os sintomas associados à Covid longa sejam queixas gerais que as crianças podem experimentar mesmo sem a doença —como dores de cabeça, alterações de humor, problemas estomacais e cansaço—, as que receberam o diagnóstico de infecção pelo coronavírus eram mais propensas a ter sintomas.

Ainda não está claro o percentual de crianças que pode desenvolver sintomas prolongados da Covid e por quanto tempo eles podem durar. Outros estudos menores já encontraram taxas entre 30% e 50% de Covid longa na população infantil, condição que pode afetar até quem teve casos leves da infecção, como Carlos Eduardo. Não há testes específicos para a Covid longa.

O pediatra Victor Horácio da Costa Souza Júnior, infectologista pediátrico do Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR), a maior instituição pediátrica do SUS no Brasil, diz que, em geral, as crianças atendidas com Covid longa têm tosse persistente, às vezes sem febre, e muitas já apresentavam comorbidades antes da Covid —eram transplantadas ou tinham doenças neurológicas, por exemplo.

Souza Júnior diz que a hipótese é que, com a variante ômicron e sua intensa transmissibilidade, os pacientes têm ficado com uma carga viral alta por mais tempo no organismo. Isso pode induzir o sistema imunológico a produzir anticorpos por muito tempo, produzindo uma espécie de autoagressão em vários sistemas do corpo.

"No sistema musculoesquelético, o paciente sente fraqueza, dor muscular; no sistema nervoso, formigamento, diminuição da força; no sistema respiratório, uma tosse seca persistente e cansaço; no sistema vascular, pode fazer trombose; no cérebro, ansiedade e depressão."

O Instituto da Criança do Hospital das Clínicas de São Paulo acompanha desde o início da pandemia um grupo de crianças que teve Covid e vários estudos estão em andamento para entender o impacto da infecção nesse público.

Um deles, já publicado, mostra que quatro em cada dez crianças e adolescentes continuavam com os efeitos prolongados da Covid nas 12 semanas seguintes à infecção. Entre eles, dor de cabeça (19%), cansaço (9%), dispneia (8%) e dificuldade de concentração (4%). Dores musculares e articulares, além de má qualidade do sono, também foram relatadas (4%).

Desse total, um quarto das crianças continuou tendo pelo menos um dos sintomas após 12 semanas e foi classificado como tendo Covid longa, segundo o pediatra Clóvis Artur Almeida da Silva, professor titular de pediatria da USP e coordenador dos estudos.

Um outro estudo avaliou o impacto da Covid na qualidade de vida, comparando crianças e adolescentes que tiveram diagnóstico de Covid (53) aos que não tiveram (52). Ambos os grupos, de crianças acompanhadas no instituto e que, portanto, já tinham comorbidades, apresentavam perfis parecidos.

Outro estudo mostrou que entre as crianças que tiveram síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P), em razão da Covid, continuaram com alterações nos vasos sanguíneos que nutrem o músculo do coração.

"Isso terá impacto na vida do paciente, na saúde pública e na pediatria. Vamos ter que acompanhar esses pacientes com cuidado. Covid é uma doença que pode gerar sequelas a médio e longo prazo. Por isso, é extremamente importante a vacinação", diz Silva.

Covid longa

44 mil
crianças com idades entre zero e 14 anos foram acompanhadas pela pesquisa na Dinamarca

11 mil
tiveram diagnóstico de Covid-19 entre janeiro de 2020 e julho de 2021

40%
das crianças entre zero e três anos apresentaram ao menos um sintoma após dois meses (contra 27% do grupo controle), assim como 38% entre 4 e 11 anos (contra 33,7%) e 46% entre 12 e 14 anos (contra 41%)

Enfermeira aplica vacina contra a Covid em menina na UBS Nossa Senhora do Brasil, na Bela Vista, região central de São Paulo Rivaldo Gomes - 22.jan.22/Folhapress

Apesar de incomum e com sintomas leves, pais devem ficar atentos com casos nas crianças

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Apesar da baixa incidência entre as crianças, a Covid longa também pode acometê-las, mesmo se estiverem imunizadas.

A síndrome se caracteriza por sintomas recorrentes ou persistentes —dor de cabeça, no estômago ou cansaço, por exemplo, após o período de infecção aguda pelo coronavírus. Ainda são desconhecidos os fatores responsáveis por desencadear a doença em pacientes já recuperados.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), a Covid longa pode surgir três meses após o início da infecção, com sintomas que duram pelo menos dois meses e que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. A condição ganhou status de doença em outubro de 2021.

"No começo da pandemia, tínhamos um olhar muito voltado ao adulto, que era quem mais se expunha, mais se infectava e tinha sintomas graves. Com o tempo, começamos a observar um aumento de casos de Covid entre as crianças, sobretudo em 2021, e também sintomas de Covid longa nesta faixa etária pediátrica", diz a imunologista Ana Karolina Barreto Marinho, membro do Departamento Científico de Imunização da Asbai (Associação Brasileira de Alergia e Imunologia).

Na falta de exames que comprovem a Covid longa, os pais devem ficar atentos aos pequenos sinais, inclusive comportamentais —se a criança continua indisposta após passado o período de infecção aguda, ou se não quiser brincar e nem se movimentar como antes.

Com a chegada das férias escolares, os casos de Covid devem diminuir, na avaliação da pediatra Ana Escobar, professora livre-docente da Faculdade de Medicina da USP.

"Mês de férias, as crianças em casa terão menos contato com outras pessoas e também muita gente vai viajar", diz a especialista.

O recente aumento de infecções pelo coronavírus se deve à alta capacidade de transmissibilidade das subvariantes da ômicron em circulação e à baixa das medidas de proteção.

A seguir, confira mais informações a respeito da Covid longa em crianças.

*

Na Covid longa, há uma faixa etária predominante?

Pode acometer todas as idades. A pediatra Ana Escobar explica que a Covid longa depende muito mais do estado imunológico da criança, da situação em que está e da presença ou não de alguma doença de base, como as pulmonares, reumatológicas, as doenças crônicas —como o diabetes— as imunodeficiências e as doenças neurológicas. Crianças com patologias crônicas são mais suscetíveis.

Segundo a médica Ana Karolina, os dados mais recentes mostram que são crianças nos dois primeiros anos de vida até 13, 14 anos de idade. "É importante ressaltar que em crianças muito pequenas o diagnóstico é mais difícil, porque os sintomas não vão ser os mais clássicos, de crianças maiores que conseguem se comunicar melhor", diz.

A duração da Covid longa em crianças e adultos é igual?

As crianças têm alguns sintomas que persistem por cerca de 20 ou 30 dias e depois somem, de acordo com Ana Escobar. Nos adultos, a Covid longa pode durar meses. Eles têm mais perda de olfato e paladar, dor de cabeça, queixa de cansaço, falta de memória e queda de cabelo —é um pouco mais tardia e tem sido observada uns dois ou três meses após a Covid.

Como identificar se os sintomas são de Covid longa?

A reinfecção pode ocorrer quatro meses após o diagnóstico de Covid, porque a taxa de anticorpos dura esse período. "Não é comum ser reinfectado logo na sequência. Na Covid longa, em vez de um conjunto de sintomas, persiste um ou dois, no máximo", explica a pediatra Ana Escobar.

No Brasil, as crianças abaixo de cinco anos não estão elegíveis para a vacina contra a Covid-19. Neste caso, elas podem ter Covid longa grave?

As não vacinadas e sem patologia de base têm menos de 1% de [risco de] irem para a UTI, ressalta Ana Escobar. Isso significa que a Covid nas crianças incide de forma mais branda. Nas vacinadas, essa taxa é menor ainda, devido à proteção contra a gravidade da doença.

O que leva uma criança pós-Covid à UTI é a síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P), que pode surgir 15 dias após a Covid. De condição rara, a doença atinge uma a cada 3.000 crianças e jovens abaixo de 21 anos que contraem Covid. Ocorre devido a uma reação intensa do sistema imunológico para tentar combater o coronavírus e pode acometer vários órgãos vitais, como o coração. A taxa de mortalidade no Brasil é de 6%, quatro vezes inferior à dos EUA.

Os sintomas da SIM-P são febre alta, dor de cabeça, manchas vermelhas na pele, olhos vermelhos, náuseas, vômitos, diarreia, dor abdominal, queda de pressão arterial, taquicardia, convulsões, confusão mental e gânglios aumentados, entre outros.

> Não obstante a Covid se apresente mais leve nas crianças, Covid é Covid e temos sempre que tomar muito cuidado. A doença nos ensinou que temos que respeitar esse vírus. Não dá para tratá-lo como qualquer um
>
> **Ana Escobar**
> Pediatra

Sérgio Novaes

Ninguém gasta bilhões de euros em um negócio que você já sabe

Dez anos após bóson de Higgs, físico trabalha para desfazer a leitura comum de que a descoberta foi meramente uma confirmação

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Em 4 de julho de 2012, uma apresentação realizada na sede do Cern (Centro Europeu de Física de Partículas), em Genebra, Suíça, trouxe a descoberta que viria a coroar meio século de desenvolvimento do chamado Modelo Padrão: o bóson de Higgs.

E desde então muitos, nos círculos acadêmicos e fora deles, vêm se perguntando —o que vem a seguir?

Para Sérgio Novaes, físico da Unesp, esse é o foco errado. "A gente não faz experimento para saber o que vai dar, a gente sempre faz o experimento para saber se vai dar alguma coisa", diz o pesquisador, enfatizando a natureza investigativa da ciência.

Ele é possivelmente a principal referência brasileira para falar sobre o bóson de Higgs e sua importância histórica.

Não só fez parte da colaboração internacional ligada ao LHC (Large Hadron Collider), grande acelerador do Cern que fez a descoberta, assinando o artigo científico que a apresentou ao lado de centenas de colegas, como foi o primeiro no Brasil a escrever um artigo sobre o bóson, quando estava no mestrado, explorando o mecanismo que viria a revelá-lo quatro décadas depois.

Na Unesp, para celebrar a ocasião, ele apresenta uma palestra, e o objetivo é enfatizar o tamanho do sucesso na detecção do bóson de Higgs.

*

Sua palestra para marcar o décimo aniversário da detecção do bóson de Higgs leva o título de "A história não contada". A contada é a das previsões, nos anos 1960 e 1970, e a da descoberta científica, anunciada pelo Cern em 2012, que rendeu o Prêmio Nobel. Qual é a não contada? A ideia é contar como é fazer ciência na vida real. O fato de as propostas terem sido profundamente desacreditadas no começo.

O Peter Higgs conta a história de que, em 1966, dois anos depois de ter proposto a ideia, foi dar um seminário em Harvard. E o Sidney Coleman, que era um cara super gozador, depois contou que "estava ansioso para fazer em pedaços esse idiota".

Higgs conseguiu evitar que fosse chamado de maluco, mas não conseguiu mostrar que seu trabalho, então bem controverso por contrariar "dogmas" da física, fosse útil. Ou seja, houve uma resistência enorme no começo, um embate forte na comunidade, negando aquilo e, mesmo entre quem não negasse, ninguém sabia para que servia.

Daí em 1967 o [Steven] Weinberg faz o estudo dele [que conduziria à criação do Modelo Padrão da Física de Partículas], duas páginas e meia, 18.500 citações e um Prêmio Nobel. É fantástico. Mas ele fala na hora em que propõe o modelo: "Claro que nosso modelo tem muitos parâmetros arbitrários para se fazer qualquer predição que pudesse ser levada a sério".

Desde a proposta do modelo até a descoberta do Higgs, pesquisadores dedicaram muito tempo tentando encontrar uma alternativa viável.

E como começou a busca pelo bóson de Higgs efetivamente? Em 1975, anos depois da proposta original do Higgs, John Ellis e colegas fazem o primeiro estudo fenomenológico.

É um estudo de 45 páginas em que eles terminam dizendo: "Olha, nós pedimos desculpas ao pessoal experimental, a gente não tem a mínima ideia de qual seja a massa do bóson e também não sabe exatamente qual é o acoplamento dele às outras partículas. São coisas que o modelo não prevê. Por essas razões, não queremos encorajar grandes buscas experimentais pelo bóson de Higgs, mas sentimos que pessoas realizando experimentos vulneráveis ao bóson de Higgs deveriam saber como ele pode aparecer".

E aí aconteceu o seguinte: o sucesso do modelo foi se tornando estrondoso. Novas partículas foram sendo descobertas, os bósons W e Z, e estava tudo se encaixando de uma maneira absurdamente fantástica, a menos do bóson de Higgs. Como pode uma situação como essa? É objeto que tem que ser perseguido.

O duro era não saber em que nível de energia, que faixa de massas, procurar. Por que aí os experimentais ficam no escuro. Digo o seguinte: a gente não faz experimento para saber o que vai dar, a gente sempre faz o experimento para saber se vai dar alguma coisa.

A gente tinha a pergunta, onde está o bóson de Higgs. E o LEP (acelerador europeu anterior ao LHC), se tivesse um pouco mais de energia, o teria encontrado. Inclusive havia alguns eventos meio suspeitos. E virou uma briga com o diretor do Cern, se mantinha o LEP ligado ou desligava para instalar o LHC. Eles se situam exatamente no mesmo túnel físico. Então tinha de desmontar o LEP para construir o LHC. O LEP, o limite dele chegou a 115 GeV (gigaelétron volts). E o bóson de Higgs apareceu com 125, 126 GeV.

E aí entramos numa fase, já falando dos últimos dez anos, que é sobre o que vem a seguir. Seu colega de Unesp, Rogério Rosenfeld, costuma citar uma síndrome chamada PHD, "Post-Higgs Depression", ou depressão pós Higgs. Porque agora o Modelo Padrão está fechado, isso está resolvido, mas há sinais de que exista física além do Modelo Padrão. Matéria escura, energia escura, uma série de problemas ainda a serem atacados, e os experimentalistas se veem em situação talvez similar à dos anos 1960, 1970, em que você tinha modelos de todo tipo, mas não tinha amparo experimental suficiente para escolher um favorito. É um paralelo válido entre o que estava acontecendo então e agora? Mais ou menos. Deixa eu fazer um depoimento. Vou pegar o mesmo PHD e dizer que sofri de "Pre-Higgs Depression", depressão pré-Higgs. Porque fiz uma mudança de carreira bastante forte.

Comecei minha carreira publicando no mestrado um artigo que eu considero, até que me provem o contrário, o primeiro sobre o Higgs publicado no Brasil, e fiquei muito feliz de ter publicado o artigo sobre o exato mecanismo que veio a produzi-lo 40 anos depois.

Segui carreira como teórico e chegou uma hora em que falei, escuta, não é daí que vai sair a solução de nada, porque a imaginação do cientista é uma coisa muito rica e a gente está tentando explorar coisas cada vez mais malucas, cada vez numa direção que a gente não sabe para onde está indo, e quem que pode responder isso? Só pode ser o experimento. E fui me tornar um experimental já no meio da carreira, depois de 20 anos.

> A gente não faz experimento para saber o que vai dar, a gente sempre faz o experimento para saber se vai dar alguma coisa. A gente tinha a pergunta, onde está o bóson de Higgs

Tendo dito isso, acho que hoje está mais forte [que no passado], porque lá a gente fazia a física do possível. A proposta do Modelo Padrão hoje é muito forte, está difícil encontrar uma brecha. Mas estamos trabalhando em matéria escura. Nossa linha de pesquisa em física exótica tem sido a busca por matéria escura no LHC.

E acha que vai encontrar? Não sei ao certo, não vou colocar os meus sentimentos aqui porque são...

Por favor, coloque-os. Pelo seu tom, dá a impressão de que acha que o Modelo Padrão está tão redondinho que, do seu ponto de vista, é mais confortável questionar as evidências astrofísicas da matéria escura. É mais ou menos por aí? É claro que todo mundo vai defender o seu, que as evidências são sólidas e que não tem outro jeito. É assim mesmo. Tudo bem. Agora, pode não ser uma partícula, entende? Não é necessariamente uma partícula. Não sei o que pode ser. Se eu soubesse, eu estaria aqui escrevendo o estudo para comprar a passagem para Estocolmo. Pode ser uma coisa completamente nova. Mas é nossa obrigação moral e científica insistir na hipótese de que, se for uma partícula, provavelmente ela deveria se manifestar no tipo de colisões que fazemos.

Qual é o tamanho do sucesso na descoberta do bóson de Higgs, passados dez anos? Enorme vitória. Hoje em dia, tem uma atitude meio que considerando essa grande vitória como coisa do passado. "Ah, isso aí a gente já sabia que tinha." Isso que também não pode, viu? E por isso que o título da minha palestra é aquele. Não foi assim que aconteceu. Ninguém gasta bilhões de euros em um negócio que você já sabe.

Juca Rodrigues/iPhotopress

Sérgio Ferraz Novaes, 66
Professor titular da Unesp, em São Paulo, é membro da colaboração Compact Muon Solenoid (CMS), um dos quatro experimentos instalados no LHC (Large Hadron Collider), acelerador do Cern (centro europeu para física de partículas) responsável pela descoberta do bóson de Higgs. É pesquisador principal do Centro de Pesquisa e Análise de São Paulo.

Nosso futuro comum e as eleições

Momento é decisivo para refletir sobre o papel da ciência e da educação

Marcelo Leite
Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

O texto a seguir foi escrito pela bióloga Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB) e da Academia Brasileira de Ciências. Faz parte da segunda "ocupação" de colunas na imprensa promovida pelo Instituto Serrapilheira, desta vez com o tema "como a ciência deve participar da reconstrução do Brasil".

Nada mais adequado, a propósito, do que contar com a colaboração de uma ecóloga preocupada com o futuro dos biomas brasileiros, cerrado e Amazônia à frente, e a crise do clima planetário. Com a palavra, Mercedes Bustamante:

*

Há 35 anos era lançado o relatório "Nosso Futuro Comum" (1987) pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também chamado Relatório Brundtland em associação com a ministra norueguesa Gro Brundtland, que o coordenou, o documento concebe desenvolvimento sustentável como aquele "que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". Ou seja, preocupações, desafios e esforços comuns.

Em outubro deste ano, estaremos no Brasil diante de um momento decisivo para refletir sobre o nosso futuro comum e o papel da ciência e da educação no desenho desse futuro. As eleições de 2022 devem representar um ponto significativo de inflexão para realinhar políticas públicas com as agendas da geração do conhecimento e da sustentabilidade, a redução das desigualdades e o respeito aos direitos humanos e à diversidade social.

A ciência nos permite projetar futuros possíveis em função de nossas escolhas no presente. Os jovens estão, em todo o mundo, indicando claramente que querem mudanças e desejam participar das decisões de hoje que terão impactos duradouros sobre o seu futuro e o planeta.

Por meio do conhecimento, seus instrumentos e instituições de pesquisa com financiamento adequado podemos criar e avaliar alternativas de desenvolvimento que sejam socialmente inclusivas e que considerem os limites de sustentabilidade de nossos ecossistemas. Nessa tarefa, todas as áreas do conhecimento serão fundamentais.

Aprimorar a educação científica em todos os níveis de ensino permite que os processos associados à ciência sejam bem conhecidos e entendidos. Assim, toda a sociedade e a economia se beneficiam de uma educação que tenha a ciência como base.

Recentemente, a Academia Brasileira de Ciências lançou um documento sobre importância da ciência como política de Estado para o desenvolvimento do Brasil. A pandemia de Covid-19 é um choque global que está entrando em seu terceiro ano. Já as mudanças ambientais, como a emergência climática e o declínio da biodiversidade, são crises que trazem impactos que seguirão conosco por muito tempo, perpassando gerações.

Saúde, agricultura, fontes de água e energia estão associadas à saúde do meio ambiente. As respostas apropriadas dependem da melhor ciência, mas também de que sua relevância seja entendida e valorizada por lideranças responsáveis.

Globalmente, esta década será decisiva para implementar ações que definirão nosso futuro comum. No Brasil, as eleições nos oferecem uma oportunidade para avaliar as propostas para o país que serão defendidas por candidatos ao Executivo e ao Legislativo nos âmbitos federal e estadual. Quais delas valorizam a educação, a ciência, a cultura e o ambiente? Para os candidatos que buscam reeleição, quais foram suas ações nessas áreas?

Com certeza, tal avaliação facilitará as escolhas. E, sem dúvida, precisamos urgentemente de escolhas melhores.

ESPORTE AO VIVO | **7h** Torneio de Wimbledon — Tênis, SPORTV 3/ESPN 2/STAR+ | **11h** GP da Inglaterra — F1, BAND | **16h** Atlético-GO x São Paulo — Brasileiro, GLOBO/PREMIERE

Melhor fase da vida deixa Toledo mais perto do título

Paulista supera depressão e se aproxima de seu grande objetivo no surfe

Marcos Guedes

SÃO PAULO O inquestionável talento de Filipe Toledo esbarrou algumas vezes em um problema: Filipe Toledo.

A carreira do paulista de 27 anos já o credencia como um dos grandes surfistas brasileiros da história, mas foi só quando conseguiu um controle maior sobre a própria mente que ele pôde atingir todo o seu potencial. "Em paz", como define, vive hoje "o melhor momento" de sua vida e também "o auge" da carreira.

"A gente vê pelos resultados. Eu reparei que é quando estou confortável que os resultados aparecem", resumiu o líder disparado do Mundial, em entrevista à **Folha**. "É estar bem comigo mesmo, antes de mais nada. E, cara, tem trazido resultados muito bons para mim. Tenho estado tranquilo e bem confortável."

Houve períodos em que não foi assim. Aspirante ao título da temporada 2015 –chegou à etapa final com chance real–, teve de se contentar com o décimo lugar nos dois anos seguintes. Em 2017, ficou marcado por um momento de fúria contra os juízes e chegou a ser suspenso pela WSL (Liga Mundial de Surfe). Depois, veio a depressão.

"Passei por momentos realmente difíceis, 2019 foi um ano bem complicado para mim, psicologicamente, emocionalmente. E percebi que falar sobre a situação com alguém, um profissional, é fundamental. Foi o que me ajudou e hoje me ajuda a identificar quando vejo que posso estar voltando para um comportamento ruim, triste, depressivo. Hoje, sei manobrar isso e passar por cima dessa situação", afirmou.

Um dos motivos para a infelicidade no circuito era a frequente distância dos filhos, Mahina, hoje com cinco anos, e Koa, com quatro. A mulher, Ananda, atualmente com 28 anos, procurou ajudá-lo e o fez, dentro de suas possibilidades. "Se não fosse ela, não sei o que aconteceria. Mas chegou o momento em que ela já não tinha os recursos, porque não é uma profissional da área. Aí, comecei a falar com um profissional."

O semblante de Filipe já era outro na temporada passada. Acompanhado em alguns torneios da mulher, dos filhos e do pai —o ex-surfista Ricardo Toledo, 54—, passou boa parte do campeonato sorrindo. Ganhou duas etapas, avançou até a decisiva, em San Clemente, nos Estados Unidos, e foi derrotado por um inspirado Gabriel Medina.

Terminada a bateria derradeira, o tricampeão mundial colou o rosto no do vice e avisou: "Sua hora vai chegar".

De lá para cá, Toledo dominou o campeonato. Medina se ausentou da primeira metade da competição de 2022 —justamente para cuidar da saúde mental, assunto sobre o qual conversou brevemente com Filipe— e, quando voltou, não conseguiu entrar na briga pelo título. Que já teria um dono, ou quase isso, fosse a competição realizada em sistema do tipo pontos corridos.

O surfista de Ubatuba chegou à final de cinco das oito etapas realizadas até aqui. Com 50.040 pontos, tem vantagem bem confortável sobre o segundo colocado, o australiano Jack Robinson, que soma 40.225. Mas, desde 2021, a liga adotou um sistema de disputa no qual os cinco primeiros colocados batalham pelo troféu em um dia.

No último ano, isso permitiu que Filipe, terceiro do ranking, brigasse pelo Mundial com Medina, que liderou com folga até a jornada derradeira. Desta vez, será Toledo quem aguardará um desafiante —o primeiro entra na etapa já na final, que ocorrerá novamente nas ondas de Lower Trestles, em San Clemente, onde vive Filipe Toledo.

Sua frente no ranking é tão boa que a primeira colocação é quase certa ao fim das dez pernas classificatórias do circuito. Isso permitiria ao brasileiro abrir mão de entrar no torneio de Jeffreys Bay, na África do Sul, ou no do Taiti, na Polinésia Francesa. Não é esse o plano.

"Até poderia ser uma possibilidade, mas acho que agora não é hora de tirar o pé. É hora de manter o ritmo, o foco de treinamento, o trabalho duro, ir com tudo e chegar a Trestles como número um, para ter teoricamente uma vantagem. Não acho que poupar seria algo ideal. Óbvio que talvez [tenha uma preocupação] em relação a lesão e tal, mas é difícil a gente prever isso. O foco ainda é o mesmo: vencer e chegar à etapa final como número um", explicou.

Para isso, Toledo tem um trunfo: "Vivo o melhor momento da minha vida".

Filipe Toledo lidera, com vantagem bem larga, a temporada 2022 do Mundial de surfe Thiago Diz - 28.jun.22/World Surf League

CORINTHIANS É GOLEADO PELO FLUMINENSE
Desfalcada, equipe de Vítor Pereira leva 4 a 0 no Maracanã e estaciona nos 26 pontos, na 4ª colocação do Brasileiro, mas distância para o líder Palmeiras, que perdeu de 2 a 0 para o Athletico-PR em casa, se mantém em três pontos; Santos é derrotado por 2 a 1 pelo Flamengo na Vila Belmiro e está em oitavo Sergio Moraes/Reuters

Libertadores para poucos

Só três dos seis clubes brasileiros nas oitavas de final da competição parecem certos nas quartas

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Três vitórias e três empates, eis o balanço dos seis brasileiros que disputam as oitavas da Libertadores.

O Palmeiras fez 3 a 0 no Cerro Porteño, no Paraguai, e terá o jogo de volta apenas para manter a campanha 100%, porque já está classificado para seguir adiante.

O alviverde descansou no primeiro tempo, fez três gols em jogadas ensaiadas no segundo e tratou de poupar o trio Raphael Veiga, Scarpa e Dudu nos últimos 20 minutos. Planejamento nota dez.

O Flamengo ganhou de 1 a 0 do Tolima, na Colômbia, jogará por empate no Maracanã, e bastará não bobear diante da Nação para avançar, embora a vitória tenha ficado mais por conta do goleiro Santos que por méritos do resto do time.

O Athletico Paranaense foi o terceiro vencedor entre os brasileiros, mas na Arena da Baixada, só por 2 a 1 contra os paraguaios do Libertad, e terá de suar sangue para segurar a vantagem. Diga-se que fez por merecer pelo menos um gol a mais, e o fato não ter conseguido pode custar caro.

Entre os que empataram, o Atlético Mineiro é quem tem situação cômoda, porque os equatorianos do Emelec já fizeram muito no 1 a 1 de Guayaquil e ainda deram a sorte de Hulk ter desperdiçado mais um pênalti na Libertadores.

Já Corinthians e Fortaleza precisarão de atuações épicas na Argentina para sobreviver.

O alvinegro ficou no 0 a 0 com o Boca Juniors, em Itaquera, em jogo com nova grande participação de Cássio e no qual Róger Guedes perdeu pênalti como se atrasasse a bola para o goleiro xeneize.

Se 1 a 0 seria pouco para manter a vantagem na Bombonera, ainda mais com o time despedaçado pelo calendário e pelas contratações inadequadas, sair classificado de Buenos Aires dependerá de superação improvável dos corintianos.

O Fortaleza, então, precisará de um milagre para sobreviver em La Plata depois de ficar no 1 a 1 no Castelão com o Estudiantes, em jogo equilibrado, passível de ser vencido pelos dois times, embora com chances mais claras para os desgastados cearenses.

Enfim, o trio de sempre, Palmeiras, Galo e Flamengo, é quem deve avançar no torneio continental, com 100% de certeza apenas para o atual bicampeão.

A melhor notícia para as pretensões brasileiras foi a pífia apresentação do River Plate na casa do Vélez Sarsfield, onde perdeu a invencibilidade. Deve erguer as mãos aos céus por ter sido apenas 1 a 0, porque 4 a 0 espelharia com fidelidade o massacre a que foi submetido.

O Palmeiras ameaça conquistar o tricampeonato até mesmo de maneira invicta se mantiver os pés no chão, como tudo indica que manterá.

Precisamos aprender

Nelson Piquet sempre foi boquirroto, e nós, jornalistas, adorávamos dar espaço às maluquices dele, contrapostas ao bom-mocismo de Ayrton Senna.

Víamos graça no que era apenas falta de educação e cafajestagem do piloto e do sociopata, que também ganhou espaço na imprensa pelas barbaridades que dizia, como a necessidade de matar 30 mil, Fernando Henrique Cardoso incluído.

*O pior é que, se Piquet ficou quase sozinho e teve de pedir desculpas esfarrapadas, o genocida ainda tem muitos seguidores, na imprensa inclusive, entre leitores desta **Folha** também, o que causa profundo desencanto nos que ainda, teimosamente, acreditam na humanidade.*

"Canalhas! Canalhas! Canalhas!", gritaria Tancredo Neves, como fez na madrugada de 2 de abril de 1964.

Explicar e compreender

Muitas coisas que ocorrem dentro do campo de futebol não são programadas nem têm explicação

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Está preocupante viver no Brasil, com tanta radicalização, tanta tendenciosidade, tanto ódio, tanta violência física e moral, tanta miséria, tanta idiotice, tanta destruição ambiental, tantos assédios sexuais e tantos atos racistas, como tem sido frequente nos estádios.

*Há também coisas boas. Na quarta-feira, a **Folha** publicou uma ótima entrevista com o neurocientista Stuart Firestein, ex-presidente do departamento de Ciências Biológicas da Universidade de Columbia (EUA). Ele é autor do livro provocativo "Ignorância, como ela Impulsiona a Ciência", sobre as dores e as incertezas do mundo científico e a desconexão que existe entre o ensino e a percepção da ciência.*

Isso me faz lembrar dos meus tempos de aluno, médico e professor de medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Percebia que muitos pacientes, mesmo os mais instruídos, imaginavam a medicina como uma ciência exata, sem dúvidas e incertezas.

Com o progressivo desenvolvimento da ciência esportiva e dos minuciosos detalhes estratégicos, em detrimento da técnica e da inventividade dos atletas, ocorre algo parecido com os torcedores, os dirigentes e os analistas. Condutas rotineiras dos treinadores passaram a ser superelogiadas nas vitórias e bastante criticadas nas derrotas, como se o jogo fosse decidido quase somente por suas condutas. No futuro, os jogadores poderão se transformar em robôs, em avatares, dirigidos pelos donos do espetáculo.

Evidentemente, para conseguir um bom desempenho, a estratégia coletiva e o talento individual se completam. Porém a atuação nem sempre corresponde ao resultado, já que a bola entra também por acaso.

O talento individual, importantíssimo e decisivo, é a união da habilidade com a técnica, a inventividade, a lucidez para tomar as decisões corretas, as boas condições físicas e emocionais e o jogo coletivo. O craque precisa do conjunto para brilhar, mas, sem craques, não se forma um grande time.

Na inesquecível conquista da Copa de 2002, Felipão formou um bom conjunto, especialmente a partir das oitavas de final, mas o Brasil só brilhou porque tinha três grandes craques no ataque, Ronaldo, Rivaldo e Ronaldinho, além dos dois melhores laterais do mundo, Cafu e Roberto Carlos. Os outros eram também muito bons.

Os muitos gols marcados pelo Palmeiras, por bolas cruzadas na área, são resultado do bom posicionamento dos jogadores, sob a orientação do treinador, e, principalmente, da enorme qualidade individual dos cobradores e dos cabeceadores. Contra o Cerro Porteño, foram mais dois gols de bolas cruzadas. Scarpa, mais uma vez, mostrou exuberante técnica nos cruzamentos.

Segundo os neurocientistas, muitos jogadores possuem uma inteligência espacial, uma capacidade de calcular e de observar a movimentação e a velocidade dos companheiros e da bola. Para a psicanálise, seria o saber inconsciente, que antecede o pensamento, uma comunicação analógica. Pelé, antes de a bola chegar, dizia a mim, com os olhos esbugalhados e com os movimentos do corpo, tudo o que faria. Eu tentava acompanhá-lo.

Muitas coisas que ocorrem no campo não são programadas nem têm explicação. "Os que têm estudo explicam a claridade e a treva, dão aulas sobre os astros e o firmamento, mas nada compreendem do universo e da existência, pois, bem distinto do explicar é o compreender, e quase sempre os dois caminham separados." (João Ubaldo Ribeiro – "O Albatroz Azul")

NOSSO ESTRANHO AMOR

Chico Felitti
folha.com/nossoestranhoamor

Susana, Paz e amor, meio século depois

Quando eram adolescentes, em Jacareí (SP), Susana Lima e Márvio Medinas prometeram que nunca iam se separar. "Mas a palavra do jovem tem peso de pena", diz ele, quase 70 anos depois. O namorico dos dois começou na rua onde moravam e durou quase três anos, até ele decidir se mudar para São Paulo e estudar para entrar na faculdade de engenharia. "Se fosse hoje em dia, acho que eu teria ido junto, ou a gente conseguiria ter mantido o contato", diz ela. "Mas naquela época era muito diferente. Parecia que tinha um mar entre o interior e a capital."

Os dois choraram a separação até que ela virou águas passadas. Susana se formou em enfermagem na cidade, enquanto Márvio conseguiu entrar na Escola Politécnica da USP. Ele foi trabalhar com construção civil. Ela entrou na Santa Casa de Jacareí e dedicou décadas a cuidar de doentes. Os dois se casaram com um ano e meio de diferença. Cada um teve duas filhas. Para ele, as filhas deram três netas. Ela ainda não viveu a experiência de ser avó.

O tempo passou. Ela ficou viúva no começo dos anos 2000. Ele virou divorciado no meio dos anos 1990. Até que, em 2019, os dois se reencontraram no restaurante Rancho Mineiro, no coração de Jacareí, onde Márvio estava de visita à família. Mas não se reconheceram.

Foi uma das filhas de Susana que acenou para uma das filhas de Márvio. "Elas eram amiguinhas de faculdade, tinham estudado quase juntas no Mackenzie, e também não se viam havia uma paulada de tempo", diz ele. Até que ligaram os pontos. A mulher de cabelos brancos e curtos era a menina para quem ele tinha dado tchau décadas atrás. O homem gorducho e sisudo era o moleque que tinha beijado sua mão e dito que um dia voltaria. Os dois tinham tanto para falar. Mas acabaram não falando quase nada.

"Eu travei. Eu travei por medo de que ele não se lembrasse de mim, ou que tivesse sido muito mais importante para mim do que para ele", diz Susana. Dias depois do encontro no almoço, em que eles só trocaram sorrisos amarelos e frases estabanadas, o telefone dela tocou. E era ele do outro lado da linha. O homem, geralmente de poucas palavras, tinha pedido o telefone da amiga antiga para a filha, que o descolou com a ex-colega de faculdade.

"Daí ele me ligou. E a gente começou a se falar por telefone. Uma, duas, três horas por dia… Será que alguém ainda usa telefone?", se pergunta ela, enquanto ri.

Se para o resto do mundo Márvio parecia medir as palavras, para Susana ele as estendia como se fosse um tapete. Passaram um ano e pouco só na troca de vozes. Quando a pandemia ameaçava chegar ao Brasil, ele fez um convite ousado. O convite que não pôde fazer meio século atrás. Do telefone fixo pularam para um lar fixo que dividem em Alto de Pinheiros. "Quando a gente se reencontrou, os dois não tinham mais tempo a perder", diz ela. "Mas não é uma coisa desesperada, é como se a gente tivesse todo o tempo do mundo, ainda", completa ele.

Beirando os 80 anos, os dois dizem estar bem "só juntados", por mais que ela preencha que é casada quando vai fazer check-in em um hotel. "No meu coração, a gente é casado. E Deus me vê inteira, inclusive aqui dentro, então eu digo que somos casados, e não estou mentindo", ela explica.

Não há um dia em que não sejam visitados, pelas filhas dela ou pelas filhas e netas dele. "É a casa mais cheia e a mais vazia do mundo", ela ri. "Só depende do horário em que você vier. Mas eu gosto dos dois jeitos. Gosto de ter gente aqui, mas adoro ficar sozinha com Paz." Assim, Paz, com letra maiúscula. É que, nos quase cinco anos em que eles estão reunidos, ele ganhou um apelido: Paz.

"O que eu sinto é a coisa mais importante do mundo. Tem gente que chama de amor. Eu chamo é de paz. Então, ele virou Minha Paz e, depois, só Paz mesmo. Eu às vezes esqueço até que ele chama Márvio", diz Susana, em uma entrevista feita de um telefone fixo. E Paz faz um "arram" de quem concorda, sentado ao lado dela.

> […]
> Quando a pandemia ameaçava chegar ao Brasil, ele fez um convite ousado. O convite que não pôde fazer meio século atrás.

Gabriela Biló /Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Funcionárias da Caixa Econômica Federal protestaram na quarta-feira (29) contra o ex-presidente Pedro Guimarães, acusado de assédio sexual. Ele pediu demissão após as denúncias e foi substituído no mesmo dia por Daniella Marques, braço direito do ministro da Economia Paulo Guedes. Na quinta (30), foram vazados áudios em que ele assedia moralmente funcionários do banco, ameaçando demiti-los caso não sigam suas ordens.

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Desvio repentino para um lado **2.** O Asimov (1920-1992) autor de "Eu, Robô", um clássico da ficção científica / Pronome pessoal: a ele **3.** O sódio, para os químicos / Obrigar **4.** O apresentador de TV Serginho, do "Altas Horas" **5.** Jogo de azar com cartelas numeradas de 1 a 90 / (Rád.) Ondas Curtas **6.** Nome de duas cidades, uma baiana e a outra mato-grossense **7.** Cessar um processo ou atividade / De maneira imperfeita, incompleta **8.** Azul forte / A divindade que ensinou a enologia e a apicultura **9.** Astro prata / Expelir o feto fazendo-o nascer **10.** (Psic.) Uma das três divisões da personalidade humana / Estrada de ferro subterrânea **11.** Cão alto e imponente, de pelo curto **12.** Um equipamento usado por pintores e eletricistas / (Sigla) Ativo Disponível **13.** Mistura de cereais, flocos e frutas passas.

VERTICAIS

1. Meneio de corpo, trejeito / O primeiro sintoma da anemia **2.** Valer-se, servir-se de / Povoado da Bahia onde ocorreu um famoso movimento popular (séc. XIX) **3.** Instituto Agronômico / Fábrica de louças de barro, tijolos, telhas etc. / Bacilo Calmette-Guérin, a vacina contra a tuberculose **4.** Do Brasil / Dividir ao meio **5.** Aproximar / Falecimento **6.** (-agarradinho) Trepadeira ornamental, de flores melíferas / O parceiro de Robin nos seriados e HQs **7.** Planta marinha comestível / Cabo com que se prende alguma coisa **8.** O brasileiro começa com "Ouviram do Ipiranga" **9.** Atividade impossível para o analfabeto / Tempo quente / Resposta alguma.

HORIZONTAIS: 1. Guinada, **2.** Isaac, Lhe, **3.** Na, Coagir, **4.** Groisman, **5.** Loto, OC, **6.** Canarana, **7.** Parar, Mal, **8.** Anil, Baco, **9.** Lua, Parir, **10.** Id, Metrô, **11.** Dobermann, **12.** Escada, AD, **13.** Granola. **VERTICAIS: 1.** Ginga, Palidez, **2.** Usar, Canudos, **3.** IA, Olaria, BCG, **4.** Nacional, Mear, **5.** Acostar, Perda, **6.** Amor, Batman, **7.** Alga, Amarra, **8.** Hino nacional, **9.** Ler, Calor, NDA.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

2	1		7					4
		3					7	
7			1			6		
			5	1	9	4		8
				2				
4		5	8	6	3			
		8			1			9
	3					2		
9					8		4	7

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	1	6	7	3	5	8	9	4
8	4	3	6	9	2	5	7	1
7	5	9	1	8	4	6	2	3
6	2	7	5	1	9	4	3	8
3	8	1	4	2	7	9	5	6
4	9	5	8	6	3	7	1	2
5	7	8	2	4	1	3	6	9
1	3	4	9	7	6	2	8	5
9	6	2	3	5	8	1	4	7

FRASES DA SEMANA

É A ECONOMIA, ESTÚPIDO
Luiz Inácio Lula da Silva
Durante entrevista à rádio Metrópole, de Salvador (BA), na sexta-feira (1º), ex-presidente acusou banqueiros de estarem interessados apenas em acumular dinheiro

"Essas pessoas não podem ser tão ignorantes de quererem só acumular riqueza. Fulano de tal é o sujeito mais rico do mundo. Tem US$ 50 milhões, outro tem US$ 70 milhões. Para quê? Você vai gastar no quê? Para que você quer acumular tanto dinheiro, imbecil? Distribua parte disso em salário"

NA MÃO
Ana Maria Braga
Em entrevista à **Folha**, apresentadora disse que evita associar sua imagem a figuras políticas depois de declarar voto em Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1998 contra Lula

"Eu disse que votaria no FHC porque eu acreditava nele —e acredito até hoje. Mas não tiro fotos nem vou a festas com políticos. […] Os políticos prometem coisas que não tenho certeza se vão cumprir. Não coloco minha credibilidade em risco. Se eu falar, as pessoas acreditam, e nisso posso levar muita gente a quebrar a cara comigo"

PROTESTO NAS ALTURAS
Avião alugado pela FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais)
Agentes e autoridades participavam de celebração de 94 anos da PRF em Florianópolis (SC) quando uma aeronave sobrevoou o local com uma faixa com os dizeres. Ação é resposta à decisão de Bolsonaro de não aumentar salários dos servidores públicos

"Nada a comemorar. Bolsonaro mentiu pros PRFs"

CARTOLA SÓ NA CABEÇA
Ronaldo Nazário
Ex-jogador e dono do Cruzeiro diz que continua a achar problemas no time. Ele não se considera um cartola. A compra foi anunciada em dezembro de 2021 e efetivada em abril deste ano. Ronaldo ficou com 90% das ações do clube, com a promessa de investir R$ 400 milhões

"Não tem mais volta atrás, já assinamos [a compra]. Foram muitos sustos desde que chegamos. Cada gaveta aparece uma dívida, um problema. O que fizeram com o Cruzeiro foi realmente algo criminal"

MASCULINIDADE TÓXICA?
Boris Johnson
Primeiro-ministro conservador inglês afirmou que Vladimir Putin, presidente russo, não teria ordenado a invasão da Ucrânia se fosse mulher e que acredita que o mundo seria melhor com mais mulheres no poder

"Se Putin fosse uma mulher, o que obviamente não é, eu realmente não acredito que ele teria iniciado esta guerra maluca de macho, de invasão e violência da maneira que ele fez"

BINGO
Johnny de Viveiros Ortiz
Magnata dos cassinos se posiciona a favor da proposta que tramita na Câmara para legalizar os cassinos-resorts, mas nega lobby. A família liderava o setor à época da proibição, em 2004, e se mudou para a Europa

"Eu não saí [do Brasil] por causa da investigação. Eu saí porque dormi empresário e acordei bandido. Do dia para noite [o governo Lula] proibiu o jogo. Mais de 500 mil pessoas perderam os empregos na época"

INTERCÂMBIO
Adele
Cantora inglesa se juntou às celebridades que se posicionam contra o presidente brasileiro em show no Hyde Park, em Londres

"Go out, Bolsonaro!"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **3.jul.1922**

Hermes da Fonseca vai para prisão no Rio, e Clube Militar é fechado

O telegrama do presidente do Clube Militar, o marechal Hermes da Fonseca, sugerindo que o comandante do Exército em Recife deixasse de cumprir ordem supostamente não constitucional, provocou a reação do presidente da República, Epitácio Pessoa.

O chefe da nação mandou censurar o marechal e baixou um decreto para fechar por seis meses o Clube Militar.

Hermes rebateu dizendo que não aceitava a censura. Em visto da resposta, foi determinada a sua prisão por 24 horas. Ele foi detido e levado a um quartel no Rio de Janeiro, mas, antes mesmo de completarem as 24 horas, o marechal ganhou liberdade.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

"A POLITICA E O EXERCITO

Pela Sociedade

Exposição de animaes

Folha de S.Paulo
DOMINGO, 3 DE JULHO DE 2022 C1

A educação da desigualdade

Apesar de avanços, balanço da educação brasileira pós-Independência mostra que racismo e desequilíbrios econômicos são barreiras a superar C4

Ilustração *Ana Prata*

- Para filósofo australiano, há animais mais e menos conscientes C6
- Fotógrafa Anna Mariani lançou olhar iluminado sobre sertão C9
- Os riscos de rejeitar e de aderir à inteligência artificial C10

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Ronaldo
Não dá mais para ser amador no futebol

[RESUMO] Ex-jogador se firma como empresário 20 anos depois de se consagrar no penta, aposta em Neymar no Mundial deste ano, afirma que o que fizeram com o Cruzeiro foi criminal e diz não querer se manifestar publicamente sobre política para não apanhar

Por ***Paulo Passos***

O ex-atacante Ronaldo na sede da agência Ogilvy, da qual é um dos sócios, em São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Ronaldo Nazário de Lima, 45 anos, ia para seu quarto compromisso profissional do dia quando sentou para conversar com a coluna em uma agência de publicidade em São Paulo, na segunda-feira (27). "Ah, que sono me dá depois do almoço", exclamou.

A refeição no meio da tarde tinha sido um combinado de sushis que ele engoliu de pé enquanto conversava com Eduardo Baraldi e Otávio Pereira, sócios e executivos na holding Oddz Network, do ex-jogador.

Há exatos 20 anos, Ronaldo não queria dormir depois do almoço, quando faltavam poucas horas para a partida final da Copa contra a Alemanha.

"Todo mundo comeu e foi para o quarto dar um cochilo", lembra o ex-atacante. "Eu não fiz isso, porque seria repetir o mesmo ritual de 1998. Fiquei com medo de ter outra convulsão, imagina?".

O mal súbito antes da decisão do Mundial e a derrota para a França eram cicatrizes na carreira. Outras duas estão marcadas no joelho direito, as lesões que o fizeram parar por mais de um ano e ouvir de médicos que ele nunca voltaria a ser o mesmo no futebol.

Ele ignorou os prognósticos pessimistas e não cochilou antes da decisão do Mundial, naquele 30 de junho. Encontrou no amigo e goleiro Dida a companhia para passar o tempo. Horas depois, fez os dois gols da vitória que garantiu o pentacampeonato.

Vinte anos após abandonar a pecha de acabado para o esporte com a conquista, ele tem outras marcas como meta.

Dono do Cruzeiro (não se vê como cartola, apelido dado a dirigentes poderosos do futebol brasileiro), quer subir o time mineiro para a Série A e reduzir as dívidas acumuladas nos últimos anos.

A compra foi anunciada em dezembro de 2021 e efetivada neste ano, não sem percalços. Ronaldo ficou com 90% das ações do clube, com a promessa de investir R$ 400 milhões. Conselheiros criticaram os termos do acerto e tentaram levar o caso para a Justiça.

"Cada gaveta que abrimos sai uma dívida, um problema", afirma. "Mas agora não tem volta", completa.

Longe, mas nem tanto, do futebol, planeja crescer sua holding, a Oddz, criada em 2021, que concentra os negócios do ex-jogador em mídia e entretenimento. Os clubes Cruzeiro e Valladolid não fazem parte do grupo.

Em 2022, ele prepara uma captação de investimentos no mercado para atrair sócios, que poderão adquirir 15% do negócio. A rodada de conversas com investidores está em andamento e o plano é receber aportes somados de até R$ 30 milhões, o que faria da empresa um grupo avaliado em mais de R$ 200 milhões.

O ex-jogador tem também os clubes, uma gestora de patrimônio para atletas e seus contratos de patrocínio — com Nike e a casa de apostas online Betfair, com quem acertou recentemente.

O modelo que ele e seus executivos criaram replica a experiência de atletas dos EUA, como o jogador de basquete LeBron James. O astro não é apenas garoto propaganda de marcas, mas participa e lucra, claro, com a produção do conteúdo e sua distribuição.

Ronaldo, por exemplo, é sócio de uma produtora que lançará três documentários: um sobre a carreira dele, outro contando os bastidores da temporada do Cruzeiro e um terceiro sobre as mudanças na estrutura do futebol brasileiro.

À coluna, o ex-jogador relata sua rotina como empresário e dono de clube. Ele diz acreditar na seleção de Neymar na Copa e relembra a conquista do último Mundial vencido pelo Brasil.

*

PENTA, 20 ANOS DEPOIS

Eu cheguei com dúvidas na Copa de 2002. Não sabia se podia confiar no meu joelho, na minha força. Tinha muito receio, vinha de uma lesão parcial, depois a rotura completa. O primeiro jogo foi fundamental. Caí, me joguei, fiz gol, tive mais confiança.

O momento mais marcante foi a final. Quando o Felipão me substituiu, quando estava 2 a 0, era praticamente impossível perder. Ali passava um filme de dois anos na minha cabeça. Até mais, né? Desde 1998, com o trauma da convulsão. Depois, toda a recuperação da lesão, a desconfiança no início e, por fim, uma redenção. Eu chorei porque juntou toda a emoção.

Antes do jogo, tinha um tempo para descansar. Cada um foi para o seu quarto e eu fiquei procurando alguém para uma resenha, para não dormir. Aí vi a porta do quarto do Dida aberta. Entrei e expliquei a situação e ele ficou comigo acordado até a hora de partir para o estádio. Foi bacana o companheirismo dele, de estar junto comigo ali, entender a situação. Eu realmente queria evitar esse trauma.

> Muitos médicos me condenaram a parar de jogar e eu não queria abrir mão daquilo. Eu faria de tudo para mudar o final da minha história. Me entreguei

*

EX-JOGADOR

Eu tento ser acessível a esses caras novos como o Pelé foi comigo. Tem um episódio até engraçado. Em 2009, antes de um jogo Corinthians e Santos, o Elias [ex-volante] começou a falar que em 1970 era mais fácil, que o futebol era mais lento, que o Pelé não jogaria hoje. Aí, eu liguei para o Pelé e passei, sem avisar quem era, o telefone. "Fala com um amigo meu aqui, fala para ele agora aí". O Elias ficou sem graça para caramba [risos].

Ser treinador nunca foi uma opção. Não passou na minha cabeça. Queria seguir no futebol, mas não ter a mesma rotina de jogador. A de treinador é igual e até um pouco pior. Eu excluí por isso.

*

DONO DE CLUBE

Não sou um cartola, que é um termo adjetivado. Sou um gestor. Eu trabalho para mim, não tenho chefe, não tenho sócio e procuro fazer o que é melhor para os meus clubes.

No meu negócio, o foco são os jogadores. Entrego as melhores condições para eles poderem desenvolver o trabalho. Quando comprei Valladolid, na Espanha, o clube tinha uma infraestrutura precária. A primeira coisa que fiz foi reformar as instalações dos atletas. É o que vai dar resultado no final.

*

EMPRESÁRIO

Tenho empresas de ramos variados que se conectam. Os meus negócios todos têm sinergia entre si e ligação com a minha história. Tem um trabalho incrível na área de mídia. A empresa está crescendo muito, tem tido uma relevância no mercado espetacular.

Não sei se ganhei mais dinheiro como atleta ou como empresário. Logicamente, eu trabalho para ganhar dinheiro, mas o dinheiro não é o que me move, não é o que me motiva a levantar da cama e fazer as coisas acontecerem. Com certeza, a parte mais importante foi como jogador.

Esse dinheiro [que ganhou como atleta] me possibilitou fazer outros investimentos. Eu não olho para o dinheiro como uma conquista. Eu uso para investir, para criar mais legados. Acho que essa é a minha grande motivação.

*

CRUZEIRO

Espero nos próximos dois meses chegar a um acordo de recuperação judicial e aí sim ter tranquilidade para trabalhar e cumprir os prazos.

A gente vai dar um jeito, a gente vai recuperar. A situação financeira continua muito crítica. Eu fiz aportes importantes para pagar as dívidas imediatas que são muitas.

É muito bom saber que na área esportiva a gente está indo muito bem. A gente tem que garantir o acesso à primeira divisão e a partir daí começar a diminuir a dívida.

Acredito que clube que não virar empresa vai ficar para trás. Eles vão ter que ter uma gestão profissional. Tem que dar lucro, tem que cortar gastos, tem que ter um controle muito maior tem que ter muitos processos. Esse é o futuro.

Não dá mais para ser amador no futebol. Talvez Flamengo e Corinthians não façam o modelo do Cruzeiro, de SAF [Sociedade Anônima do Futebol], de ter um dono, mas vão ter que mudar. Foi assim com o Barcelona e o Real Madrid. Tem que profissionalizar, melhorar os seus processos internos, diminuir custos. É um caminho sem volta.

*

COPA DE 2022

Brasil vai ser sempre favorito. É muito difícil jogar contra a seleção brasileira. Aquela camisa amarela assusta.

Acredito que o Neymar vai ser o nosso grande carregador de piano. Se ele tiver voando, bem fisicamente, acho que nós temos uma grande chance de ganhar a Copa. Nós temos uma mistura boa de jovens e experientes. O Neymar tem que ser o carro-chefe, o que carrega o piano.

*

ELEIÇÃO

Complicado, a política tem sido um desafio também para o brasileiro. O país está completamente polarizado, mas não é exclusividade daqui. Eu morei os últimos quatro anos na Espanha e lá também tem divisão. É o mesmo nos EUA.

O Brasil é especial demais. A gente está sempre nessa esperança de que vai melhorar, vai melhorar, vai melhorar, mas infelizmente a gente não consegue dar um salto de qualidade na sociedade.

Eu acho que tem muita culpa da sociedade em si, cultural. Falta investimento em educação. Acho que deveria ser feito muito mais. Um país que procura uma mudança tem que partir através da educação, não vejo uma outra saída.

Eu faço a minha parte pagando os meus impostos, fazendo o meu trabalho, criando os meus negócios e esperando que outros façam a sua parte também. Tenho esperança de que o Brasil realmente possa evoluir, sair desse lugar arriscado que a gente se encontra.

Em 2014 [quando apoiou o candidato Aécio Neves na eleição presidencial], apanhei demais, como se eu fosse o culpado de tudo. Vou votar, mas não vou me posicionar publicamente sobre o meu voto.

Pedagogia da exclusão

[RESUMO] A educação pública nos 200 anos do Brasil independente teve como barreiras o racismo, a desigualdade e o subfinanciamento, fatores ainda não superados. Após avanços, ensino segue sem rumo no governo Bolsonaro, cujo Ministério da Educação virou até caso de polícia

Por **Paulo Saldaña**
Repórter de educação da Folha em Brasília, é fundador e diretor da Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação)

Ilustração **Ana Prata**
Artista visual e pintora, expõe trabalhos no Sesc Pompeia, na mostra 'A Vida das Coisas', até 31 de julho

Olhar para o filme da educação pública ao longo desses 200 anos pós-Independência é entender, por um lado, a arquitetura do nosso atraso em relação a outros países e, sobretudo, entre nossa população. Por outro, vê-se uma tardia, mas bem-vinda, reação em busca de uma democratização da escola.

O Brasil ter vivenciado uma independência com a manutenção da escravidão é, na opinião de estudiosos, ponto de partida obrigatório para uma reflexão que reconheça o papel essencial da educação na socialização dos indivíduos, no preparo para a cidadania, na formação de capital humano e na garantia de igualdade de oportunidades.

A persistência de estruturas racistas e excludentes faz com que a discussão sobre independência e autonomia esteja permeada por um questionamento: como o país aceitou que, ano após ano, parcelas significativas da população, especialmente negra e pobre, fossem alijadas do acesso a algo tão fundamental para uma vida digna, como é a educação?

"Não se passa impunemente pelo fato de o Brasil ter sido o último a abolir a escravidão, depois de receber quase metade dos negros escravizados e ter vivenciado a escravidão em todo o território", diz a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz. O Brasil foi a última nação da América Latina a acaba com a escravidão, fato considerado derradeiro no mundo ocidental.

"A escravidão criou uma linguagem da desigualdade no país que se inscreveu na educação." Estima-se que o Brasil recebeu 4,8 milhões de negros escravizados, segundo o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos. Isso representaria 46% dos escravizados embarcados, segundo análise de pesquisadores.

Todos os indicadores educacionais atuais mostram a população negra mais prejudicada, assim como os pobres em geral, indígenas e crianças e jovens com deficiência — seja no acesso, na permanência ou no aprendizado.

Quase 4 em cada 10 jovens negros de 19 anos não conseguiram terminar o ensino médio, segundo dados de 2020, os mais atualizados com esse recorte. A proporção é semelhante quando se olha para dados segregados dos 25% mais pobres.

Entre os jovens brancos, os indicadores inspiram preocupação, mas a relação cai para 2 de cada 10. Já o quartil da população de maior renda está perto da universalização, com 93% de conclusão da educação básica, que vai da creche ao ensino médio.

A escolaridade avançou com alguma rapidez no país só mais recentemente. Há dez anos, em 2012, quase metade de todos os jovens de 19 anos ainda não havia concluído o ensino médio. Hoje, o montante de jovens dessa faixa etária sem ensino médio concluído é, na média, de 30,6% (dados de 2020).

O acesso à educação tem impactos que superam a esfera acadêmica. A remuneração ao longo da vida de uma pessoa com ensino médio pode ser, por exemplo, entre 17% e 48% maior que a daquela com o mesmo perfil, mas escolarizada até o ensino fundamental. Outros índices de qualidade de vida, como saúde e planejamento familiar, também são desfavoráveis, segundo estudo recente do professor Ricardo Paes de Barros, do Inper.

Para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios, indica pesquisa de 2016 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A ideia de uma oferta escolar no Brasil tem um pontapé inicial após 1822, de maneira mais simbólica que prática. Encontram-se a partir dali, no entanto, raízes de alguns dos grandes desafios da evolução educacional brasileira, como racismo, exclusão, desigualdade, subfinanciamento e o empura-empurra de atribuições.

Se o Brasil começou a vivenciar certas institucionalidades a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa, foi somente na Constituição de 1824 que surgiria a menção à gratuidade da "instrução primária". Isso, porém, valeria apenas para uma elite bastante restrita —ficou de fora a imensa maioria da população, como os escravizados e praticamente todos os não proprietários de terras.

Como comparação, a oferta de escola como obrigação aparece pela primeira vez no mundo em 1612, na Prússia (que se tornaria parte da Alemanha). Vários países passam a incluir a educação dentro de políticas incentivadas a partir do século 19, como ocorreu nos Estados Unidos, país que conseguiu ainda nessa época grande expansão na escolaridade, embora com marcas persistentes de segregação racial.

Ainda no Brasil imperial, a Lei de Instrução Pública de 1827 fez um movimento em direção a alguma organização nesse sentido. Transferiu para as províncias (denominados de estados após a República) o encargo da oferta da educação primária, ficando a superior a cargo do poder central.

Esse desenho institucional, em que sobram responsabilidades para governos locais e falta dinheiro de impostos, explica, segundo vasta bibliografia, um dos grandes obstáculos para uma expansão. Mesmo hoje, tal organização guarda desequilíbrios.

Fato é que o crescimento da escolarização foi inexpressivo no império. Após a Proclamação da República, alguns estados registraram iniciativas de criação de escolas, inclusive as chamadas escolas normais, para formação docente.

Essa ação descoordenada desencadearia parte das profundas desigualdades regionais que vemos hoje, com desvantagens substanciais para o Norte e o Nordeste.

Na transição do Império para a República, foram se consolidando certas estruturas significativas da nossa história, como a zona cinzenta entre público e privado do patrimonialismo brasileiro e as marcas de um mandonismo local.

"O grande senhor acabou por ser o senhor da educação", diz Schwarcz, que é professora da USP. "Quanto mais mandonismo associado a um grande patrimonialismo, mais há contaminação dessas esferas e o favorecimento de certas elites que tendem a se perpetuar no poder."

Também esteve ausente qualquer movimento de reparação aos anos de escravidão, embora seja consenso entre historiadores e estudiosos a existência de movimentos reivindicatórios pelo acesso à educação.

"O Brasil foi forjado na compreensão de uma nação com direitos para poucos", diz Suelaine Carneiro, coordenadora de Educação e Pesquisa do Geledés Instituto da Mulher Negra. "A educação nasce desse jeito, as universidades, sempre para aqueles que eram considerados merecedores."

Em 1830, a pioneira Prússia já tinha 70% das crianças de 5 a 14 anos na escola. Já o Brasil chega a 1900, por exemplo, com apenas 10% da população entre 5 a 14 anos nos bancos escolares, segundo estimativas elaboradas por Peter Lindert, no livro "Growing Public".

O percentual nos Estados Unidos nessa época era de 94%. Em Cuba, 37%; na Argentina, 32%; e a Bolívia chegava a 14%. Alguns países europeus, como Inglaterra, Holanda e França, conseguiram diminuir significativamente ou zerar o analfabetismo por volta de 1900.

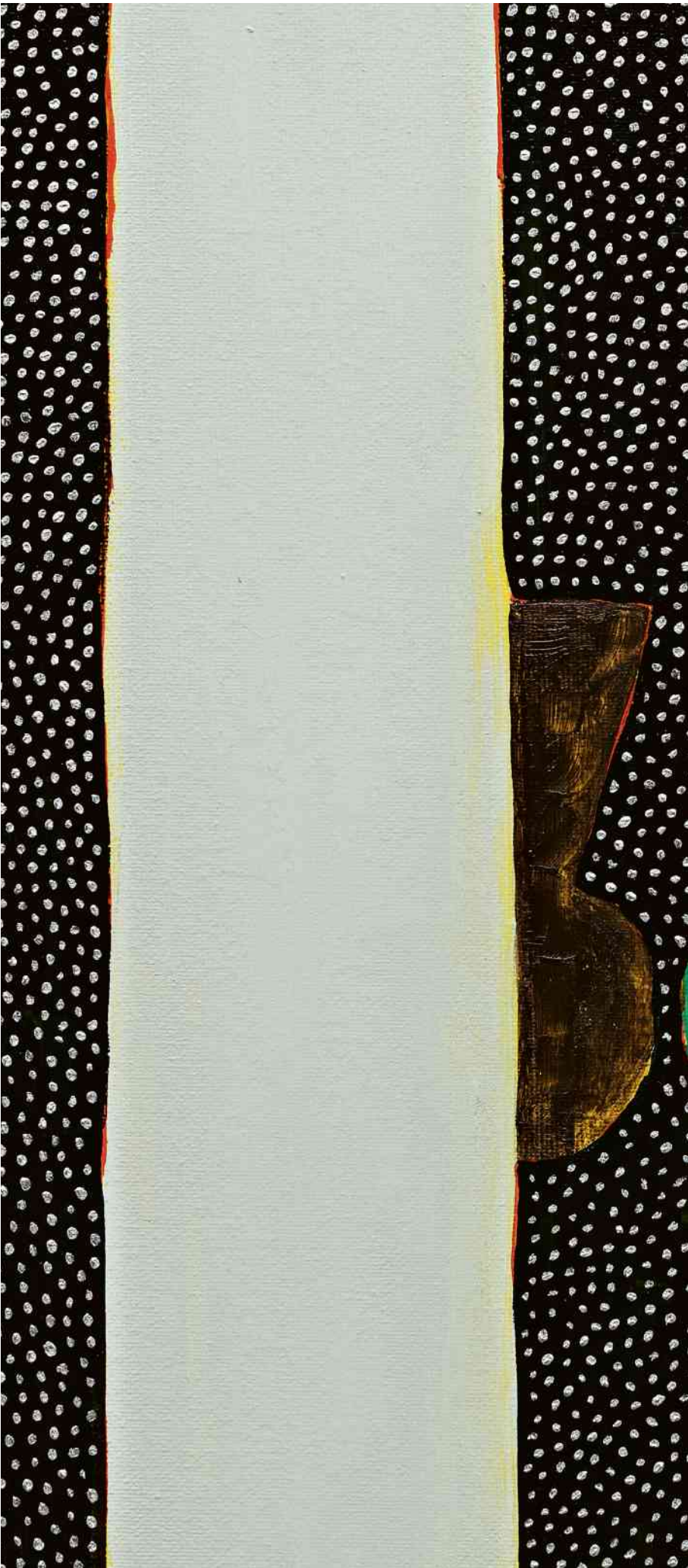
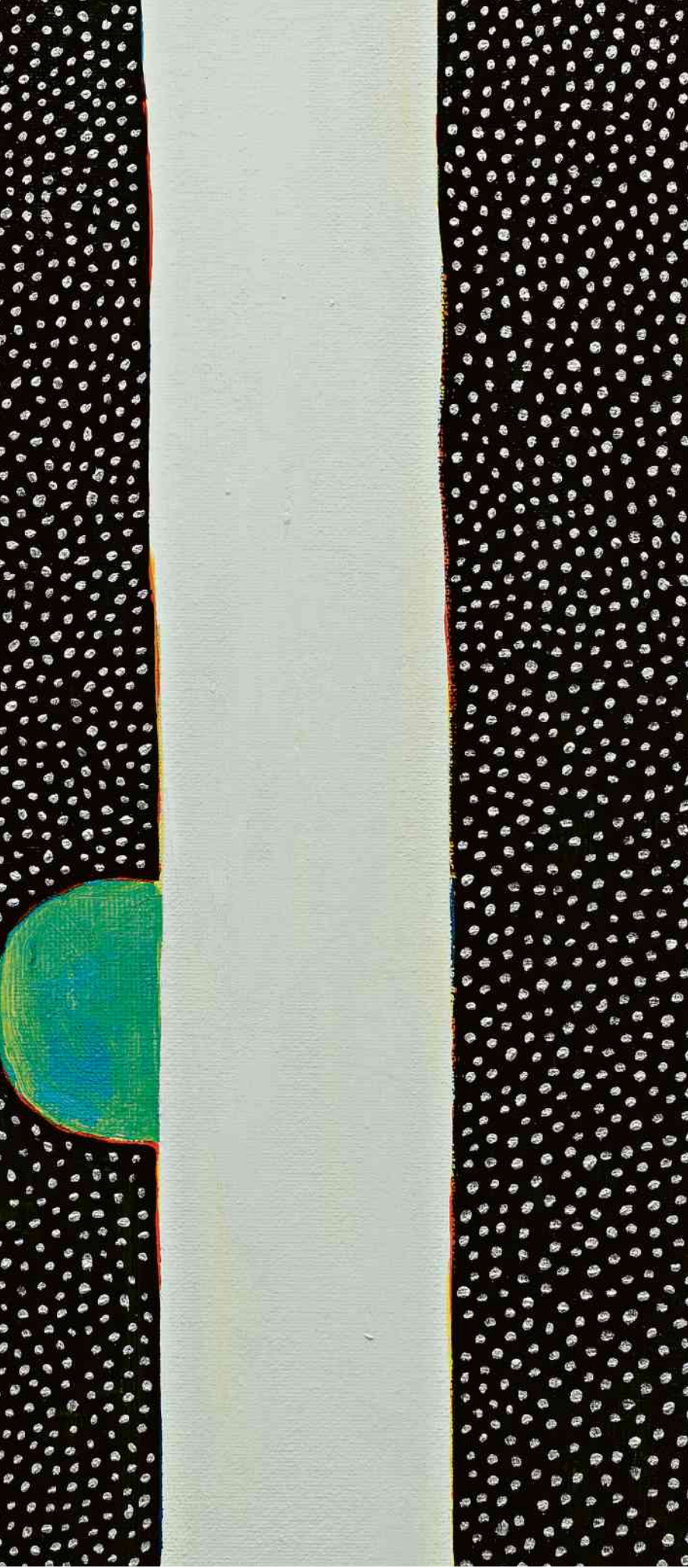
Por aqui, altas taxas de analfabetismo perduraram até o fim do século 20. Quase 30% da população era analfabeta em 1970 —até 1985, o analfabeto não tinha direito a voto no Brasil. A partir da democratização, esses índices começam a melhorar. Estima-se, entretanto, que hoje 11 milhões de brasileiros não saibam ler e escrever (6,6% da população com mais de 15 anos).

A situação educacional no Brasil estava longe de uma organização mesmo após o primeiro centenário da Independência. Foi somente a partir da década de 1930 que um sistema educacional começou a ganhar corpo, sobretudo na ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Data dessa época o empenho de intelectuais em torno do tema. Iniciativa emblemática é o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,

Continua na pág. C5

Foi somente na Constituição de 1824 que surgiria a menção à gratuidade da 'instrução primária'. Isso, porém, valeria apenas para uma elite bastante restrita

Com Bolsonaro, o orçamento de educação cai a cada ano, e o MEC não tem políticas públicas estruturadas. Como se não bastasse, o terceiro ministro da Educação foi preso pela PF

Continuação da pág. C4

de 1932, que uniu nomes como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, e versava sobre a universalização da escola pública, laica e gratuita e a necessidade de tornar a educação uma prioridade nacional.

Até quando houve esse certo otimismo com a educação, o sistema foi sendo estruturado distante de uma visão democrática.

Na educação básica, a reforma promovida por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas, institucionalizou uma lógica excludente e dualista: a instrução primária seria para todos e, "às classes menos favorecidas", como ressalta a Constituição de 1937, deveria haver o pré-vocacional (profissionalizante).

Já a educação secundária teria a finalidade de "formar as individualidades condutoras", como é descrito em decreto de 1942. Assim, essa etapa, que hoje compreenderia do 6º ano do fundamental ao ensino médio, estaria destinada à elite, preparada para chegar à universidade —o que, de fato, pouco ocorria.

Essa dualidade ainda tem ecos em discursos recentes. O pastor Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro (PL), causou polêmica no ano passado ao dizer que universidade deveria ser para poucos, e a massa que ficasse com o ensino técnico —cuja oferta é muito baixa.

Na reforma de Capanema, consolida-se um caráter seletivo do sistema, com exames de admissão, aliado a altos índices de reprovação. Em 1960, a cada mil estudantes que começavam a educação básica, nem 60 chegavam ao ensino superior.

O professor emérito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Carlos Roberto Jamil Cury explica que há um marco em 1934: surge pela primeira vez a vinculação específica de impostos para a educação.

Um instrumento que persevera no país, apesar de interrupções. "Cada vez que tivemos regimes ditatoriais, como em 1937 e 1964, houve a desvinculação", diz Cury. O governo Bolsonaro aventou mais de uma vez eliminar essa vinculação, que hoje preconiza a aplicação mínima na educação de 18% das receitas para a União e a 25% para municípios e estados.

Na ditadura militar, mais uma vez um contrassenso. A desvinculação de recursos surgiu na Constituição de 1967, concomitantemente à ampliação da obrigatoriedade de matrícula para 8 anos. Assim, impunha-se um passivo enorme para construção de escolas, garantia da permanência, formação e contratação de professores, em um país continental e desescolarizado, sem que houvesse fontes consistentes de recursos.

Segundo Cury, intensificou-se ali o processo de uma expansão sucateada, acompanhada de desvalorização docente. Uma desvalorização profissional que recai sobre a mulher, predominante na carreira até hoje.

Em 1985, na redemocratização, o investimento em educação no país não chegava a 3% do PIB (Produto Interno Bruto). A escolaridade média do brasileiro não passava de quatro anos nessa época; na Argentina e no Chile, estava em torno de sete.

Os dados mais recentes mostram que a escolaridade média do brasileiro com mais de 25 anos é de 9,4 anos, segundo o IBGE. Quando considerada a população entre 18 e 29 anos, são 11,8 anos de estudo, o que cai para 10,8 entre os 25% mais pobres.

"A partir dos anos 1980, a escola começa se tornar mais pública, mas a classe média começa a sair, com o processo de privatização e o estabelecimento da educação como um negócio", diz a historiadora e educadora Pilar Lacerda, ex-secretária de Educação Básica do MEC (Ministério da Educação).

"A escola pública acabou relegada para os pobres. Nunca se construiu no país uma escola pública no sentido literal, aquela que, nas palavras de Anísio Teixeira, seria a verdadeira fábrica da democracia."

O ensino superior, com mais verbas da União, viu avanços durante a ditadura militar. Houve a criação de universidades e de instituições de fomento à pesquisa e pós-graduação, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Hoje, as universidades públicas brasileiras concentram a maior parte da pesquisa científica e da inovação, um papel que a indústria não conseguiu desempenhar a contento.

É com a Constituição de 1988 que a educação se cristaliza como um direito de todos. Ainda diante de um cenário em que a União concentra a arrecadação e sobram para estados e municípios os maiores gastos, a criação do Fundef, em 1998, dá um importante impulso para um avanço substancial das matrículas.

O Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) é uma subvinculação de recursos destinados à educação com lastro no número de matrículas por redes de ensino. Como o nome deixa claro, a base do cálculo levava em conta só o ciclo fundamental.

Em 2007, esse fundo foi substituído pelo Fundeb, que passou a contemplar a creche, a pré-escola e o ensino médio. Surge assim, pela primeira vez, um mecanismo que olha para o tipo de aluno. Matrículas indígenas, quilombolas e de educação especial, por exemplo, têm ponderação diferenciada na hora da divisão do bolo.

Somente em 2008, duas décadas após a Constituição Cidadã, o país alcançou uma taxa líquida de matrículas no ensino fundamental de 95%. O índice era de 84% em 1991. "Temos, sim, o que celebrar por ser um país que passou de uma minoria branca, masculina e proprietária nas escolas para um cenário de universalização do ensino fundamental", diz Pilar Lacerda.

Também apenas em 2008 o Brasil supera a marca de ter metade dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio. Essa taxa ficava em 18% em 1991, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Na Coreia do Sul, país com população de 52 milhões e cujo sucesso educacional é muitas vezes citado como exemplo, o ensino primário (equivalente aos primeiros anos do fundamental) foi universalizado no final dos anos 1960, com avanços nas décadas seguintes da escolarização nas outras etapas.

O Brasil concentra atualmente 36 milhões de matrículas na educação básica pública. Um contingente que representa quase duas vezes a população do Chile.

Em 2020, o Fundeb foi renovado, incluído na Constituição, com a previsão de maior complementação da União no financiamento. Houve uma inovação com recursos direcionados à educação infantil, cuja importância para o desenvolvimento tem sido reforçada por estudos científicos.

Ao passo que os mais pobres passaram a ser incluídos, entrou pela porta da escola a realidade socioeconômica do grosso da sociedade. Evidências mostram como o perfil dos alunos, como a escolaridade da mãe, é fator de grande relevância para o alcance do sucesso educacional —o que configura um desafio extra na busca de melhoria educacional.

Até antes da pandemia, os dados de aprendizagem mostram uma curva de melhoria nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano). A tendência enfraquece nos anos finais (do 6º ao 9º), e o cenário é mais preocupante no ensino médio.

Dados da avaliação federal de 2019 indicam que somente 10% dos concluintes do ensino médio aprenderam o considerado adequado em matemática, segundo tabulação do Todos Pela Educação. Essa marca fica abaixo de 5% entre pretos e mais pobres, e é somente 3% na zona rural.

A melhoria de aprendizado provoca reflexos sociais amplos. Uma pesquisa de março de 2022 mostrou que avanços na qualidade do ensino podem estar associados à diminuição de 25% nos homicídios e no aumento de 200% na geração de empregos entre jovens de 22 e 23 anos.

Já no ensino superior, políticas recentes como bolsas em faculdades privadas, com o ProUni, o Fies (Financiamento Estudantil), a expansão para o interior das universidades federais e a Lei de Cotas contribuíram para diversificar o retrato que por décadas foi dominado pelas classes abastadas.

Estudo do pesquisador do Inep Adriano Senkevics apontou que apenas 16% dos jovens de 18 a 24 anos que acessam o ensino superior estão entre os 40% mais pobres da população. Em 1995, esse percentual era de 3%.

O Brasil tem uma das piores taxas de pessoas com ensino superior completo entre os países e territórios avaliados em 2019 pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm diploma universitário, índice inferior ao de países como México (23%), Costa Rica (28%) e Colômbia (29%). A média da OCDE é de 44%.

Ao comentar o cenário educacional nesses 200 anos da Independência, o professor emérito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Carlos Roberto Jamil Cury pondera que sua análise vai até 2018, no fim do governo Michel Temer (MDB).

Para ele, as iniciativas do governo Jair Bolsonaro (PL) não dialogam com as prioridades da área. "As prioridades foram exatamente desqualificadoras da escola pública, como a expansão de unidades cívico-militares e o ensino domiciliar", diz Cury.

Até 2018, avalia, os esforços nos sucessivos governos democráticos se debruçaram, mesmo que com falhas e questionamentos, às questões de avanço da matrícula, monitoramento do aprendizado, ampliação de creche, definições curriculares, com a Base Nacional Comum Curricular, e reforma do ensino médio.

"Agora, o que vemos é discussão de ideologia de gênero [termo nunca usado por educadores], marxismo cultural e todo um discurso de desqualificação do professor e da própria escola, como se fossem antros de esquerdismo."

Sob o governo Bolsonaro, o orçamento de educação cai a cada ano, e o MEC viveu entre trocas de equipe, disputas ideológicas e uma ausência de políticas públicas estruturadas, inclusive na pandemia.

Como se não bastasse o cenário, o terceiro ministro da Educação de Bolsonaro, o pastor Milton Ribeiro, foi preso em 22 de junho em operação da Polícia Federal que investiga um balcão de negócios operado com pastores aliados do presidente.

Milton Ribeiro havia deixado o cargo em março, uma semana depois de a **Folha** revelar áudio em que ele dizia privilegiar solicitações de pastores para liberação de recursos da pasta. Essa priorização seria um pedido de Bolsonaro, diz Ribeiro na gravação.

Para Suelaine Carneiro, do Geledes, a busca por direitos é um processo permanente. "O nível de otimismo tem que estar alto sempre", diz. "A gente sabe que a luta é digna e que contempla toda população." ←

Este texto é a terceira publicação da série Frente e Verso, que pretende discutir erros e acertos na trajetória do país ao longo de seus 200 anos de independência, assim como indicar as perspectivas de futuro. O primeiro texto, em abril, tinha como tema a economia do país. O segundo, publicado em maio, versava sobre o meio ambiente

A subjetividade dos animais

[RESUMO] Em entrevista, filósofo discute os mecanismos de formação da mente ao longo da evolução dos animais e advoga uma abordagem gradualista da consciência, que considera que há diferentes níveis de experiência subjetiva entre as espécies

Por ***Eduardo Sombini***
Geógrafo e mestre pela Unicamp, é repórter da Ilustríssima

ENTREVISTA
PETER GODFREY-SMITH

O filósofo australiano Peter Godfrey-Smith não minimiza as barreiras que cercam a reflexão sobre o desenvolvimento da consciência, tema do seu novo livro, "Metazoa" (Todavia): estamos embrenhados em um matagal, tentando abrir caminhos com ferramentas provavelmente inadequadas.

Com um pouco de abstração, é possível imaginar que polvos, camarões, abelhas e os mamíferos interagem com o mundo exterior como sujeitos, isto é, com um ponto de vista próprio. Muito mais difícil é conceber por quais meios, ao longo da história evolutiva, ingredientes e processos biológicos puderam levar ao surgimento da mente.

Godfrey-Smith, professor de filosofia da ciência na Universidade de Sydney, vem enfrentando essa questão. Em "Outras Mentes", de 2018, os protagonistas são os polvos com quem conviveu por um longo tempo em seus mergulhos.

O autor seguiu uma trilha biológica, que combina a análise da evolução desses cefalópodes e das características do seu complexo e descentralizado sistema nervoso. "Metazoa" dá continuidade a esse projeto, com a ambição de abarcar todo o reino animal.

O cerne do argumento da obra está na ideia de que, apesar de a percepção sensorial e a capacidade de ação serem generalizados entre os seres vivos, esses mecanismos adquirem feições específicas nos animais, inaugurando um novo modo de ser no mundo.

A sofisticação dos sentidos e a possibilidade de agir com mais desenvoltura permitiu que os peixes, por exemplo, se tornassem capazes de perceber o ambiente distinguindo os resultados das suas ações das ações de outros. Essa é a raiz de um senso de si, propõe Godfrey-Smith, condição fundamental para experiências subjetivas mais profundas.

O livro enfrenta outro debate espinhoso: quando a consciência surgiu ou, entre os seres vivos que conhecemos, quais são e quais não são conscientes? Procurar o momento em que as luzes da mente teriam se acendido ajuda pouco, ele diz, já que a consciência deve ser gradual entre os animais, à semelhança de outros atributos evolutivos. Devemos, portanto, nos concentrar mais nas zonas cinzentas que nos pontos brancos ou pretos.

"Se olharmos para animais como minhocas e anêmonas e nos perguntarmos se eles têm experiência subjetiva, a resposta será: eles têm algo parecido com isso. Seu gato é um animal consciente. Uma minhoca pode ser um caso intermediário e, provavelmente, há muitos animais desse tipo", afirma em entrevista à **Folha** por videochamada de Paris, onde estava ministrando uma série de conferências.

*

O sr. afirma que a sua perspectiva de análise das relações entre corpo e mente é biológica e se encaixa em um ponto de vista materialista. Pode explicar essa abordagem? Considero que um retrato do mundo físico e um retrato dos sistemas biológicos se encaixam em um quadro científico bastante convencional. O problema é compreender o papel da mente no interior do que parece não ser um cenário amigável para esse projeto —encontrar o lugar da experiência subjetiva. Esse aspecto é bem familiar da filosofia naturalista.

O que eu faço de diferente, em comparação com outros filósofos, é passar muito tempo com determinados animais, particularmente animais marinhos e invertebrados muito distantes de nós na árvore da vida —cefalópodes, como o polvo, mas também artrópodes, como o camarão— e tentar entrar na visão de mundo deles.

O que significa compreender a mente como um produto da evolução e de que formas isso difere de outras hipóteses sobre o tema? Há uma longa história de diferentes visões. Duas das principais alternativas são visões dualistas que sustentam que a mente e a matéria são partes básicas distintas da estrutura do mundo e nenhuma delas se explica em termos da outra, ambos têm sua própria realidade fundamental.

Eu levo a sério as visões dualistas, que se coadunam muito bem com tradições religiosas e aparecem em muitas discussões filosóficas. Elas são plausíveis, mas têm muita dificuldade em se encaixar em um mundo em que os humanos são ligados por parentesco a outros animais, em que as habilidades humanas têm algum grau de continuidade com as habilidades de outros animais e em que outros animais provavelmente têm experiências como nós temos. Por isso, o dualismo é estranho nesse contexto.

Mais recentemente, um número considerável de filósofos tem olhado com atenção o pampsiquismo, a ideia de que tudo na natureza, toda realidade física, tem uma espécie de centelha de mentalidade. Isso é diferente do dualismo clássico. Não é a ideia de que existem alguns sistemas nos seres vivos em que o físico e o mental estão unidos. É uma visão na qual toda a natureza tem, simultaneamente, um aspecto físico e um aspecto mental. Uma visão extrema em alguns sentidos, mas novamente popular nos últimos anos.

Esses são os pontos de vista que eu quero evitar.

Sua interpretação da mente se pauta no gradualismo. Como ele se aplica ao problema da consciência e da experiência subjetiva de animais? A razão pela qual eu adoto uma visão gradualista vem da biologia, do pensamento evolucionário mainstream. Qualquer coisa complicada que surja pela primeira vez em um sistema vivo precisa surgir por etapas graduais, não de uma vez. Essa não é a ideia de que a evolução vai sempre na mesma velocidade ou algo parecido, é só uma oposição à ideia de que algo realmente importante pode surgir em uma mutação repentina. Isso é muito improvável.

Quando você aplica isso à mente, você se depara com um problema. Há alguns aspectos da mente que se ajustam a essa ideia. O comportamento pode se tornar gradualmente mais complicado, assim como a percepção. Toda vida celular conhecida tem alguma capacidade de percepção e reação ao que está acontecendo, até mesmo as bactérias.

No entanto, quando você tenta explicar a experiência subjetiva ou a consciência dessa maneira, muitas pessoas veem um problema, porque elas acreditam em um surgimento de uma vez da consciência. Não seria possível que algo estivesse no meio do caminho entre ser e não ser um animal consciente. Um animal tem ou não consciência. As pessoas pensam isso como uma questão de sim ou de não.

Precisamos nos acostumar à ideia de que a história evolutiva provavelmente tem casos de zonas cinzentas, em que um aspecto não está nem presente nem ausente com certeza. Essa ideia é controversa e muitos filósofos a negam, mas, uma vez que seja acomodada como um traço do registro histórico, poderemos propor, com cautela, novas interpretações sobre o que está ao nosso redor.

Se olharmos para animais como minhocas, anêmonas, talvez mosquitos e outros, e nos perguntarmos se eles têm experiência subjetiva, a resposta será: eles têm algo parecido com isso. Seu gato é um animal consciente nesse sentido amplo. Uma minhoca pode ser um caso intermediário e, provavelmente, há muitos animais desse tipo. É bastante provável que essas zonas genuinamente cinzentas ao nosso redor sejam um traço muito comum.

No livro, o sr. apresenta o debate sobre cognição mínima e senciência mínima, que questiona se seres como bactérias e plantas podem desenvolver algum tipo de subjetividade. Como essa discussão se articula ao seu entendimento da consciência? A cognição mínima é a uma espécie de habilidade básica para perceber o que está acontecendo e reagir. Além disso, é muito comum que os seres vivos tenham um pouco de memória e percebam o que está acontecendo agora para fazer uso disso no futuro. Mesmo as bactérias têm, em muitos casos, um elemento disso.

Isso significa que, se você olhar para uma descrição de todos os diferentes tipos de percepção e ação que o mundo contém, há uma variedade enorme, com versões deles presentes mesmo em organismos unicelulares.

Isso significa que os organismos unicelulares têm uma centelha de senciência também? Eles sentem o que eles percebem ou eles sentem um fluxo de experiência enquanto eles agem? Existe uma relação estreita entre a cognição mínima e a senciência mínima?

No livro, eu me inclino a dizer que a relação não é tão estreita e que a experiência subjetiva entra em cena um pouco mais tarde, em casos mais complicados que organismos unicelulares. É um erro pensar que esses organismos têm um mínimo de senciência ou que essa gradação de senciência têm alguma importância nesse caso.

Acho que deveria existir muito menos experimentação em animais, principalmente quando não se trate de um projeto médico imediato e o animal leve uma vida de baixa qualidade

Não quero ser um organismo-modelo para a neurociência e não gostaria que isso acontecesse com os polvos

O sr. defende que o desenvolvimento de novas formas de percepção sensorial ao longo da história evolutiva deu origem ao modo de ser animal. Como a complexificação dos sentidos permitiu o surgimento de seres vivos conscientes? Existe uma característica da percepção animal, distinta da percepção que pode existir em bactérias e plantas: muitos animais, por estarem agindo, se movendo, fazendo coisas ao mesmo tempo que estão percebendo o ambiente, precisam levar em conta suas próprias ações sobre os seus sentidos.

Eles têm que tentar distinguir, entre o que eles percebem, o que é consequência de eventos externos e o que é consequência do que o próprio animal fez. Se você se move, o movimento que você cria muda a cena ao seu redor, mesmo que nada tenha se alterado no exterior. É só você alterando a relação com o que está ao seu redor, e isso vai afetar como as coisas são percebidas por você.

Quando os animais lidam com isso e registram as prováveis consequências das suas ações, usando isso para ajudar a dar sentido ao que estão vendo, acredito que isso envolva um senso mais ou menos tácito de si. Acho que a capacidade de filtrar as consequências de suas próprias ações das consequências de mudanças externas é o começo do senso de si nos animais.

O sr. escreve que "a extensão da consideração não é a mesma coisa que a extensão de direitos, nem se trata de estabelecer algum tipo de igualdade de condição". Não é contraditório entender que uma ampla gama de animais é consciente em graus variados e, ao mesmo tempo, não propor a extensão de seus direitos? Estender a consideração é um primeiro passo. É possível, em seguida, estender algo como direitos, mas, nessa decisão, nós estaríamos expandindo um círculo em que nosso comportamento teria de ser constrangido.

A natureza não nos diz onde os direitos devem ou não estar. Isso depende de nós. Os direitos são construções políticas muito boas e muito úteis na vida social, mas não acho que eles façam parte da natureza.

Continua na pág. C7

O ser e o sexo

[RESUMO] Livro propõe repensar a psicanálise para torná-la capaz de refletir a respeito de identidades sexuais e novas formas de interação na sociedade

Por *Maíra Moreira*
Psicanalista e autora de 'O Feminismo é Feminino?' e 'Fins do Sexo'

Colagem de raios-x coloridos de conchas de náutilo Scott Camazine/Image Source

Em tempos de morte da retórica, de menino nasce menino e menina nasce menina, Pedro Ambra não se fixa nem no nascer, nem no tornar-se aquilo que se nasce, nem em um devir sem corpo.

Não só o sujeito é retirado e reanimado da visão conservadora que toma a diferença sexual, a cis-heterossexualidade e o modelo patriarcal como fundantes do laço social, mas também a própria psicanálise é acordada e convidada a se pensar como teoria em processo.

Um dos primeiros e muitos méritos do livro "O Ser Sexual e Seus Outros: Gênero, Autorização e Nomeação em Lacan" está na forma como o autor produz uma psicanálise crítica sem desqualificação ou pedido de desculpas.

É pelo movimento de compreender que a psicanálise possui uma clínica que informa e força avante a teoria que Pedro Ambra toma os fenômenos culturais de época, que também galgaram seu lugar no divã, e produz uma torção no interior da teoria, através de um Lacan versus Lacan —e alguns outros.

Declinando a noção de ser sexuado para ser sexual, Ambra extrai consequências bastante profícuas, inclusive a de pensar em uma psicanálise menos preocupada com a conservação de si e menos resistente às formas como outros a nomeiam.

Das teses fundacionistas da diferença sexual e do modo monossexual de organização da libido, o autor levanta uma hipótese processual da assunção de um sujeito a uma identidade sexuada, em que o sujeito já não está lá sozinho ou detido temporalmente em uma maturação junto aos pais.

As questões relativas às sexualidades e nomeações não são de interesse nem de desinteresse exclusivo do campo psicanalítico, mas o implicam diretamente enquanto teoria investida no sexual e que, outrora, acreditou produzir verdades sobre o sexo.

A psicanálise continua sendo evocada à esquerda e à direita, como forma de se valerem de algo no sentido da conservação da heteronorma ou do avanço de pautas progressistas. Longe de se querer ensimesmada, a psicanálise quer fazer parte da cidade, da coisa pública, das escolas, das instituições de saúde ligadas ao SUS. Ela se posiciona a favor da democracia genérica, porque talvez se posicionar contrária à democracia liberal ainda seja muito, e dialoga com as pautas identitárias depois de muita insistência —e alguma resistência.

Contudo, os saberes psicanalíticos são principalmente convocados para categorizar o que seria normal e o que seria patológico. Isto não é pouca coisa: o destino daqueles compreendidos como abjetos é violento a ponto de podermos encontrar essa violência até mesmo no setting analítico.

A posição da psicanálise e dos que a exercem não pode ser apenas pela conservação e reprodução de si; a teoria que há muito fundaram ainda está sendo escrita.

Que Lacan já tenha advertido que é muito chato para cada analista ter de inventar a psicanálise, isso talvez ocorra também na necessidade de que ela esteja à altura de seu tempo. Afinal, talvez as transformações sociais sejam mais rápidas que as interpretações psicanalíticas, que as sucedem.

A psicanálise produz uma gramática sobre o sujeito que não ficou confinada nos consultórios ou nas teorias; ela também informa toda uma sociedade que se viu contaminada por esse vírus, para o qual ainda não há vacina, pois seus efeitos intencionais e colaterais são de cura do(s) sintoma(s).

Longe de fazer uma crítica à identidade em que identitários são sempre os outros —e a ideologia francesa pode inclusive servir muito bem a tal posição— ou de se limitar à tábua da sexuação, que virou a grande tábua da salvação dos lacanianos sempre que os acusam de machistas, homofóbicos ou transfóbicos, Ambra utiliza a noção de identificação em Lacan nos diferentes modos e tempos em que este lançou mão do termo, para questionar, inclusive, a tão assegurada cis-heterossexualidade.

Passando pelo real, simbólico e imaginário até o quarto nó, em um texto povoado por nomes que, segundo uma identidade lacaniana puríssima, talvez nem teriam sido convidados para o debate, o livro provoca também um movimento por parte do leitor, que já não pode se sentar confortavelmente diante de confirmações daquilo que já lera até então.

Entender a identidade sexual como processo o leva até a questão da autorização, que não se faz sem alguns outros, e da nomeação, naquilo que ela comporta de heterodesignação e de um nomear-se a si mesmo dentro de um coletivo. Ambra recupera a importância das comunidades LGBTQIA+ como possibilidade de existência para aqueles que estão, no limite, expulsos do laço social.

Esse autorizar-se de si difere do discurso universitário no sentido de dar título a, como outrora fizeram as ciências sexuais nomeando o que seria uma transsexualidade verdadeira ou falsa. Ou seja, o autorizar-se de si mesmo insere a possibilidade de um sujeito falar de si para os outros que elegeu como comunidade, aqueles dos quais um ser sexual se vale para se fazer reconhecer.

Falar de si como ser sexual é um ato de nomeação que inclui as heterodesignações e as identificações a um grupo, de uma autorização a se tornar o que os outros o nomeiam e a identificar-se com um grupo de outros pela nomeação que os une. Não é um ato consciente, autônomo ou volitivo, porque depende dos outros com os quais o sujeito se vê afetado.

"De que vale uma teoria que não se compromete com a explicitação de seu horizonte político de transformação?" Por encerrar sua obra com essa reflexão, não posso deixar de nomear Pedro Ambra como autor, psicanalista e sujeito político à altura de seu tempo e de desejar que, com ele, mais psicanalistas se autorizem a pensar outra psicanálise, menos apartada do mundo e de suas transformações. ←

O Ser Sexual e Seus Outros: Gênero, Autorização e Nomeação em Lacan
Autor: Pedro Ambra. Editora: Blucher. R$ 154 (512 págs.); R$ 94 (ebook)

Continuação da pág. C6

Há muitos animais, como insetos, em que é muito difícil imaginar grandes mudanças na nossa relação com eles, no sentido de uma maior consideração. Deveríamos pensar neles de maneira diferente, mas mudar nosso comportamento no caso de animais que têm uma relação antagônica conosco, são muito numerosos e portadores de muitas doenças é um grande problema.

Eu não mudaria muito nosso comportamento no caso de mosquitos. Acho que estamos presos a uma relação de certa forma antagônica com eles. No entanto, se chegarmos a acreditar que os insetos sentem dor e sofrem, posso muito bem imaginar tentar desenvolver pesticidas que não causem sofrimento. No caso de animais como mosquitos, a discussão sobre direitos não diz respeito só a uma extensão deles, mas também a uma ideia muito destrutiva em relação aos humanos.

O sr. aponta que seu livro não existiria sem experimentos científicas realizados em animais, que produzem sofrimento. Qual é sua posição sobre esse assunto? Eu apoio uma reforma. Acho que deveria existir muito menos experimentação em animais, principalmente em casos em que a experimentação é impulsionada pela curiosidade, quando não se trate de um projeto médico imediato, mas de ciência básica, e em que o animal leve uma vida de baixa qualidade, sofrendo fisicamente ou confinado de uma forma que sua vida se torne miserável.

Gostaria de ver muito menos pesquisas desse tipo, muito menos experimentos em primatas. Isso seria um primeiro passo. Você se depara com casos como o de ratos, usados em grande quantidade. Há um bom artigo do filósofo Philip Kitcher sobre isso, em que ele sugere que seria viável dar aos ratos usados em experimentos médicos uma vida melhor que a de um rato comum. Nós apenas compensaríamos, nos certificando de que eles estejam melhor que estariam de outra forma.

Acho que essa é uma boa ideia. Não gostaria de ver os polvos se tornando organismos-modelo para a neurociência, algo de que as pessoas falam às vezes. Não quero ser um organismo-modelo e não gostaria que isso acontecesse com eles.

O livro também discute se seria possível um computador equipado com inteligência artificial adquirir consciência.

Peter Godfrey-Smith

Professor de história e filosofia da ciência na Universidade de Sydney, Austrália. Doutor em filosofia pela Universidade da Califórnia em San Diego, foi professor das universidades Stanford e Harvard e desenvolve pesquisas em filosofia da biologia e filosofia da mente. Autor, entre outros livros, de 'Metazoa: a Vida Animal e o Despertar da Mente' e 'Outras Mentes: o Polvo e a Origem da Consciência'

Recentemente, um funcionário do Google foi afastado por defender que a inteligência artificial da companhia tinha se tornado senciente. Por que o sr. é cético sobre essa possibilidade? Não acho impossível construir um computador com uma estrutura física muito diferente que possa ser senciente. Acho que, provavelmente, não é possível fazer isso com um computador com o tipo de hardware que estou usando agora, por exemplo.

É um tipo de coisa física simplesmente diferente demais de um cérebro. Se quisermos criar sistemas artificiais sencientes, seria necessário construir uma máquina diferente, algo mais parecido com o cérebro, ainda que não precise estar vivo.

Digo isso com cautela. Acho que ninguém realmente sabe o que é possível aqui, mas, em comparação com outras pessoas, acho muito menos provável que projetos usuais de inteligência artificial deem origem a uma máquina senciente em um futuro próximo. Isso exigiria algo mais revolucionário. ←

Metazoa: a Vida Animal e o Despertar da Mente
Autor: Peter Godfrey-Smith. Editora: Todavia. R$ 89,90 (376 págs.); R$ 59,90 (ebook)

Disparar como Jesus disparou

Voltar do mundo dos mortos é bem mais difícil do que obter uma pistola

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

A primeira razão para eu ser ateu é a falta de fé. Infelizmente, não tenho, e parece que é um requisito bastante importante para ser crente. Mas a segunda razão, igualmente decisiva para o meu ateísmo, é esta: acho que ser cristão é muito difícil.

Imagino que dê mesmo muito trabalho. Perdoar, às vezes, custa bastante. Fazer o bem aos que me odeiam requer um nível de santidade que eu não tenho. Oferecer a outra face quando me batem é uma ideia especialmente má para mim, que sou praticante de kickboxing, e perco pontos se proceder assim.

A única coisa que eu conseguiria fazer sem dificuldade seria amar os outros como a mim mesmo, mas só porque tenho uma autoestima muito baixa, eventualidade que Jesus, claramente, não previu. Seja como for, ser cristão parece-me quase impossível.

Mas o cristianismo do presidente do Brasil é muito mais acessível a uma pessoa com um caráter tão defeituoso como o meu. Quando Bolsonaro disse, há uns dias, que Jesus Cristo só não comprou uma pistola porque não havia na época em que Ele viveu, percebi que é possível ser cristão sem ligar a mínima ao que Cristo diz.

Talvez seja importante notar que, na época em que Jesus viveu, também não era possível caminhar sobre as águas, transformar a água em vinho, ressuscitar. Se o Messias tivesse desejado possuir um revólver, para pregar a sua mensagem de paz e amor com uma arma de fogo entalada no cinto, julgo que teria conseguido. Voltar do mundo dos mortos é bem mais difícil do que obter uma pistola. A prova é que só uma pessoa conseguiu, até hoje, voltar do mundo dos mortos.

E milhões de pessoas têm uma pistola. Com a qual costumam, aliás, enviar gente para o mundo dos mortos. Uma proposta ligeiramente diferente da de Jesus, se bem me lembro das aulas de catequese.

Quem, lendo os evangelhos, consegue concluir que Jesus gostaria de comprar uma pistola, talvez precise de um milagre. O ideal seria que o Senhor fosse a suas casas e, desta vez, transformasse em água o vinho que eles estão a beber. Claramente, está a toldar-lhes o raciocínio.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série que imagina um Brasil em que a maconha é legal tem 2ª temporada

Pico da Neblina
HBO, 23h, e HBO Max, 18 anos
O que aconteceria se o consumo de maconha fosse legalizado no Brasil? A primeira temporada desta série produzida pela O2 Filmes e dirigida por Quico Meirelles imaginava as implicações dessa medida, enfocando um jovem que se lança como empresário do setor canábico. Na nova safra, o ex-traficante Biriba, vivido por Luís Navarro, luta para não ser tragado de volta ao crime. Henrique Santana e Daniel Furlan também estão no elenco.

P-Valley
Starzplay, 16 anos
A série ambientada em uma boate de pole dancing chega à segunda temporada. Na nova safra, diversos personagens lutam pelo controle do clube The Pynk. Um novo episódio entra no ar todo domingo.

A Vida do Jovem Toscanini
Amazon Prime Video, 12 anos
Arturo Toscanini, um dos maiores maestros de todos os tempos, passou um período no Rio de Janeiro no início de sua carreira. Esta fase é contada no filme de Franco Zeffirelli, que tem C. Thomas Howell e Elizabeth Taylor nos papéis principais.

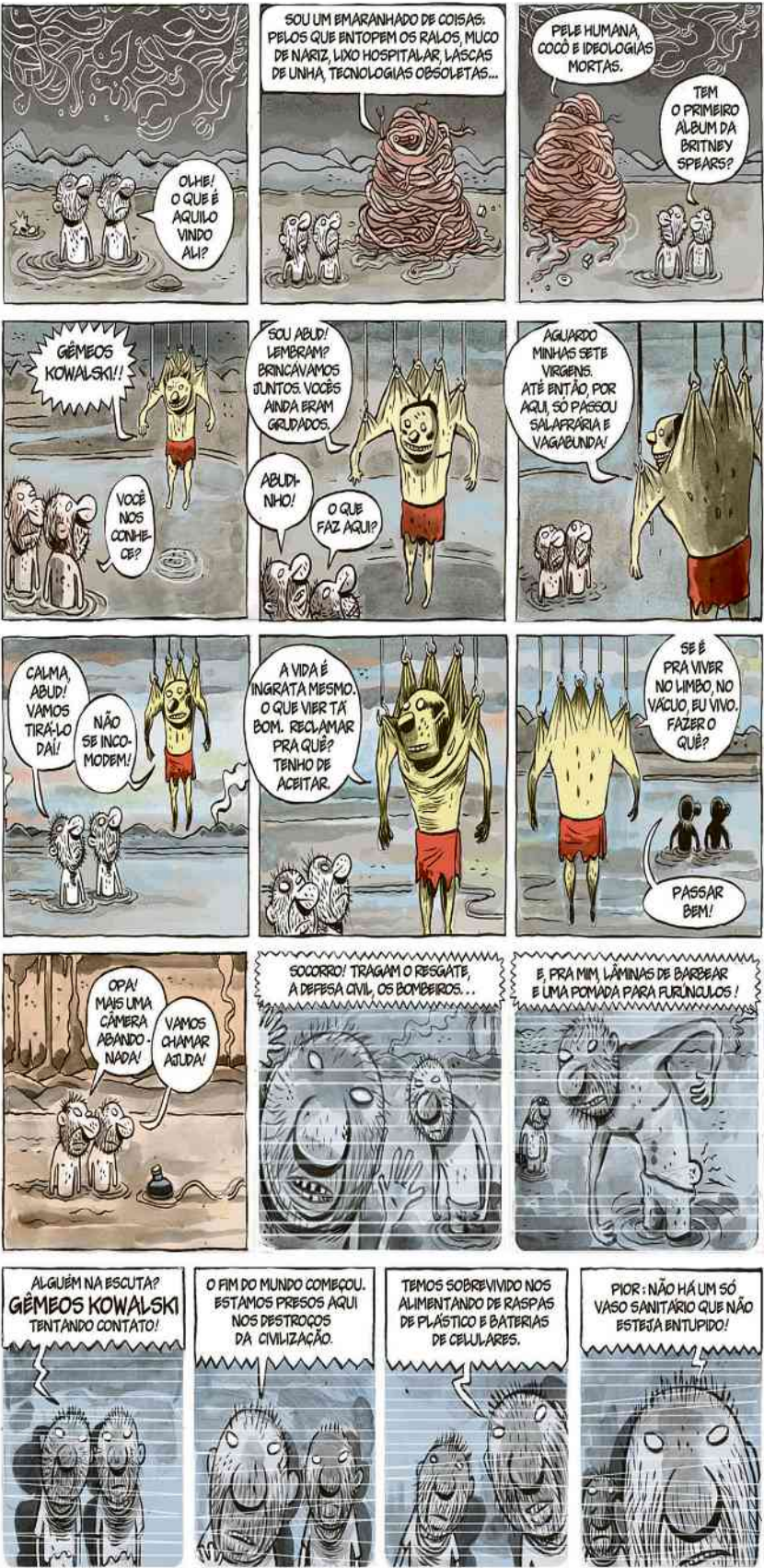
Conor McGregor: Tudo pelo Título
Netflix, 16 anos
A ascensão do lutador irlandês, um dos maiores astros do MMA na atualidade, é contada neste documentário, da infância pobre às vitórias no octógono.

Canta Comigo Teen
Record, 18h, livre
Rodrigo Faro e Ticiane Pinheiro comandam a terceira temporada da versão infantojuvenil da competição musical. Candidatos de entre nove e 16 anos de idade disputam um prêmio de R$ 200 mil.

Invernatal
Lifetime, a partir de 21h10
O canal exibe nesta faixa, ao longo de julho, filmes natalinos que remetem ao inverno no hemisfério norte. As atrações deste domingo são "O Presente de Natal" (dez anos) e "Um Natal Planejado" (12 anos).

Canal Livre
Band, 0h, livre
O presidente do Sebrae, Carlos Melles, discorre sobre os desafios enfrentados pelas pequenas empresas e os 50 anos da instituição.

QUADRÃO | *Angeli*

KOWALSKi-CODA
ANGELi
7/12

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, **Laerte**

Julián Fuks debate 'A Ocupação' em papo com leitores

SÃO PAULO O Encontro de Leituras, evento online promovido pela **Folha** e pelo jornal português Público, recebe em julho o escritor Julián Fuks, que discutirá o seu romance "A Ocupação". A conversa acontece no dia 12, a partir das 18h de Brasília, 22h de Lisboa.

Publicado pela Companhia das Letras em 2019 no Brasil, e em 2020 em Portugal, o livro compartilha o mesmo universo de "A Resistência", que rendeu a Fuks três prêmios Jabuti (melhor romance e livro do ano, em 2016, e melhor livro brasileiro publicado no exterior, em 2019) e o prêmio José Saramago de 2017.

Sebastián, narrador de "A Resistência" que expressa o projeto autoficcional do autor, volta ao novo romance, escrito depois de uma residência artística de três meses no Hotel Cambridge, uma ocupação do Movimento Sem Teto do Centro em São Paulo. Fuks também se beneficiou de uma mentoria do escritor moçambicano Mia Couto.

O debate com acontece via Zoom, neste link ou na reunião 863 4569 9958. A senha de acesso é 553074. A participação é gratuita.

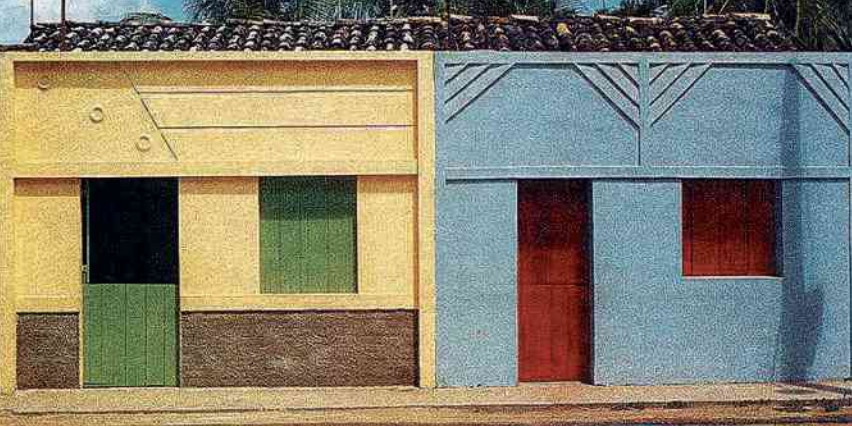
Ciclo de cinema aborda o filme 'Pequena Mamãe'

SÃO PAULO Na próxima terça-feira, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo exibe o filme "Pequena Mamãe", da cineasta francesa Céline Sciamma.

Gratuita, a sessão faz parte do Ciclo de Cinema e Psicanálise, evento do MIS em parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e apoio da **Folha**.

O longa traz a história de Nelly, papel de Joséphine Sanz, uma menina de oito anos que acaba de perder a avó materna. Enquanto a mãe da menina, vivida por Nina Meurisse, se empenha na tarefa de empacotar os pertences da avó, a criança se diverte no bosque próximo à casa onde a própria Marion brincava na infância. Lá, Nelly faz amizade com uma garota da mesma idade, muito parecida com ela, e que tem o mesmo nome de sua mãe, Marion.

Após a exibição, Ieda Marcondes, crítica de cinema, e Gizela Turkiewicz, psiquiatra e psicanalista da SBPSP, debatem o filme.

O evento acontece no auditório do MIS. Os ingressos estarão disponíveis na bilheteria do museu com uma hora de antecedência.

Fachada de casas do livro ‘Pinturas e Platibandas’ Anna Mariani/Reprodução

Um retrato de Anna Mariani

Trabalho da fotógrafa é tributo à arquitetura popular do sertão

Marilene Felinto
Escritora e tradutora, autora de ‘As Mulheres de Tijucopapo’. Email: textosfazendaria@gmail.com

Morreu no dia 23 de junho último, em São Paulo, a fotógrafa Anna Mariani, cujo trabalho mais conhecido são as fotos de fachadas de casas e paisagens do sertão brasileiro, resultado de suas viagens à região. Seus livros “Pinturas e Platibandas” (1987) e “Paisagens, Impressões: o Semiárido Brasileiro” (1992) reúnem o registro do olhar iluminado que ela lançou sobre aquele mundo opaco.

Tive alguns encontros com Anna, principalmente na década de 1990, que me deixaram uma impressão singular dela e da fotografia como arte. Li sobre sua morte em uma rede social, no próprio dia do velório.

Procurei notícia na imprensa convencional de jornais, revistas, telejornais, mas não havia. Esse fato confirmou minha percepção sobre a conduta discreta que a fotógrafa adotava na vida. Além disso, pude testemunhar, em nossos poucos encontros, sua visão crítica sobre a mídia em geral.

Conheci Anna em 1992, quando ela cedeu, a pedido da editora 34, uma foto sua para ilustrar a capa da segunda edição de um livro meu. Ali entrei em contato com seu trabalho pela primeira vez e saí perplexa da leitura de “Pinturas e Platibandas”.

As fotos das fachadas de casas sertanejas, idênticas àquelas onde meus pais tinham nascido, me afetaram de tal modo como somente o “gume apunhalador da imagem” pode fazê-lo, aquilo que Roland Barthes definiu como o conceito de “punctum”, segundo Leda Tenório da Motta explica: palavra latina que significa “ponto”, “picada” ou “ferida”, elemento que, na fotografia, Barthes diz ser o gume apunhalador da imagem (“Roland Barthes e a arte na fotografia”, 2019).

Mostrei logo o livro a minha mãe, ela que não apenas tinha nascido como sido doada, no início da década de 1930, muito menina, a um casal na porta de um daqueles casebres, quando sua família retirante da seca não conseguia alimentar todos os filhos.

Ali agrupadas e ressaltadas em close, páginas após páginas, as fachadas ganhavam valor inédito. As construções tão típicas —a nosso ver coisa simplória, casebres de gente pobre— ressurgiam em cor e luz nunca vistas, provocando um brilho no olhar de minha mãe.

Ela folheava o livro como se ele revelasse uma memória sua encoberta por camadas de poeira —mas então restaurada. Naquele desterro, naquele acumulado de gravetos e espinhos de caatinga, eis que a fotógrafa-rendeira, a “estilista da imagem” tinha operado um milagre: parecia ter pintado em alegres lápis de cor, e trazido para primeiro plano, a história cinzenta da vida de minha mãe.

“Você acredita? Isso não parece uma pintura?”, ela exclamou, emocionada, “apunhalada”, capturada por aquele outro modo de ver seu passado de pobreza, fome e opacidade, incrédula diante daquele tributo à arquitetura popular sertaneja.

Voltando àquele distante ano de 1992, foi por volta daquela época que escrevi para esta **Folha** uma resenha sobre o segundo livro de Anna Mariani. Enviei-lhe o texto antes da publicação: ela fez algumas correções, exigente, que aceitei constrangida, e teceu comentários ácidos sobre a superficialidade da imprensa, o descuido, a irresponsabilidade.

Concordei com ela, ainda que impressionada com o grau de minúcia e perfeccionismo com que queria seu trabalho abordado. Talvez Anna incluísse naquela mesma crítica este texto que agora escrevo —ela que parecia querer preservar seu nome e seu trabalho da futilidade da fama, da mediocridade, da vulgaridade do mundo das celebridades.

Nosso segundo encontro se deu quando, também na década de 1990, ela me pediu para ir conhecer Joaquim Guedes (1932-2008), o consagrado arquiteto e urbanista, amigo íntimo seu. Guedes, que se dizia meu leitor, queria saber como eu conciliava meu texto literário com a escrita em jornal.

A conversa teve algo de bizarro, porque não soube o que responder a ele, eu que tinha então 30 e poucos anos e me achava uma ignorante completa. Guedes queria aliar sua prática profissional de arquiteto com alguma atividade artística que tentava então desenvolver (pintava telas, se não me falha a memória).

Não sei o que me levou a esse escrito sobre Anna Mariani, tema tão fora da pauta jornalística. Não a via há muitos anos, nunca fomos amigas, e um abismo de classe (ela era muito rica) nos afastava também. Chamei de “retrato” isso que não passa de uma impressão subjetiva —e que também não é, nem de longe, uma análise de seu trabalho, ele que dispensa manifestações do reconhecimento que sempre teve.

Vai ver, escrevi como exercício de elaboração da morte de minha própria mãe, ocorrida também neste fatídico 2022, e pela coincidência de terem ambas nascido em 1935 e morrido aos 87 anos. Vai ver, uma morte lembrou a outra —e uma vida também, ainda que por desvios tão paradoxais e improváveis.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Marilene Felinto, **Wilson Gomes**

Cérebro eletrônico

[RESUMO] Cada vez mais difundida, a inteligência artificial trouxe ganhos expressivos para a sociedade em geral, ao mesmo tempo que provoca receio por questões éticas envolvendo privacidade, discriminação e propagação de mentiras e golpes. É fundamental, portanto, que a sociedade seja capacitada para usufruir de seus benefícios e mitigar os efeitos deletérios

Por ***Dora Kaufman***
Professora da PUC-SP e autora de 'A Inteligência Artificial Irá Suplantar a Inteligência Humana?' e 'Desmistificando a Inteligência Artificial'

Cena do filme 'Blade Runner' (1982)
Reprodução

Em palestra proferida em 1985, Richard Feynman, prêmio Nobel de 1965 e um dos mais reconhecidos físicos teóricos, debateu temas críticos do campo da IA (inteligência artificial). O diálogo com o público teve início com a pergunta-chave: "Haverá uma máquina que pode pensar como os humanos e ser mais inteligente que os humanos?".

Para Feynman, as futuras máquinas não pensarão como os seres humanos, da mesma forma que um avião não voa como os pássaros. Entre outras diferenças, os aviões não batem asas; são processos, dispositivos e materiais distintos. Quanto à questão de as máquinas superarem a inteligência humana, na visão do físico o ponto de partida está na própria definição de inteligência.

É difícil definir o que entendemos por inteligência. Segundo Stuart Russell, uma entidade é inteligente à medida que o que faz é capaz de alcançar o que deseja, ou seja, seus objetivos.

Escreve Russell: "Todas essas outras características da inteligência —perceber, pensar, aprender, inventar e assim por diante— podem ser compreendidas por meio de suas contribuições para nossa capacidade de agir com sucesso".

Russell lembra que o conceito de inteligência, desde os primórdios da filosofia grega antiga, está associado a capacidades humanas (perceber, raciocinar e agir), o que não seria o caso da IA, "mero" modelo de otimização com objetivos definidos pelos humanos e não dotado desses atributos.

Outros autores não consideram a inteligência uma prerrogativa humana, como o próprio Marvin Minsky, um dos fundadores desse campo de pesquisa, ao argumentar que os sistemas de IA têm habilidades, apesar de limitadas, de aprendizagem e raciocínio.

Complicando ainda mais esse debate, as técnicas atuais de IA lidam com percepção, análise de texto, processamento de linguagem natural (PNL), raciocínio lógico, sistemas de apoio à decisão, análise de dados e análise preditiva.

A inteligência artificial, campo de conhecimento inaugurado em 1956, é a ciência e a engenharia de criar máquinas capazes de reproduzir funções exercidas pelo cérebro biológico. Várias tentativas que envolviam linguagens formais apoiadas em regras de inferência lógica tiveram êxito limitado, sugerindo a necessidade de os sistemas gerarem seu próprio conhecimento pela extração de padrões de dados, ou seja, "aprender" com os dados sem receber instruções explícitas.

Esse processo é denominado de aprendizado de máquina ("machine learning"), subcampo da IA e hoje certamente o maior em número de praticantes. A técnica de aprendizado de máquina que apresentou os melhores resultados é a chamada de redes neurais de aprendizado profundo ("deep learning neural networks") pela inspiração no funcionamento do cérebro humano.

Na última década, a disponibilidade de grandes conjuntos de dados, produzidos por uma sociedade hiperconectada, e a maior capacidade computacional, particularmente com o advento das GPUs (unidades de processamento gráfico), geraram resultados positivos principalmente em visão computacional (reconhecimento de voz e imagem).

Essa técnica tornou-se fator estratégico de processos decisórios pela capacidade de gerar insights preditivos com taxas relativamente altas de precisão comparativamente às técnicas/modelos disponíveis.

Se, por um lado, o Brasil está atrasado em relação a outros países na pesquisa e no desenvolvimento da inteligência artificial, os brasileiros já convivem cotidiana e intensamente com os algoritmos de IA. São eles que viabilizam os modelos de negócios de empresas como Netflix, Waze, Spotify, Uber, Airbnb e iFood, dos games online, dos aplicativos de relacionamento.

A inteligência artificial otimiza processos no sistema financeiro e bancário, na indústria, na agricultura, no varejo, no setor imobiliário, na segurança e vigilância, no Poder Judiciário, na educação.

Na saúde, por exemplo, os dispositivos inteligentes transformam o corpo humano em plataforma tecnológica com marcapasso cardíaco monitorado remotamente, pâncreas artificial que controla a glicose no sangue e fornece insulina quando necessário, implantes cerebrais para lidar com os sintomas de Parkinson e Alzheimer.

O futuro da inovação passa por gerar valor alavancado a vasta quantidade de dados e técnicas de modelagem de IA, identificando insights ocultos, impulsionando o desenvolvimento de produtos e serviços e a experiência do usuário/cliente/consumidor.

Nesse sentido, é fundamental que os usuários intermediários —profissionais de saúde, de educação, gestores de RH, financeiros e gestores em geral— adquiram noções básicas da lógica e do funcionamento da IA para, inclusive, capacitar-se a fazer as perguntas críticas aos fornecedores de tecnologia. Os sistemas de inteligência artificial estão sendo empregados em larga escala sem a devida consciência dos potenciais riscos.

A adoção de sistemas de inteligência artificial não é trivial: demanda alterar os processos e a cultura da organização, ter equipe de colaboradores qualificados, garantir base de dados robustas e de qualidade e infraestrutura adequadas, entre outros pré-requisitos.

A implementação inclui questões de privacidade, opacidade e discriminação, inéditas interações humano-máquina e, mais relevante, os sistemas de IA geram simultaneamente externalidades positivas e negativas; o desafio é mitigar os potenciais danos sem eliminar junto os benefícios.

Vejamos dois exemplos.

A GAN ("generative adversarial network"), uma das arquiteturas da técnica de redes neurais profundas, é combatida por gerar as chamadas deep fakes (tecnologia de inteligência artificial usada para criar conteúdos digitais falsos e convincentes, como áudio, imagens e vídeos em que uma pessoa se passa por outra), mas contribui positivamente em áreas como a saúde, ao criar dados sintéticos de qualidade suprindo a carência de dados para pesquisas médicas, e melhorando uma imagem de tomografia computadorizada ou ressonância magnética em baixa resolução (reduz o tempo de exposição, protegendo o paciente da radiação).

Não podemos nos dar ao luxo de rejeitar a tecnologia pelo desconforto de lidar com algo que não entendemos ou aceitar como neutra e soberana suas previsões

Os sistemas automatizados de decisão de crédito (atestam se o cliente da instituição financeira está ou não qualificado para receber o empréstimo solicitado), outro exemplo, explicitamente classificados pela proposta da Comissão Europeia como "sistemas de alto risco" e frequentemente criticados pela possibilidade de discriminação, são responsáveis, em parte, pela expansão do volume total de crédito ao contemplar um conjunto inédito de informações sobre o cliente, reduzindo o risco de inadimplência.

No Brasil, a base de crédito passou de R$ 1,70 bilhão em 2010 para R$ 3,22 bilhões em 2015 e R$ 4,57 trilhões em 2021, segundo o Banco Central.

No conjunto dos impactos sociais, o efeito negativo mais relevante é sobre o trabalho, ao transformar tarefas, empregos e habilidades. A automação inteligente acelerou o já em curso processo de substituição por máquinas de funções antes exercidas pelos seres humanos ao englobar funções cognitivas.

Uma parcela não desprezível dos empregos criados na próxima década será em ocupações totalmente novas ou alteradas por novos conteúdos e requisitos de competências. Esse conjunto de profissões emergentes reflete a adoção de novas tecnologias e a crescente demanda por novos produtos e serviços, impulsionadores de inéditos empregos na economia verde, na economia de dados, na economia do cuidado.

Para mitigar as consequências negativas da automação "inteligente", baseada nas tecnologias de IA, são essenciais políticas públicas com foco em investimentos em educação para qualificar e requalificar o trabalhador. O mercado de trabalho está migrando de especializado no século 20 para multidisciplinar no século 21, favorecendo a mobilidade entre funções, mas demandando atualização contínua.

Nos impactos éticos, destaca-se a discriminação algorítmica, que gera resultados tendenciosos por gênero, raça, etnia, entre outros. São múltiplas as origens de viés nos sistemas de IA: na geração dos dados, a discriminação está presente, por exemplo, na predominância de usuários dos países desenvolvidos com mais acesso a dispositivos, à tecnologia e à internet de qualidade, o que engendra uma base de dados imagética enviesada pelo biotipo racial de pele clara; em bases de dados tendenciosas, no caso dos dados coletados refletirem os preconceitos existentes na sociedade; na rotulagem dos dados, parte do aprendizado supervisionado utilizado, por exemplo, no reconhecimento de imagem e voz; e na interpretação dos resultados pelos usuários-gestores.

A "explicabilidade" é outro tema recorrente no debate sobre a inteligência artificial, figurando em destaque nas propostas de regulamentação mundo afora —os algoritmos estabelecem correlações nos dados não perceptíveis aos humanos, o que também é conhecido como problema de interpretabilidade, opacidade ou caixa preta.

O projeto de lei 21/2020, aprovado na Câmara, atualmente em tramitação no Senado, pretende estabelecer um marco legal da inteligência artificial no Brasil. Um de seus artigos propõe a obrigatoriedade de "implantar um sistema de inteligência artificial somente após avaliação adequada de seus objetivos, benefícios e riscos relacionados a cada fase" e, da mesma forma, encerrá-lo se o controle humano não for mais possível.

Na proposta da Comissão Europeia, o artigo 13 dispõe que "os sistemas de IA de alto risco devem ser concebidos e desenvolvidos de forma a garantir que o seu funcionamento seja suficientemente transparente para permitir aos utilizadores interpretar os resultados do sistema e utilizá-los de forma adequada" e complementa que "os sistemas de IA de alto risco devem ser acompanhados de instruções de uso em formato digital apropriado ou outro, que incluam informações concisas, completas, corretas e claras que sejam relevantes, acessíveis e compreensíveis para os usuários".

Além da quantidade de adjetivos do texto (suscetíveis a variadas interpretações, logo não precisos como requer uma lei), o conteúdo conflita com a natureza da IA. Os algoritmos de inteligência artificial são bons em identificar padrões estatísticos, mas eles não têm como saber o que esses padrões significam, porque estão confinados ao mundo da matemática —não compreendem o mundo real.

Diante dos extraordinários benefícios, não podemos nos dar ao luxo de rejeitar a tecnologia pelo desconforto de lidar com algo que não entendemos ou aceitar como neutra e soberana suas previsões.

Como alertam alguns especialistas, o perigo hoje não é que a IA seja mais inteligente que os humanos, mas supor que ela seja, e, consequentemente, confiar nela para tomar decisões importantes. ←

Ilustração em nanquim sobre papel de Samuel Assis, 10, aluno do 4º ano do Ateliescola Acaia, em São Paulo
Reprodução/Instituto Acaia

ensino militar

➔ População prefere civis em escolas, mas modelo militarizado avança no país p. 4

questão racial

➔ Para 93%, professor deve falar sobre discriminação na sala de aula p. 6

Datafolha

Brasileiros têm opiniões liberais sobre educação mesmo com onda conservadora

Maioria concorda que sexualidade deve estar no currículo e acha que discussão ajuda a prevenir abuso

Nina de Castro e Gustavo Luiz

BELO HORIZONTE E CAMPINAS Os brasileiros mostram-se menos conservadores do que sugere o barulho das redes sociais quando o que está em jogo é a educação escolar de crianças e adolescentes.

É o que revela a pesquisa Educação, Valores e Direitos, coordenada pelas organizações Cenpec e Ação Educativa.

Para 99% da população, frequentar a escola é importante para as crianças. Frases como "a escola pública deve respeitar todas as crenças religiosas, inclusive o candomblé, a umbanda e as pessoas que não têm religião", e "a escola precisa tratar de temas como pobreza e desigualdade social" atingiram índices de concordância acima de 90%.

Para Wagner Santana, consultor da Ação Educativa, a pesquisa indica que a agenda conservadora, encampada pelo Poder Executivo, por parte do Congresso e de legislativos estaduais, não é prioridade para a população.

Segundo a pesquisa, 7 em cada 10 brasileiros concordam que a educação sexual seja abordada no ambiente escolar, mesmo em meio a campanhas de movimentos organizados para coibir o ensino sobre gênero e sexualidade —chamado de "ideologia de gênero" por conservadores.

Ainda na área de educação sexual, mais de 90% concordam que debater o assunto em sala ajuda crianças e adolescentes a se prevenirem contra abusos, e que estudantes devem receber, na escola, informações sobre leis que punem violência contra mulher.

A maioria (81%) concorda que escolas devem promover o direito de as pessoas viverem sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTs.

Se 68% da população já ouviu falar do termo "ideologia de gênero", apenas 3% acreditam que o principal problema da escola pública são os conteúdos ensinados em sala.

Em resposta estimulada, a falta de investimento dos governos nas escolas públicas (28%), os baixos salários e a desvalorização dos professores (17%) e a falta de infraestrutura das escolas (12%) foram apontados como entraves mais importantes.

Considerado prioridade do governo, o projeto de lei que regulamenta o ensino domiciliar (homeschooling) tramita no Congresso, enquanto 78% discordam que pais tenham o direito de tirar seus filhos da escola e ensiná-los em casa. Outros 72% dizem confiar mais em professores do que em militares para trabalhar em instituições de ensino.

A política em sala de aula foi um dos temas que mais dividiram opiniões. Embora 73% nunca tenham ouvido falar do Escola sem Partido, grupo que prega restrições de conteúdos nas escolas, 56% concordam que professores devem evitar falar de política em sala e 54% acham que pais podem proibir as escolas de ensinar temas que não aprovam.

Para Santana, as pessoas tendem a rejeitar a política na escola quando pensam no tema de modo genérico ou partidário, mas têm posições mais liberais quando confrontadas com frases específicas.

"Não pode falar de política, mas pode falar de pobreza, de desigualdade, de direitos dos alunos. Tudo isso é política."

Denise Carreira, doutora em educação, integrante da Ação Educativa e uma das coordenadoras da pesquisa, diz que os resultados trouxeram esperança ao revelar que a população não está abraçando o discurso autoritário do jeito que movimentos ultraconservadores costumam alardear.

"A grande maioria defende uma escola crítica, que prepare seus filhos para a vida", diz.

Para ela, no contexto eleitoral em que o país vive, os dados fazem um chamado às forças democráticas: "Há espaço junto à população para a retomada de uma agenda pró-direitos, que promova educação de qualidade".

As entrevistas foram realizadas entre 8 e 15 de março com 2.090 pessoas com 16 anos ou mais, de regiões metropolitanas e cidades do interior de todas as regiões do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

política

Maioria acredita que professor deve evitar falar sobre o tema

Brasileiros querem que docentes fujam do assunto, mas apoiam discussões sobre desigualdade e pobreza

Gilvan Marques e Bruno Lucca

SÃO PAULO Mais da metade (56%) dos brasileiros acreditam que professores não devem falar sobre política em sala de aula, segundo pesquisa Datafolha. Apesar disso, mais de 90% dos entrevistados defendem que instituições e professores devem discutir com alunos sobre pobreza, desigualdade social e discriminação racial —temas relacionados à política.

Outros 54% dizem que pais têm o direito de proibir as escolas de ensinar temas que não achem adequados.

Encomendada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e pela Ação Educativa, a pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 15 de março com 2.090 pessoas. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Maria Braga, doutora em ciência política e professora da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), diz que a aparente contradição ocorre porque grande parte da população relaciona política ao partidarismo e a pautas de costumes.

Para Braga, a maior aceitação a temas como pobreza e discriminação se dá por serem assuntos menos sensíveis para os conservadores.

A pesquisa mostra também que apenas 27% da população conhece o Escola Sem Partido. Criado em 2004, o movimento defende uma educação neutra. O veto à discussão político-partidária e sexual são bandeiras levantadas pelos apoiadores.

As pautas do movimento foram abraçadas por políticos conservadores e inspiraram alguns projetos de lei.

As propostas foram repudiadas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e questionadas devido à inconstitucionalidade por MPF (Ministério Público Federal), AGU (Advocacia-Geral da União) e STF (Supremo Tribunal Federal).

Em 2020, o STF considerou inconstitucional uma lei estadual de Alagoas que dizia, entre outras coisas, ser direito dos pais que seus filhos tivessem uma "educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica". Até aquele ano, 237 projetos motivados pelo Escola Sem Partido haviam sido apresentados, segundo a Frente Escola Sem Mordaça. A derrota no STF foi um dos motivos que fizeram o fundador do Escola sem Partido, Miguel Nagib, abandonar o movimento.

Para o vereador Fernando Holiday (Novo-SP), que até 2019 foi um dos porta-vozes do Escola Sem Partido, o movimento conscientizou famílias sobre o que ele chama de aparelhamento ideológico.

"Mesmo que esses projetos não tenham virado lei, a discussão já teve efeito. Hoje, a autonomia de pensamento dos alunos é muito maior."

Renata Aquino, do grupo Professores Contra o Escola Sem Partido, criado por docentes da Universidade Federal Fluminense em 2004, diz que a pressão provocada por movimentos conservadores continua. "Hoje somos mais comedidos. Não éramos assim há quatro anos. A autocensura [dos professores] é a principal vitória deles", diz.

Segundo a Aspescs (Associação dos Profissionais da Educação de São Caetano do Sul), recentemente um professor de história do município foi repreendido por falar sobre o nazifascismo. Também no ABC Paulista, docentes afirmam ter recebido orientação de uma diretora vetando debates sobre a ditadura militar.

Em nota, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo disse que temas relacionados à política fazem parte do currículo, seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. "O trabalho realizado em sala não tem foco político-partidário e os alunos são livres para dar opiniões", diz o texto.

Política na escola divide entrevistados

Os professores devem evitar falar de política na sala de aula
Em %

Os pais devem ter o direito de proibir as escolas de ensinar temas que não aprovam
Em %

93% dos entrevistados acham que a escola precisa tratar de temas como pobreza e desigualdade social

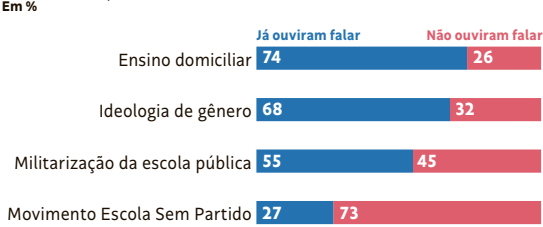
92% dos brasileiros afirmam que os professores devem ensinar o que fazer quando os direitos dos alunos não são respeitados

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

Aula de educação sexual na Escola Estadual Rocca Dordall, na zona leste de SP Zanone Fraissat/Folhapress

Veja os principais resultados da pesquisa

Ensino domiciliar e ideologia de gênero são os temas mais conhecidos pelos brasileiros
Em %

	Já ouviram falar	Não ouviram falar
Ensino domiciliar	74	26
Ideologia de gênero	68	32
Militarização da escola pública	55	45
Movimento Escola Sem Partido	27	73

Grau de concordância sobre alguns temas

As crianças devem ter o direito de frequentar a escola mesmo que seus pais não queiram
Em %

87% daqueles que ganham mais de 10 salários mínimos concordam totalmente com a afirmação

Segurança e violência são problemas comuns nas escolas
Em %

66% entre aqueles que se declaram homossexuais concordam totalmente com a frase

Os pais devem ter o direito de proibir as escolas de ensinar temas que não aprovam
Em %

50% entre aqueles que aprovam o governo Bolsonaro concordam totalmente com a frase

Pais devem ter o direito de tirar seus filhos da escola e ensiná-los em casa
Em %

38% dos entrevistados que ganham mais de 10 salários mínimos concordam com a afirmação

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

Especialistas dizem que debate político é inevitável, mas é preciso apresentar vários pontos de vista

Patrick Fuentes e Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO E SALVADOR (BA) Enquanto mais da metade dos brasileiros diz que professores devem evitar falar de política, de acordo com pesquisa Datafolha, especialistas em educação apontam que discutir o tema é inerente ao processo educativo.

Para Ronai Rocha, doutor em filosofia e professor aposentado da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), o assunto não deve ser censurado. Ele diz que, tanto a política em seu sentido amplo, aquele ligado à interação cotidiana das pessoas, quanto a política partidária podem ser temas de discussão, mas os professores não devem impor suas opiniões pessoais.

O pensamento de Rocha vai na contramão dos 56% dos brasileiros que concordaram com o veto do tema na sala de aula. Ainda segundo a pesquisa Datafolha, a maioria das pessoas (54%) acredita que os pais devem ter o direito de proibir as escolas de ensinar temas que não aprovam.

Melquisedec Ferreira, professor, formado em ciências sociais, concorda que a política não deve ser censurada em sala. Para ele, todo ensino, mesmo o que busca ser apartidário e livre de doutrinações, assume viés ideológico.

"O professor, em qualquer aula que fale sobre um fenômeno político, tem de apresentar o maior número possível de abordagens, porque aí é o próprio aluno quem define o que é mais razoável."

A política em sala de aula é alvo recorrente de críticas por parte de movimentos de direita, que afirmam existir um projeto de doutrinação de esquerda dentro das escolas.

Na opinião de Ilona Becskeházy, doutora pela Faculdade de Educação da USP e ex-secretária de educação básica do MEC, de fato há uma dominância de temas que interessam à esquerda.

"Acho que [em razão disso] há uma forte reação das famílias que, durante a pandemia, tiveram a oportunidade de ver o que se passa em sala. Vamos ver se a escola é democrática quando várias visões puderem conviver nas instituições de ensino", diz ela.

Para Ronai Rocha, política e educação sempre se relacionaram na história do Brasil. Segundo ele, houve momentos em que o país apostou em um maior tecnicismo para garantir a expansão da rede de ensino, como na década de 1960, e momentos em que, ao contrário, investiu numa perspectiva politizada.

Para o doutor em filosofia, a partir do final dos anos 1970, houve uma excessiva politização na educação brasileira, que permanece até hoje.

"Eu acho que é por isso que há um movimento forte de compensação [contra a política na sala de aula]", diz. Ainda assim, o pesquisador defende que eventuais excessos de professores devem ser avaliados internamente pela diretoria das instituições.

Nora Krawczyk, pesquisadora na área de sociologia e política educacional e professora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), lembra que a política perpassa a vida de todos, inclusive no contexto escolar.

"Aristóteles diz que somos todos animais políticos. O que ele quer dizer? Que somos capazes de pensar e realizar o bem comum", diz. "Todos têm direito de ir à escola e se expressar nela. Nesse sentido, podemos dizer que a escola é uma instituição política, porque possibilita a emancipação do sujeito."

educação sexual

Para 73% da população, sexualidade precisa fazer parte do currículo

Maioria concorda que aulas sobre o tema podem ajudar a prevenir o abuso de crianças e adolescentes, diz pesquisa

Maria Paula Giacomelli, Aline Santos e Camilla Freitas

SÃO PAULO E GUARULHOS Para 73% dos brasileiros, a educação sexual deve estar presente nas escolas. Além disso, 9 entre 10 pessoas concordam que discutir o assunto em sala de aula pode ajudar crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual, tema que ganhou centralidade após o caso de uma criança de 11 anos vítima de estupro vir a público.

Os números, resultados de uma pesquisa Datafolha, expõem as contradições entre a opinião de boa parte da população e as investidas de grupos conservadores.

Após pressão desses atores, os termos orientação sexual e gênero foram retirados pelo Ministério da Educação do documento final da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em 2017. Os três últimos ministros da pasta, Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, criticaram a educação sexual e a tentativa de "ensinar ideologia de gênero" e "erotizar crianças".

Segundo Itamar Gonçalves, gerente de programas da ONG Childhood Brasil, a oposição ao tema pode ocorrer por crenças pessoais ou pelo receio da sexualidade precoce. De acordo com a pesquisa Datafolha, em média, o brasileiro acha que a educação sexual deve acontecer a partir dos 12 anos de idade.

"É desserviço falar que a educação pode sexualizar. Esse pensamento impacta a autopreservação e a proteção de crianças e adolescentes", afirma Gonçalves.

Lúcia Duarte, especialista em saúde pública que trabalhou por 30 anos com doenças infecciosas, endossa: "Nós vivemos numa sociedade moralista. Sei que existem pais que têm dificuldade de tratar desse assunto com os filhos. As políticas públicas precisam ser direcionadas para essa população mais jovem", diz.

A resistência em abordar o assunto com crianças mais novas teria relação com a ideia de que falar sobre sexualidade é falar sobre o ato sexual, segundo a socióloga e educadora sexual Cida Lopes.

Segundo a BNCC, o assunto deve aparecer desde o ensino fundamental até o ensino médio, para ajudar o aluno a entender as mudanças que fazem parte da adolescência e a tomar decisões que respeitem o seu corpo e o do outro.

Para Luana Pires Barbosa, professora do ensino fundamental e integrante do grupo de estudos Gênero, Educação e Cultura Sexual da USP, desde que o tema seja trabalhado respeitando a faixa etária dos alunos, ou seja, conforme seus repertórios, ele é passível de ser abordado em sala.

Desde 2021, a Escola Estadual Rocca Dordall, na zona leste de São Paulo, oferece aos alunos do ensino médio uma matéria eletiva sobre sexualidade, que faz parte do Programa Inova Educação, do governo de São Paulo. De acordo com Neline de Araujo Pignatari, coordenadora da unidade, até agora a disciplina obteve grande participação dos alunos.

A estudante Evellyn Samara, 18, conta que já tinha conversas sobre sexo em casa, mas que as aulas a ajudaram a falar sobre sexualidade e proteção com seus amigos.

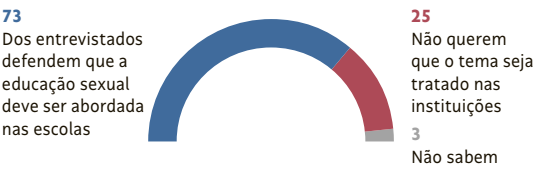
As aulas são ministradas por dois docentes, um homem e uma mulher, e funcionam de maneira dinâmica, com palestras e atividades interativas nas quais as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) são abordadas sem censura.

Quando a professora Marlene Pereira Amorim, 22, exibiu a foto de uma pessoa com sífilis em estágio avançado, os alunos se mostraram surpresos com a agressividade da doença —que acumulou mais de 360 mil casos no Brasil entre janeiro de 2018 e junho de 2020, segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia.

No Colégio Novo Pátio, escola particular na zona norte de São Paulo, a educação sexual para os alunos do 3º ano é abordada dentro da matéria de biologia. A professora Bianca Sanctis, 43, pede que os alunos escrevam em papéis temas conhecidos e desconhecidos e distribui os assuntos em colunas na lousa. Após ler as frases, o debate se inicia.

No fim da aula, vários estudantes cercam a professora. "Quero falar algo pessoal", diz uma das estudantes. As dúvidas incluem virgindade, sexo oral com ou sem camisinha e início da vida sexual. Segundo a professora, esse tipo de abordagem é comum.

Maioria quer educação sexual nas escolas

Em %

36% dos entrevistados menos escolarizados acham que o assunto não deve ser abordado nos colégios

Os estudantes devem receber informações sobre como evitar uma gravidez indesejada

Em %

A escola deve oferecer informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e formas de prevenção

Em %

A educação sexual nas escolas ajuda crianças e adolescentes a se prevenirem contra o abuso sexual

Em %

As escolas devem promover o direito das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou LGBTs

Em %

91% dos jovens de 16 a 24 anos concordam totalmente com a afirmação

A escola está mais preparada que os pais para explicar temas como puberdade e sexualidade

Em %

84% dos homossexuais concordam totalmente com a frase

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

A professora Bianca Sanctis, do Colégio Novo Pátio, na zona norte de São Paulo, fala com alunos do ensino médio sobre sexualidade Jardiel Carvalho/Folhapress

Preocupação com ideologia de gênero passa longe da maior parte dos brasileiros

Andreza de Oliveira

SÃO PAULO Oito em cada dez brasileiros concordam que escolas devem promover o direito de as pessoas viverem livremente sua sexualidade. O dado é de uma pesquisa Datafolha encomendada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e pela Ação Educativa.

O mesmo levantamento mostra que 68% da população já ouviu falar no termo ideologia de gênero, mas só 22% se considera bem informada sobre o assunto.

Cunhada por setores conservadores da Igreja Católica nos anos 1990, a expressão foi adotada pela frente parlamentar evangélica e voltou à tona nas últimas eleições presidenciais.

Aroldo Martins (Republicanos-PR), deputado federal e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, diz que esse debate não deve ser feito pela esquerda nas escolas. Na opinião dele, é preciso abordar o assunto de forma "despolitizada", o que para o deputado significa "voltar [a discussão] para o conceito de família, valores e costumes".

"Essa questão não pode ser conduzida por movimentos que advogam em prol dessas causas [de minorias]." Martins também acha que os pais é que devem cuidar da educação básica dos filhos, incluindo a sexual.

Não é o que a maior parte dos brasileiros pensa. Segundo a pesquisa Datafolha, 71% da população concorda que a escola está mais preparada que os pais para explicar temas como sexualidade e puberdade, e 54% se diz favorável à adoção de crianças por casais homossexuais.

Pré-candidata a deputada estadual e primeira pastora transexual da América Latina, Alexya Salvador (PSOL-SP), também evangélica, entende que as diferentes identidades de gênero estão relacionadas à diversidade humana e devem ser amplamente discutidas. "O que é diversidade humana? É entender que pessoas não são só homens e mulheres", diz.

Para o sociólogo e coordenador do Núcleo de Fé e Cultura da PUC-SP, Francisco Borba, as escolas devem buscar o respeito às tradições familiares. "Você não pode ter uma educação na escola que coloque a criança em oposição aos pais", afirma.

Já Alexandre Saadeh, médico psiquiatra e coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual da USP, defende que é preciso incluir na discussão pais que não se identificam como heterossexuais. "Esse assunto não é uma criação de mentes doentias que querem acabar com a família brasileira, nada disso", diz.

> "A mobilização que aconteceu em torno do tema nas eleições de 2018 continuou e transitou da política e dos movimentos sociais para um aparato de Estado
>
> **Sonia Corrêa**
> coordenadora do SPW (Observatório de Sexualidade e Política)

ensino cívico-militar

Instituições militarizadas geram elogio à disciplina e temor de opressão

Modelo avança com governo Bolsonaro e esquenta debate sobre conservadorismo na educação

Felipe Nunes e Norma Odara

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E GUARULHOS A busca pela disciplina foi o que motivou a empresária Samara Pereira Ribeiro, 43, a matricular a filha, Maria Fernanda Pereira Ribeiro, 15, em uma escola cívico-militar da rede particular de ensino em São José do Rio Preto (interior de SP). Samara elege a rigidez como um dos pontos positivos da instituição.

"O aluno aprende a importância de ser disciplinado, passa a ter mais responsabilidade e entende que seu comportamento pode ter consequências", diz a mãe da estudante. O fato de passar pelo período integral sem acesso ao celular é outro ponto que a empresária avalia como positivo. "A gente sentiu que teve uma diferença grande no esforço e na concentração dela."

Samara, porém, destoa da maioria dos brasileiros: 7 em cada 10 disseram confiar mais em professores do que em militares para trabalhar em uma escola, segundo a pesquisa Ultraconservadorismo na Educação. Ela foi encomendada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) e pela Ação Educativa e realizada pelo Datafolha, que ouviu 2.090 pessoas com 16 anos ou mais.

Atraente para um grupo de pais como Samara, o modelo baseado na militarização cresce no país desde o início do governo Bolsonaro (PL).

Foram as regras rígidas de conduta, além da vestimenta, que fizeram a autônoma Pâmela Cristina Gonçalves, 40, transferir a matrícula da filha, Valentina Gonçalves, 12, para a mesma escola cívico-militar do interior de SP.

"Hoje minha filha é outra criança. Ela sempre deu trabalho para ir à escola e para estudar, o que piorou durante a pandemia", diz.

Criado no início da gestão Bolsonaro, o Pecim (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) prevê que militares da reserva, como policiais, bombeiros ou membros das Forças Armadas, participem da administração das escolas.

No modelo cívico-militar das escolas públicas, as aulas são dadas por professores civis, enquanto a disciplina e a organização dos colégios ficam sob responsabilidade de militares da reserva, que são selecionados e capacitados pelo Ministério da Defesa.

Nas escolas da rede particular, desvinculadas do Pecim, a gestão é feita por associações de militares da reserva.

Os dois casos se diferenciam dos 14 colégios militares existentes no país, segundo o Ministério da Defesa, totalmente geridos pelo Exército.

De acordo com o MEC (Ministério da Educação), o Brasil tem hoje 216 escolas cívico-militares distribuídas em 26 estados e no Distrito Federal. Isso representa 0,1% de 178.370 instituições de ensino básico em 2021, segundo o Inep. Outros 89 colégios estão em fase de implantação.

Mesmo em número menor, os colégios cívico-militares tiveram o repasse triplicado pelo governo federal, de cerca de R$ 16 milhões em 2020 para R$ 45,1 milhões em 2021.

Docente na UnB (Universidade de Brasília), Catarina de Almeida Santos avalia que a presença de militares no ambiente escolar põe em risco o incentivo ao debate, prática que contribui para reforçar noções de diversidade e inclusão. "A lógica do quartel é de uniformização do comportamento, dos corpos, das roupas, do cabelo."

Para Santos, a ideia da disciplina como remédio para os males de crianças e adolescentes pode ser ilusória, já que a rigidez no ensino não daria conta de todos os desafios do ambiente escolar. "A homogeneização do pensamento também alimenta uma postura mais conservadora."

Graziela Pepe, 45, diz que que o filho, João Pedro, 17, foi agredido verbalmente por um policial após participar, em maio, de um protesto contra a exoneração da vice-diretora de um colégio cívico-militar onde estudou por três anos, em Brasília. A mãe soube da história e chegou a tempo de impedir que o adolescente fosse levado à delegacia. Depois do episódio, decidiu transferi-lo. "Hoje, meu filho entra em pânico quando vê um policial."

Graziela, que foi favorável à mudança da gestão da escola pública convencional para o modelo cívico-militar, agora vê o avanço da militarização do ensino com preocupação. "A polícia tem que proteger o cidadão e não oprimir e fazer da escola um quartel."

Em nota, o MEC afirmou não ter recebido denúncias de quaisquer abusos de policiais das escolas participantes do programa cívico-militar.

O ex-ministro da Educação Cristovam Buarque não vê sentido na militarização do ensino, já que o propósito da educação é promover o espírito crítico. Para ele, a popularidade de escolas cívico-militares é reflexo da ineficiência das tradicionais, que precisam ser repensadas. "Isso é resultado de erros nossos ao não sabermos combinar liberdade, disciplina e respeito."

Brasileiros questionam militarização do ensino

Se a escola for organizada e com boa estrutura, eu prefiro que não seja militar
Em %

80% dos professores concordam totalmente com a afirmação

Confio mais em professores do que em militares para trabalhar em uma escola
Em %

69% daqueles que reprovam o governo Bolsonaro concordam totalmente com a frase

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

A empresária Patrícia Falquete de Souza, com o filho Leonardo, em praça em São José do Rio Preto, onde vivem Ferdinando Ramos/Folhapress

Maior parte apoia inclusão de crianças com deficiência em escolas convencionais

Andreza de Oliveira, Felipe Nunes e Claudia Cristiane de Araujo

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SÃO PAULO E SÃO BERNARDO DO CAMPO A empresária Patricia Falquete, 42, tem tido dificuldade para manter o filho, Leonardo, 7, que tem autismo, em escolas públicas da sua cidade, São José do Rio Preto (interior de São Paulo).

Desde maio, ela vinha sendo convocada para buscá-lo mais cedo sob a justificativa da falta de funcionários para acompanhar o filho. "Mãe de criança com deficiência não tem um dia de paz", diz.

Apesar das dificuldades encontradas por Patricia, a inclusão de alunos com deficiência em colégios convencionais tem apoio de 80% dos brasileiros, de acordo com pesquisa do Datafolha.

Em São José do Rio Preto, as escolas de ensino público dispõem de estagiários para ajudar professores com alunos que têm deficiência. Patricia diz ter sido avisada pela direção da escola que três estagiários da unidade haviam pedido demissão.

Em 15 de junho, ela se reuniu com a Secretaria de Educação da cidade para que o filho voltasse à escola, e a prefeitura disponibilizou um profissional de apoio para a criança.

Em nota, a Secretaria de Educação do município disse que o caso da mãe é isolado e que ocorreu em uma semana em que diversos profissionais da unidade foram afastados por motivos de saúde. O departamento ainda afirmou que uma apuração foi aberta para averiguar a postura adotada pela direção da escola.

Joyce de Melo Dias Galvão, 23, e Gustavo Henrique Silva do Nascimento, 24, pais de Christian, 3, tiveram que trocar o menino de colégio, após o diagnóstico precoce de transtorno do espectro autista. Ele estudava em instituição privada no Butantã, em São Paulo.

"O colégio tinha uma boa estrutura, mas não tinha um cuidado com relação à condição do Christian", diz Gustavo.

A criança se adaptou bem à nova escola, também particular, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). "Ele fica mais tranquilo e está aprendendo a fazer coisas que não tinha desenvolvido na outra escola, como acenar com a cabeça quando entende de alguma coisa."

Segundo Luciana da Cruz Nogueira, professora de psicologia da educação e chefe do departamento de Educação Especial do campus da Unesp em Rio Preto, a inclusão só traz benefícios. "Nessas duas décadas em que foi efetivada a política de educação especial, temos pesquisas em que vemos o quão famílias, alunos deficientes e não deficientes se beneficiam."

Vera Cappelini, presidente da comissão de inclusão e acessibilidade da Unesp, concorda. Ela cita o exemplo de alunos com síndrome de Down que, há cerca de 30 anos, iam a escolas para pessoas com deficiência. "Biologicamente, a síndrome de Down é a mesma, mas a crença que tinham sobre as crianças com a deficiência naquela época era diferente."

Para ela, a confiança na capacidade desses alunos é decisiva para mudar o conceito de desenvolvimento humano, que não é só biológico, mas também cultural. "Melhorou, mas ainda temos muito que melhorar. E não adianta colocar esses alunos na classe comum e ignorar a deficiência."

De acordo com Rodrigo Hübner Mendes, fundador do Instituto Rodrigo Mendes, o atual governo tem encampado retrocessos na inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares. O exemplo mais emblemático foi um decreto presidencial, de 2020, que propunha a retomada do modelo de escolas segregadas. Após protestos de entidades que defendem a educação inclusiva, o decreto foi suspenso pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

"Os últimos ministros têm demonstrado uma visão extremamente anacrônica, preconceituosa, de certa forma destruidora do que foi conquistado, o que confunde ainda mais as famílias", diz.

Segundo ele, a restrição de convívio é extremamente prejudicial. "A criança precisa ser desafiada para que ela explore o seu potencial e seja constantemente estimulada num ambiente de diferença, que é um reflexo da sociedade."

Maioria defende inclusão de alunos com deficiência

Crianças com deficiência devem frequentar a mesma sala de aula que as outras crianças
Em %

80 Concordam com a frase
1 Não concorda nem discorda
18 Discordam
1 Não sabe

87% dos pais com filhos em escola particular concordam com a afirmação

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

questão racial

90% querem que docentes falem sobre discriminação

Em escolas da rede particular, debate acontece com pouca presença de alunos e professores pretos e pardos

Luiz Paulo Souza

RIBEIRÃO PRETO Nove em cada dez brasileiros concordam que a discriminação racial deve ser discutida pelos professores, segundo pesquisa Datafolha. No entanto, em muitas escolas, em especial da rede privada, esse debate é feito quase sem a presença de alunos e professores negros, em um país onde pretos e pardos são a maioria da população.

Kauany e Pedro são irmãos e estudam numa escola particular em Santa Fé do Sul, interior de São Paulo. Kauany, 14, é negra e sua turma de 9º ano tem três outros alunos negros. Pedro, 11, é branco e na sua turma de 6º ano tem 31 colegas brancos. Ambos têm apenas um professor negro.

Sidmar, 45, pai da Kauany e do Pedro, fez questão de colocar os filhos na rede privada para que eles pudessem ter, segundo ele, a melhor educação.

July Barbosa, 41, moradora da região metropolitana de Belo Horizonte, é mãe de três garotos negros e, como Sidmar, recorreu à rede privada, embora reconheça a escassez de diversidade na escola.

Os colégios onde essas crianças estudam não são exceções. Das 20 instituições de ensino mais bem colocadas no Enem de 2019, 19 eram escolas da rede particular.

Segundo o Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apenas três escolas registraram 20% ou mais de alunos negros, e duas delas não registraram nenhum aluno preto ou pardo.

Para o Gemaa, embora as escolas não sejam obrigadas a coletar esses dados, a falta de informações consistentes refletiria o descaso com a temática racial. A **Folha** entrou em contato com a Abepar (Associação Brasileira de Escolas Particulares), mas não obteve retorno da instituição.

Com 13 anos, o filho de July está no 8º ano e diz que nunca sofreu racismo porque ele é "muito na dele", mas admite que os outros colegas negros, às vezes, são chamados de macaco. Ele acha que isso é errado. "A gente não é animal."

Kauany também diz nunca ter sofrido racismo na escola, mas já ouviu colegas dizerem coisas como "cala a boca, seu preto" para um aluno negro —o que a deixa muito chateada. A menina, que nasceu em Belém, diz também que, às vezes, é chamada de pernambucana devido ao seu sotaque.

Para Eneida Martins Gonçalves, psicóloga especializada em saúde da população negra, a falta de representatividade e o modo como negros são retratados, sempre associados à escravidão e à marginalidade, reforçam a sensação de não pertencimento.

Wilson Crescencio Antônio, 58, professor de artes e comunicação numa escola particular de Pirassununga, interior de São Paulo, diz que a presença dele e de outros professores negros funciona como antídoto para a sensação de solidão dos poucos alunos negros que passam pelo colégio.

O filho de July tem dois professores negros. Os outros alunos não gostam muito de um deles, o de matemática, mas ele é um dos favoritos do garoto por ser o único que o usa como exemplo nos exercícios.

Em 2020, após o episódio envolvendo o assassinato do americano George Floyd, comunidades de pais de alunos organizaram movimentos em busca de maior diversidade racial em escolas particulares. Um deles foi fundado por Evie Barreto Santiago, 49.

Ela é negra e, ao perceber que o colégio onde seu filho estuda, em São Paulo, não se posicionava de modo satisfatório contra o racismo, reuniu-se com outros pais para questionar a postura da escola.

Desde então, ela diz que a instituição destinou bolsas integrais para alunos negros, aumentou a diversidade do corpo docente e começou a repensar o currículo escolar para garantir a aplicabilidade da lei de ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todas as matérias.

"Nunca parei pra pensar nisso, mas agora acho que poderia ter mais pessoas negras na escola. Até mesmo diretores" diz a menina Kauany. "Se tivesse mais pessoas negras, penso que poderia melhorar o preconceito. Não parar de existir, mas diminuir um pouco."

Currículo deve incluir temas raciais, dizem entrevistados

A discriminação racial tem que ser discutida pelos professores na escola
Em %

A escola deve respeitar todas as crenças religiosas, inclusive o candomblé, a umbanda e as pessoas que não têm religião
Em %

98% dos espíritas concordam totalmente com a afirmação

Fonte: Pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos, realizada pelo instituto Datafolha com 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país, de 8 a 15 de março de 2022. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos. O estudo foi encomendado pelo Cenpec e pela Ação Educativa

Desenhos em nanquim sobre papel, de Tom Larson, 9, e Vinícius Matos Pereira, 11 (no alto), alunos do 4º ano do Ateliescola Acaia, em São Paulo Reprodução/Instituto Acaia

Ilustrações foram feitas a partir da leitura de conto

GUARULHOS As imagens que ilustram este caderno foram produzidas por alunos do 4º ano do Ateliescola Acaia, um dos três núcleos do Instituto Acaia, organização social privada e sem fins lucrativos localizada na Vila Leopoldina, zona oeste de São Paulo.

As pinturas foram produzidas pelas crianças a partir da leitura do conto "As Três Laranjas Mecânicas", do livro "Volta ao Mundo em 52 Histórias", (Cia. das Letras, 160 págs.), organizado por Neil Philip. Os alunos utilizaram duas técnicas: nanquim sobre papel e xilogravura.

Ynaiá Barros, coordenadora e professora do ateliê, conta que a ideia de usar a técnica do nanquim sobre papel ocorreu em razão das representações de figuras humanas. "Com essa técnica, as formas e contornos são mais importantes. E o preto e branco é mais impactante", afirma.

Barros diz ainda que as pinturas dos estudantes foram feitas em parceria com a professora de português. Os alunos reescreveram a história e, com base na escrita, fizeram um desenho.

O Instituto Acaia foi idealizado pela escultora e desenhista Elisa Bracher, em 2001, quando circulava pelo bairro. Ela observou algumas crianças brincando de capoeira, mas, ao se aproximar, elas foram embora. Após esse episódio, Bracher teve a ideia de criar um ateliê e convidar as crianças da região das favelas do Nove, da Linha e do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirite.

As atividades da organização se dividem em três frentes: o Ateliescola, que oferece educação formal do ensino infantil ao fundamental, em tempo integral; o Centro de Estudar Acaia, que dá aulas para alunos do ensino médio de escolas públicas para que eles consigam vagas no ensino superior; e o Acaia Pantanal, em Corumbá (MS), que disponibiliza atividades socioeducativas para a população ribeirinha.

"Escola não é só a sala de aula. Nos grandes centros, o ensino para a população de baixa renda tem que ser integral. No ateliê, as crianças têm comida, psicólogos e auxiliamos as famílias em questões jurídicas", diz Elisa Bracher.

Maria Paula Giacomelli

Brasileiros acham que ensino deve respeitar todas as religiões

Matheus Tupina e Nina de Castro

SÃO PAULO E BELO HORIZONTE A escola pública deve respeitar todas as crenças religiosas, inclusive o candomblé, a umbanda e as pessoas que não têm religião. Essa é a opinião de 93% dos brasileiros, de acordo com pesquisa Datafolha.

O resultado do estudo vai ao encontro da Base Nacional Curricular Comum. Segundo a BNCC, temas voltados para a diversidade e identidade cultural, em especial a história dos povos africanos, devem ser trabalhados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Os assuntos são abordados na disciplina de história, mas a BNCC recomenda que sejam incluídos também em língua portuguesa, língua inglesa, artes, educação física e geografia.

O ensino religioso voltado a apenas uma crença (chamado de confessional), aliado ao racismo nas escolas e à falta de história e cultura afro-brasileira nos currículos, dificulta o processo de identificação dos estudantes, o que, segundo a psicóloga Ana Carolina Barros Silva, coordenadora da ONG Casa das Marias, pode afetar a autoestima e alimentar o sentimento de inferioridade.

"Como você vai se sentir acolhido nesse lugar, se nada ali te diz respeito?"

Frei David, fundador da ONG Educafro, diz que alunos negros e pertencentes a religiões afro-brasileiras recebem, na escola, pouca ou nenhuma referência sobre sua história, o que pode gerar fragilização emocional.

A pesquisadora da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) Estela Souza, diz que ensinar a história da África desde a primeira infância tornaria os estudantes capazes de conhecer o outro e sua história, além de entender as diferenças físicas e culturais que estão presentes no Brasil.

Para Eduardo Gonçalves, professor de história no ensino fundamental de uma escola particular em Belo Horizonte, a África ainda é muito retratada como fonte de mão de obra para o resto do mundo.

Também professora de história em Belo Horizonte, Gabriella Sangiorgi, que já atuou na edição de livro didático, diz que identifica uma preocupação em inserir os processos relacionados ao continente africano aos demais conteúdos.

"Considero essa uma mudança importante, não pensar apenas na África ao se falar sobre a escravidão."

Já o babalorixá Sidnei Nogueira, doutor em semiótica e autor do livro "Intolerância Religiosa" (Editora Jandaíra, 160 págs., R$25,40), diz que a escola, hoje voltada ao conhecimento formado na Europa, deve ampliar as referências usadas na construção do conteúdo para cumprir seu papel social, tornando a sociedade menos racista e mais tolerante.

Na opinião da vereadora de Belo Horizonte Macaé Evaristo (PT), o resultado da pesquisa se contrapõe à realidade de muitos locais.

"São inúmeros os casos agressivos em relação às pessoas que seguem tradições religiosas de matriz africana, que vão desde a criminalização, demonização, intimidação, dano ao patrimônio e destruição de elementos sagrados."